



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

SHEYLA DE LIMA TORRES MOREIRA

PARA ALÉM DE DAR NOTÍCIAS:
UM ESTUDO SOBRE O JORNALISMO CÍVICO PRATICADO PELO PROJETO RÁDIO
DO POVO

RECIFE

2019

SHEYLA DE LIMA TORRES

PARA ALÉM DE DAR NOTÍCIAS:
UM ESTUDO SOBRE O JORNALISMO CÍVICO PRATICADO PELO PROJETO RÁDIO
DO POVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha.

RECIFE

2019

M838p Moreira, Sheyla de Lima Torres

Para além de dar notícias: um estudo sobre o jornalismo cívico praticado pelo projeto rádio do povo / Sheyla de Lima Torres Moreira. – Recife, 2019.

109f.: il.

Orientador: Heitor Costa Lima da Rocha.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2019.

Inclui referências, anexo e apêndices.

1. Jornalismo Cívico. 2. Público. 3. Democracia. 4. Cidadania. 5.
Estudo de Recepção.

I. Rocha, Heitor Costa Lima da (Orientador). II. Título.

302.23 CDD (22. ed.) UFPE (CAC 2020-50)

SHEYLA DE LIMA TORRES MOREIRA

PARA ALÉM DE DAR NOTÍCIAS:
UM ESTUDO SOBRE O JORNALISMO CÍVICO PRATICADO PELO PROJETO RÁDIO
DO POVO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em: 21/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor Heitor Costa Lima da Rocha (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Giovana Borges Mesquita (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Professora Doutora Paula Reis Melo (Examinadora externa)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho à pessoa que me tornei durante esta jornada.

AGRADECIMENTOS

É árduo o caminho que leva à realização de pesquisas sociais no Brasil, especialmente nos dias atuais. Para obter sucesso, algumas estratégias são essenciais. Uma delas é manter firme o olhar para o propósito principal do estudo, ou seja, o benefício social que aquele trabalho pretende gerar. Outra é contar com pessoas que tornam a caminhada um pouco mais leve.

Agradeço a Deus, acima de todos, porque este espaço não se pretende laico, afinal. Sem Ele, eu jamais teria conseguido concluir este mestrado. À Edinalva, minha mãe, e Josivan, meu tio, pelo amor incondicional, torcida incansável, apoio irrestrito e tantas garrafas de café feitas nas madrugadas. Ao meu filho, Lucas, que no auge dos seus seis anos sofreu da sua maneira a minha falta e fez o que pôde para chamar a minha atenção nos momentos em que mais precisei de tranquilidade para escrever. Com isso, me ensinou o que de fato deve ser prioridade na vida. Aos familiares, destacadamente tios, tias, primos, primas e cônjuges mais que especiais, que entenderam minha ausência em vários momentos importantes, estiveram comigo nas horas em que precisei desligar um pouco e torceram pelo meu sucesso até o fim: não vou nomear cada um porque são muitos – e isso é um privilégio pelo qual sou muito grata. Vocês sabem quem são.

Ao meu orientador, Heitor Rocha, por ter compartilhado da minha empolgação com o tema desde antes do meu ingresso no programa, quando ainda era aluna ouvinte. Por dividir comigo tanto do seu conhecimento, me guiar nos primeiros passos acadêmicos, entender as muitas dificuldades que tive e, principalmente, por não me deixar desistir e continuar acreditando em mim. A Giovana Mesquita, Karla Patriota, Rogério Covaleski e, antecipadamente, a Paula Reis, professores da UFPE, pelas contribuições valorosas. A Luiz Martins, professor da Universidade de Brasília (UnB), pelos comentários e produtivas observações. A todos os amigos e companheiros de academia que fiz no PPGCOM da UFPE, incluindo os funcionários, sempre tão prestativos.

À equipe da Rádio Jornal e do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação por, desde 2008, me concederem livre acesso ao meu objeto de pesquisa, o projeto Rádio do Povo. A contribuição de todos foi inestimável para a viabilidade deste trabalho. Agradeço, ainda, a todos os líderes comunitários que me receberam tão bem e dividiram comigo suas expectativas, dificuldades, angústias e sonhos. Contar histórias de gente e levar o povo, de alguma forma, para dentro dos muros acadêmicos é algo que faz meus olhos brilharem.

Eu contei, também, com inúmeros amigos ao longo desses dois anos. Alguns antigos, que já faziam parte da minha vida, outros novos, que entraram no jogo durante a partida. A todos, sou muito grata pela torcida e pela fé. Teve quem me levou para ver o mar, porque o mar me recomeça, e quem me ajudou com palavras certas nas horas mais incríveis. Gente que me cedeu lugar para estudar e me levou para descansar. Alguns ouviram minhas divagações acerca da pesquisa e outros me colocaram para ouvir música, como forma de desligar o botão acadêmico por alguns momentos. Muitos me deram a mão e uns puxaram a orelha quando foi preciso. Foram muitos ao meu lado nessa jornada: Claudinete, Toni, Amandas Borba e Figueirôa, André, Clara, Sofia, Liliane, Ivo – tanta gente que prefiro parar e assumir a lista como incompleta ao invés de correr o risco de esquecer alguém. Por todas essas pessoas, volto a quem agradeço primeiro: a Deus, agradeço por todas elas.

"We have to try to distance ourselves from the people we write about – the politicians and their political consultants – and move ourselves closer to the people that we write for – the voters and potential voters" –
David Broder, jornalista americano, colunista político do *Washington Post* por 40 anos e vencedor do *Pulitzer Prize* em 1973. (ROSEN, 1999, p. 42).

RESUMO

Surgido na década de 1980, nos Estados Unidos, o jornalismo cívico – também chamado de jornalismo público por alguns autores – preza pela recolocação do público como protagonista da vida democrática, tendo a imprensa como ferramenta para exercer esse protagonismo. No Brasil, com adaptações e diferentes visões, algumas práticas do tipo surgiram e seguem até hoje; outras não conseguiram se sustentar. Os estudos teóricos sobre o tema são escassos e, quando realizados, são em maior parte sob a perspectiva das rotinas de produção e do conteúdo produzido pelos veículos de comunicação. Essa pesquisa pretende contribuir com esse amplo e necessário debate, partindo de teóricos que atribuem à comunicação um papel fundamental para a manutenção da democracia – como John Dewey, Jurgen Habermas e João Carlos Correia – e realizando um estudo empírico sob a perspectiva da recepção do público. Por meio de entrevistas em profundidade realizadas com líderes de comunidades participantes do projeto Rádio do Povo, da Rádio Jornal em Pernambuco, este trabalho buscou entender quais efeitos são gerados nas comunidades a partir das práticas desse modelo, que une jornalismo e ações sociais em prol da efetivação da cidadania. Entre os efeitos, destacam-se também as consequências da diminuição da amplitude do projeto, existente há mais de 20 anos, dentro do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação.

Palavras-chave: Jornalismo cívico. Público. Democracia. Cidadania. Estudo de recepção.

ABSTRACT

Arising in the 1980s, in the United States, civic journalism – also called public journalism by some authors – values the replacement of the public as protagonists of democratic life, with the press as a tool to play the leading role. In Brazil, with adaptations and different visions, some practices of the type have arisen and continue until today; others could not sustain themselves. Theoretical studies on the subject are scarce and, when carried out, adopt mostly the perspective of the production routines and the content produced by the media. This research aims to contribute to this broad and necessary debate, starting with theorists who attribute to communication a fundamental role for the maintenance of democracy – such as John Dewey, Jürgen Habermas and João Carlos Correia. Then conducting an empirical study from the perspective of the public's reception. Through in-depth interviews conducted with leaders of communities participating in the project Rádio do Povo, from Rádio Jornal in Pernambuco, this work seeks to understand what effects are generated in communities based on the practices of this model, which joins journalism and social actions in favor of effectiveness of citizenship. Among the effects are also the consequences of the reduction of the amplitude of the project, existing for more than 20 years, within the Sistema Jornal do Commercio de Comunicação.

Keywords: Civic Journalism. Public. Democracy. Citizenship. Reception study.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise da macroestrutura A	40
Tabela 2 – Análise da macroestrutura B	49
Tabela 3 – Análise da macroestrutura C	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A DEMOCRACIA	17
2.1	A ORIGEM DO MODELO POLÍTICO DEMOCRÁTICO	18
2.2	TRÊS MODELOS NORMATIVOS DE DEMOCRACIA	19
2.3	DEMOCRACIA DELIBERATIVA	20
2.4	DE QUE COMUNICAÇÃO ESTAMOS FALANDO QUANDO AFIRMAMOS QUE ELA É NECESSÁRIA PARA A DEMOCRACIA?	21
3	O LUGAR DO PÚBLICO NA PRÁTICA JORNALÍSTICA	23
3.1	BREVE HISTÓRIA DO JORNALISMO	23
3.2	A DESPOLITIZAÇÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO	25
3.3	A PASSIVIDADE DA MASSA COMO EFEITO DO DISTANCIAMENTO	26
4	JORNALISMO CÍVICO: DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E CENTRALIDADES	29
4.1	O SURGIMENTO	29
4.2	CONCEITOS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS	32
4.2.1	O DIREITO DE ESCOLHA POR PARTE DOS CIDADÃOS	33
5	O JORNALISMO CÍVICO DO RÁDIO DO POVO	35
5.1	ESCOLHAS METODOLÓGICAS	35
5.2	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE	66
	APÊNDICE B – ÍNTEGRA DAS ENTREVISTAS	67
	ANEXO A – IMAGEM DE MATÉRIA DO JORNAL DO COMMERCE COM O SELO DO RÁDIO DO POVO	110

1 INTRODUÇÃO

O ano de 2008 foi marcado pelo nosso primeiro encontro com o objeto de estudo dessa pesquisa, o projeto Rádio do Povo, da Rádio Jornal de Pernambuco, emissora que faz parte do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC)¹. Naquele tempo, todos os veículos que formavam o SJCC participavam do projeto de alguma forma. A TV Jornal enviava uma equipe para produzir uma matéria para o seu telejornal do meio-dia, quando algum assunto despertava o interesse das equipes de produção; o portal JC Online e o NE10 publicavam notícias sobre a atuação da equipe da rádio em determinada comunidade durante aquela semana; e o impresso, o Jornal do Commercio (JC), enviava um repórter de texto e outro de imagem para produzir uma matéria que era publicada, semanalmente aos sábados, no caderno Cidades, sob o selo do Rádio do Povo.

Ao passar uma semana inteira na comunidade, o microfone da Rádio Jornal tinha a oportunidade de divulgar vários problemas dos moradores. No rádio, o espaço é mais amplo do que no impresso e, por esse motivo, apenas um dos problemas levantados era abordado pelos repórteres do JC. Mas, curiosamente para nós à época, não era o jornalista com seu conhecimento dos critérios de noticiabilidade quem decidia a pauta e, sim, o líder comunitário, com base no que era mais urgente para os moradores daquele local, naquele momento. Foi produzindo semanalmente essas matérias impressas, ao longo de um ano, que surgiu a pergunta que nos incomodou: afinal, que projeto era aquele que transferia do jornalista para o cidadão comum o poder de pautar um jornal de grande circulação?

O resultado a essa indagação se deu sob a forma da monografia Comunicação e Democracia: o Projeto Rádio do Povo, da Rádio Jornal (TORRES, 2009), publicada quando da conclusão do nosso curso de graduação em jornalismo. Naquele trabalho, utilizamos cinco denúncias veiculadas pelo projeto: falta d'água em Caetés 1, ausência de creche em Sítio dos Pintos, falhas na saúde na Vila dos Palmares, saneamento em Afogados e infraestrutura na Ilha do Maruim – todas comunidades localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR). O *corpus* foi composto, para cada denúncia, das matérias publicadas no jornal impresso e veiculadas na programação da rádio. A análise de conteúdo foi feita utilizando o modelo de macro e microestruturas de Van Dijk (1990), correspondendo às estruturas semântica e sintática do texto, respectivamente (BAUER; GASKELL, 2002). Concluímos, naquela ocasião, que o projeto Rádio do Povo é um exemplo de jornalismo cívico, uma vez que

¹ O SJCC é composto por uma emissora de televisão e uma de rádio, um jornal impresso e um portal de notícias. Mais informações podem ser obtidas em www.sjcc.com.br.

contribui para a efetivação da cidadania nas comunidades atendidas, por meio da democratização da comunicação.

Tínhamos, então, um conceito novo, ainda inacabado. O que seria esse chamado jornalismo cívico? Nos debruçamos sobre a literatura e percebemos que não há ainda uma definição homogênea de jornalismo cívico. Há, no entanto, algumas características comuns à maioria dos pesquisadores. O jornalismo cívico tem a ver, sobretudo, com direito de escolha por parte da sociedade. É premissa dele que esse direito seja aplicado como um valor-notícia fundamental. Seus defensores consideram ainda que a função do jornalismo deve ir além de dar notícias, mas, sobretudo, atuar de forma a despertar e alimentar na sociedade o desejo de ser protagonista da vida democrática, melhorando a qualidade de vida na esfera pública.

Para Coleman (2003, p. 71), aqueles que se envolvem com esta prática “estão essencialmente a trabalhar sem planta, a inventar à medida que avançam” e, por isso, “existem amplas oportunidades para investigação e reflexão”. Não são muitas as iniciativas que estão abarcadas sob o guarda chuva do jornalismo cívico, especialmente no Brasil. Alguns veículos de imprensa, especialmente de abrangência regional, flertam ou flertaram, no passado, com o modelo, abrindo um espaço maior do que o oferecido tradicionalmente para as demandas dos cidadãos – na maioria das vezes, na forma de espaços para que os leitores, ouvintes e internautas enviem suas denúncias. No entanto, quando nos referimos a projetos que possam ir além de dar as notícias, como sugere o jornalismo cívico norte-americano, encontramos escassez de exemplos no Brasil.

O pesquisador Luiz Martins da Silva (2003) acredita que o jornalismo cívico, o qual prefere chamar de público, “ainda não encontrou [...] nem uma tradução definitiva, nem uma compreensão do que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional”. Este projeto de pesquisa justifica-se pela possibilidade de contribuir com esta necessária discussão para a elaboração de alternativas e apontamento de tendências com vistas à consolidação deste modelo de jornalismo. “Mais do que rejeitá-lo ou apoiá-lo na sua globalidade, importa discuti-lo e, eventualmente, reter os seus aspectos mais criativos no domínio da relação com o mercado de leitura e com os cidadãos” (MESQUITA, 2003, p. 27).

Para discutir o jornalismo cívico praticado pelo Rádio do Povo, na presente pesquisa, optamos por utilizar um estudo de recepção, de forma a buscar respostas para o seguinte questionamento: quais os efeitos gerados pelo jornalismo cívico praticado pelo projeto Rádio do Povo nas comunidades participantes? Pensar a comunicação a partir da recepção “permite-nos entender melhor o papel dos meios de comunicação na vida da sociedade contemporânea, como eles atuam no cotidiano dos grupos sociais, nas diferentes comunidades e culturas”

(PAULINO, 2000, p. 37). Construimos a hipótese com base no que já se entende por efeito do jornalismo cívico na literatura atual: nos projetos norte-americanos, observa-se que os cidadãos adquirem mais consciência da necessidade de uma participação ativa na vida pública (ROSEN, 1999; MERRIT, 2009). Nosso objetivo é, além de confirmar ou refutar essa hipótese, descobrir outros possíveis efeitos alcançados pelo modo de fazer jornalismo cívico no Brasil, notadamente por parte do projeto Rádio do Povo.

O Rádio do Povo existe há 25 anos e leva quinzenalmente para as comunidades da Região Metropolitana do Recife, além de jornalismo, serviços de ação social, como retirada de documentos e palestras educativas em segmentos como saúde, segurança, alimentação, entre outros. O projeto teve sua atuação diminuída nos últimos anos em virtude da crise financeira que atravessou o país e algumas ações foram excluídas, como cursos profissionalizantes que eram oferecidos à comunidade por meio de parcerias com empresas privadas locais. O jornalismo também teve a atuação reduzida: antes o Jornal do Commercio (JC), mídia impressa do SJCC, enviava um repórter de texto e outro fotográfico para realizar matéria semanal que era publicada no caderno de Cidades. Agora, as denúncias das comunidades atendidas são feitas apenas no microfone da Rádio Jornal, por meio de um repórter que vai uma vez à comunidade e grava as inserções, e, algumas vezes, publicadas na forma de nota na coluna Voz do Leitor, do JC. As informações atualizadas sobre o projeto foram obtidas durante esta pesquisa, em entrevista com membros da produção da Rádio Jornal.

Para entender os efeitos gerados nas comunidades atendidas sob a ótica da recepção, fizemos entrevistas em profundidade com líderes comunitários, com o apoio de um questionário semiestruturado, disponível nos anexos deste trabalho. Ao todo, sete pessoas foram entrevistadas, nas comunidades de Caetés I e Caetés Velho, em Abreu e Lima; Vila Tiúma, em São Lourenço da Mata; Jardim Maranguape, em Paulista; UR-2 no Ibura; Alto Santa Isabel em Casa Amarela; e Vale das Pedreiras, em Camaragibe. O recorte para a escolha dos entrevistados foi feito mediante os seguintes critérios, nesta ordem: líderes que participam do projeto há mais tempo e que podem também discorrer sobre as transformações implementadas na estrutura do Rádio do Povo; e a disponibilidade de líderes que vêm participando do projeto nos anos mais recentes.

O aporte teórico desta pesquisa sobre os efeitos do jornalismo cívico parte inicialmente das ideias de John Dewey sobre a função da comunicação no suporte à manutenção da democracia. Dewey (2004) acredita que só é possível manter um Estado com níveis satisfatórios de utilidade e integridade se os cidadãos mantiverem os funcionários

públicos sob observação e crítica constantes. Para o autor, os funcionários públicos são todos aqueles escolhidos para representar os cidadãos de forma coletiva. Essa participação cívica – seja de todos ou apenas de alguns – é possível por meio da comunicação, mais especificamente da imprensa. É o papel dela "não apenas informar algo a um público que pode ou não emergir, mas aumentar as chances de que o público vá emergir e interessar-se" (ROSEN, 1999, p. 19, tradução nossa). Essa é também a ideia do jornalismo integral, defendida pelo filósofo e jornalista italiano Antonio Gramsci (1979). Ele acredita que todas as pessoas são intelectuais em alguma medida e têm, portanto, capacidade para engajar-se civicamente em suas questões. Sobre isso, Rocha; Correia; Tellería (2017, p. 156) entendem que:

com a superação da noção estigmatizada atribuída pelas elites à capacidade intelectual das classes subalternas, Antonio Gramsci vislumbra a possibilidade das pessoas vivenciarem um processo de aprendizagem e conscientização que evidencia a necessidade de um jornalismo denominado de “integral, o jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área”. Assim, os cidadãos que compõem o público devem ser considerados como indivíduos ideológicos, transformáveis filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação.

Essas ideias estão contidas no Capítulo 2 deste trabalho, no qual estabelecemos o conceito de democracia e justificamos a relação entre este modelo político e a comunicação, que acreditamos ser o ponto central para toda a discussão posterior acerca do jornalismo cívico. Fazemos, então, uma breve explanação sobre a origem do modelo político democrático (DEWEY, 2004) e seguimos para a discussão sobre os três modelos normativos de democracia, a saber: liberal, republicano e deliberativo (HABERMAS, 2002), construindo o que acreditamos ser um caminho lógico para entender o papel da comunicação na política democrática. Prosseguimos então para o modelo deliberativo de democracia e abordamos a necessidade da comunicação para o estabelecimento e manutenção deste.

Concluimos o capítulo ao chegarmos na necessidade do jornalismo para a democracia. No Capítulo 3, apontamos uma breve história da evolução da prática, em especial na passagem da primeira para a segunda etapa do jornalismo, segundo Marcondes Filho (2009), quando há uma despolitização do conteúdo jornalístico em prol do aumento do apelo comercial do jornalismo enquanto produto. Discutimos o efeito desta despolitização, que Gramsci (1979) chama de "passividade da massa" para, no Capítulo 4, chegarmos ao surgimento do movimento que ficou conhecido como jornalismo cívico como uma resposta a

esse desenvolvimento social. Embora não exista ainda um conceito uno para o jornalismo cívico, o objetivo deste quarto capítulo é traçar o caminho já existente na literatura em torno deste movimento.

No Capítulo 5, descrevemos o objeto de estudo, pontuamos e justificamos as escolhas metodológicas. Abordamos também a questão do paradigma comunicacional, além da metodologia em si, relacionando o paradigma construtivista e a teoria consensual da verdade, em oposição ao paradigma positivista que defendia a teoria da verdade como correspondência entre a representação da realidade e a própria realidade. Este capítulo traz, ainda, a análise propriamente dita. O último capítulo é destinado às conclusões dos achados e considerações finais.

2 A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA NECESSÁRIA PARA A DEMOCRACIA

Iniciaremos a abordagem do assunto democracia, entendida neste trabalho como uma prática política específica para seleção e regulamentação da conduta dos governantes, por meio da distinção que Dewey (2004) faz entre as noções de público e privado. Tal diferenciação deve nos apoiar mais à frente, quando formos pensar sobre o jornalismo cívico – também chamado de público por alguns autores.

Para o autor, são errôneas as teorias que distinguem os conceitos de público e privado a partir da percepção de quem origina tais ações. Por essa lógica, um ato seria privado se realizado por pessoas privadas ou de forma individual. Igualmente, público seriam os atos realizados por pessoas públicas ou de forma coletiva. Segundo Dewey (2004), daí decorrem muitos dos erros que permeiam a vida pública e a formação de governos. Mais sensato e assertivo, para o autor americano, é pensar a equação entre público e privado a partir das consequências geradas por tais atos.

Se uma ação gera consequências que atingem apenas às pessoas envolvidas em tal ato, observa-se o conceito de privado. Para que algo seja denominado público, é preciso que as consequências geradas pela ação afetem mais pessoas, além daquelas diretamente envolvidas no ato. Sobre isso, Dewey (2004, p. 65, tradução nossa) reflete que:

A linha existente entre o privado e o público deve traçar-se sobre a base da amplitude e do alcance das consequências daqueles atos que são tão importantes que devem ser controlados, seja por meio de restrições ou promoções. [...]. Nossa tese é de que é nesta distinção que se encontra a chave da natureza e função do Estado. É significativo que, etimologicamente, a palavra 'privado' se defina em oposição a 'funcionário', de modo que a pessoa privada é aquela que precisa de um cargo público. O público é composto por todos aqueles que são afetados pelas consequências indiretas das transações, até o ponto em que torna-se necessário dedicar-se sistematicamente a essas consequências. Os funcionários são aqueles que vigiam e se ocupam dos interesses afetados. Uma vez que quem se vê afetado indiretamente não são os participantes diretos das transações em questão, é necessário determinar certas pessoas para que lhes representem e busquem atender e proteger seus interesses.

Dewey (2004) enfatiza, em vários pontos deste trabalho escrito em 1927, a necessidade primordial de se entender a organização social a partir dos indivíduos. Para ele, o Estado nada mais é do que um público – ou seja, pessoas que são afetadas pelas consequências de certas ações – organizadas sob a forma de tal.

Quando o público constituído como Estado intervém na configuração de disposições sociais, como as aprovações de leis, obrigações contratuais ou concessão de licenças, segue atuando através de sujeitos concretos. As pessoas são agora funcionários, representantes de um interesse público e compartilhado. A diferença é importante. Mas não é uma diferença entre os seres humanos individuais e uma vontade coletiva impessoal. É uma diferença entre as pessoas em seu caráter privado e em seu caráter funcional ou representativo.

Começamos, então, a adentrar no tema democracia quando, a partir dessa reflexão, percebemos que o governo, como costumamos chamar, é composto de funcionários que devem representar o interesse de todos. A forma como esses funcionários são escolhidos para exercer tais funções é a principal tarefa do modelo político democrático.

2.1 A ORIGEM DO MODELO POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Em *La Opinión Pública y Sus Problemas*, o teórico norte-americano John Dewey (2004) traça um longo e completo percurso acerca do surgimento da noção de Estado e, em seguida, das origens do modelo político democrático. De acordo com o filósofo pragmático, a teoria do individualismo remonta às origens deste modelo político, por ter buscado a ruptura com a dependência das instituições eclesásticas.

Dado que as formas políticas estabelecidas estavam ligadas a outras instituições, especialmente às eclesásticas, e a um sólido conjunto de tradições e crenças herdadas, a revolta também se estendeu a estas. [...] A liberdade apresentou-se como um fim em si mesma, ainda que na realidade significasse a liberação das opressões e da tradição. Já que, por razões intelectuais, era necessário encontrar uma justificativa para o movimento de revolta, e dado que a autoridade estabelecida estava do lado da vida institucional, o recurso natural foi apelar a alguma autoridade sagrada inalienável inerente a todos os indivíduos que protestavam. Assim nasceu o individualismo, uma teoria que dotava as pessoas particulares de uns direitos inatos ou à margem de qualquer associação, a exceção daquelas que as pessoas formavam deliberadamente, para os seus próprios fins (DEWEY, 2004, p. 103).

O caminho traçado desde tal ruptura até o modelo democrático vigente é longo, dado que nenhuma forma de governo surge pronta. É, sempre, resultado de experimentações e adaptações realizadas ao longo do tempo. Libertas do poder opressor de instituições fortemente estabelecidas, como a Igreja, o próximo passo foi observar como as pessoas se organizaram sob a forma de um Estado e governo. De acordo com Dewey (2004, p. 106),

o problema fundamental do governo se reduz a este: que disposições evitarão que os governantes priorizem seus próprios interesses, à custa dos governados? Ou, em uma colocação mais positiva: mediante quais instrumentos políticos se poderá distinguir os interesses dos governantes com os dos governados?

James Mill propôs, de forma simplificada, a solução: eleição popular dos representantes, períodos curtos no exercício do poder e eleições frequentes. "Se os funcionários públicos dependessem dos cidadãos para ocupar seus cargos e receber suas recompensas, seus interesses pessoais coincidiriam com os do povo em geral" (DEWEY, 2004, p. 106)

2.2 TRÊS MODELOS NORMATIVOS DE DEMOCRACIA

Da teoria do individualismo, com sua visão de indivíduos dotados de direitos inerentes, nasce a concepção liberal de democracia. Para os liberais, a função do Estado é garantir tais direitos, desde que eles sejam buscados nos limites impostos pela lei estabelecida. Habermas (2002, p. 270) explica que

imagina-se o Estado como aparato da administração pública, e a sociedade como sistema de circulação de pessoas em particular e do trabalho social dessas pessoas, estruturada segundo leis de mercado. A política, sob essa perspectiva, e no sentido de formação política da vontade dos cidadãos, tem a função de congregar e impor interesses sociais em particular mediante um aparato estatal já especializado no uso administrativo do poder político para fins coletivos.

A corrente oposta a essa visão é o conceito republicano de democracia. Nessa visão, mais próxima também das ideias de Dewey (2004),

a política não se confunde com essa função mediadora; mais do que isso, ela é constitutiva do processo de coletivização social como um todo. Concebe-se a política como forma de reflexão sobre um contexto de vida ético. Ela constitui o meio em que os integrantes de comunidades solidárias surgidas de forma natural se conscientizam de sua interdependência mútua e, como cidadãos, dão forma e prosseguimento às relações preexistentes de conhecimento mútuo, transformando-as de forma voluntária e consciente em uma associação de jurisconsortes livres e iguais. Com isso, a arquitetura liberal do Estado e da sociedade sofre uma mudança importante. Ao lado da instância hierárquica reguladora do poder soberano estatal e da instância reguladora descentralizada do mercado, ou seja, ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios, surge também a solidariedade como terceira fonte de integração social (HABERMAS, 2002, p. 270).

Para Habermas (2002), a auto-organização democrática da sociedade é o principal fator positivo da concepção republicana. Porém, a mera atribuição do nível de desenvolvimento democrático da sociedade à virtude ética dos cidadãos é reduzir-se a possibilidade da consciência política a uma posição naturalizada, passiva, que não reconhece a capacidade dos cidadãos de articularem-se solidariamente para superação de seus problemas

e emancipação de sua condição de subordinação reificada. Para superação desta situação colonizada, o autor propõe um terceiro modelo, chamado de democracia deliberativa.

2.3 DEMOCRACIA DELIBERATIVA

O modelo republicano de democracia, como vimos, é pautado nas virtudes e na ética dos cidadãos. No entanto, a concepção de ética pode ser diferente de uma pessoa para outra. Assim, torna-se necessária a formulação de acordos, pautados por uma vontade comum, estabelecida de forma racional por meio da comunicação. Habermas (2002, p. 277) entende que

o conceito de uma política deliberativa só ganha referência empírica quando fazemos jus à diversidade das formas comunicativas na qual se constitui uma vontade comum, não apenas por um auto-entendimento mútuo de caráter ético, mas também pela busca de equilíbrio entre interesses divergentes e do estabelecimento de acordos, da checagem da coerência jurídica, de uma escolha de instrumentos racional e voltada a um fim específico e por meio, enfim, de uma fundamentação moral. [...] Tudo depende, portanto, das condições de comunicação e procedimento que conferem força legitimadora à formação institucionalizada da opinião e da vontade. O terceiro modelo de democracia que me permito sugerir baseia-se nas condições de comunicação sob as quais o processo político supõe-se capaz de alcançar resultados racionais, justamente por cumprir-se, em todo seu alcance, de modo deliberativo.

Para Ferreira (2012, p. 9), o modelo de democracia deliberativa "baseia a tomada de decisões políticas na troca de razões e argumentos, em um processo em que todos os cidadãos participam para além dos seus interesses pessoais, com o objetivo de alcançar o bem comum", diferenciando-se, assim, das estratégias de "pura agregação das vontades individuais" que marcava o modelo representativo liberal.

Esta participação dos cidadãos na vida pública precisa ser efetivada a partir de alguns critérios, como explica Ferreira (2012, p.9):

1) a participação na deliberação é regulada por normas de igualdade e simetria; todos possuem as mesmas possibilidades de iniciar atos de fala, de questionar, interrogar e de abrir o debate; 2) todos possuem o direito de questionar os argumentos presentes no diálogo; 3) todos possuem o direito de introduzir argumentos reflexivos sobre as regras do procedimento discursivo e o modo pelo qual elas são aplicadas ou conduzidas. Entendida deste modo, a democracia deliberativa apresenta-se como o modelo conceitual e institucional mais adequado para teorizar a experiência democrática de sociedades complexas e para permitir a expressão da diferença sem fraturar a identidade do corpo político e sem subverter as atuais formas de soberania política.

Para participar neste modelo de deliberação, resta claro que todos os cidadãos devem dispor de capital de conhecimento político e social suficiente para colocar-se no debate. A comunicação, então, estabelece-se como uma ferramenta indispensável para a disposição deste capital.

2.4 DE QUE COMUNICAÇÃO ESTAMOS FALANDO QUANDO AFIRMAMOS QUE ELA É NECESSÁRIA PARA A DEMOCRACIA?

Como catalisador da difusão de notícias e informações para a sociedade, o jornalismo ocupa um lugar fundamental na construção do conhecimento de um público. Como afirma Correia (1998, p. 24), "a circulação da imprensa confere aos seus destinatários o suporte necessário para o exercício de uma opinião crítica". Em seu trabalho sobre os novos veículos de comunicação e a vida cívica, Ferreira (2012, p. 96) enumera, citando Shudson (2008), seis funções que o jornalismo exerce em sociedades democráticas.

Schudson considera que a notícia possui um papel vital na tarefa de informar o público, na que será talvez a afirmação mais comum sobre o papel da imprensa numa democracia. A segunda função que identifica refere-se à investigação da ação dos diversos agentes de poder, entre eles o poder político. A terceira função dos jornalistas é uma função de análise, através da qual os jornalistas fornecem quadros de interpretação que tornem compreensíveis e coerentes aspectos mais complexos do mundo. Schudson designa como empatia social a quarta função, que consiste na transmissão de histórias de interesse humano, providas da diversidade de pontos de vista e modos de vida que compõem o mundo – concedendo aqui espaço às vozes menos favorecidas pelas restantes instâncias sociais. O papel seguinte entende o jornalismo como gerador de espaço público, sendo a internet, enquanto suporte de comunicação, um elemento cada vez mais importante no cumprimento desta função. A sexta função é, a nosso ver, explicada de forma mais obscura: tomando como modelo a história da imprensa partidária, refere-se ao papel do jornalismo como agente de mobilização, advogando a favor de determinadas perspectivas ou programas políticos, e mobilizando as pessoas no sentido da acção em acordo com esses programas. Uma última função do jornalismo em relação à democracia poderá ser ainda identificada: trata-se afinal da divulgação da própria democracia – mais concretamente da democracia representativa. A partir desta enunciação, Schudson assume um compromisso firme por um lado com a protecção dos direitos das minorias, e por outro lado com o combate a um jornalismo populista, fomentado a partir dos avanços de algumas versões de democracia liberal.

Entendemos que o jornalismo enquanto instituição deve servir à democracia, e não só o modelo de jornalismo cívico, objeto de reflexão principal deste trabalho, ou mesmo qualquer outro tipo de jornalismo específico que possa vir a ser levantado. É perceptível, no entanto, o quanto o modo de fazer jornalismo atualmente se afasta, cada vez mais, do público a quem deveria difundir informação, com vistas a informar e formar conhecimento útil para o

processo democrático e participação efetiva na vida pública. É esse distanciamento que abordaremos no próximo capítulo.

3 O LUGAR DO PÚBLICO NA PRÁTICA JORNALÍSTICA

O jornalismo é uma ferramenta essencial para uma política efetivamente democrática. Se são as pessoas comuns, os cidadãos, os verdadeiros guardiões da democracia, então é neste público que o jornalismo deve estar fundamentado e aos seus interesses que ele deve servir. "O jornal deve ser visto como um serviço público; e como servidor público deverá proceder" (NOBLAT, 2007, p. 22).

Na sociedade capitalista atual, no entanto, além de serviço público o jornalismo é também um negócio e, como tal, voltado para o lucro. Veremos adiante as mudanças históricas que fizeram esta prática evoluir de tal maneira a ponto de nos questionarmos, na atualidade, se "o modo de dizer e de proceder próprio do jornalismo é compatível com o aprofundamento dos processos de deliberação democrática e com a representação da diversidade de vozes existente" (CORREIA, 2011, p. 11), uma vez que parece, cada vez mais, servir exclusivamente aos interesses do grande capital.

3.1 BREVE HISTÓRIA DO JORNALISMO

O surgimento do jornalismo está indissociavelmente atrelado à modernidade e aos ideais iluministas de razão e verdade. Marcondes Filho (2009, p. 269) afirma que o jornalismo é "filho legítimo da Revolução Francesa". Ao refutar a ordem divina de todas as coisas e questionar o conhecimento exclusivamente revelado por Deus a alguns nobres escolhidos, a humanidade começa a produzir o próprio conhecimento e a aceitar como verdadeiro apenas o conhecimento produzido ou verificado pelo homem. O jornalismo, cuja função envolve divulgação de informação e orientação do público, possui papel ativo nesse cenário de mudanças, como descreve Correia (1998, p. 89-90):

ao segredo que rodeava os atos do poder sucede-se a sua publicidade "sob o olhar atento e severo dos cidadãos"; a abundância de "correio de leitores" retrata o papel mediador que os jornais desempenham perante a emergência de públicos politizados; finalmente, a imprensa assume-se como agente interventor (...). A grande imprensa de opinião é uma imprensa ligada aos públicos. Interage com os seus membros. Reflete as suas opiniões. Caracteriza-se pela presença da polêmica e é mais um espaço de exercício dialógico da razão. Com efeito, a evolução destes jornais está intimamente relacionada com as condições de formação de uma opinião pública liberal. A preocupação manifesta com a vida política configura a existência de um público que se pensa a si mesmo como participante nessa esfera e nos acontecimentos que nela se desenvolvem. As novas publicações, consoante as condições políticas e sociais que se verificavam em cada país, prolongam a coesão dos públicos para além dos espaços físicos nos quais se reuniam, prosseguindo os seus debates no exercício de uma racionalidade argumentativa expressa em traços

como a oralidade dos artigos, a proximidade em relação aos públicos e a contiguidade dos temas.

Esse período inicial de que fala Correia (1998) é classificado como primeiro jornalismo e abrange o período de 1789 até a metade do século XIX. "É a época de ebulição do jornalismo político-literário, em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância de ideias" (MARCONDES FILHO, 2009, p. 246). É também nesse período que o jornalismo se torna uma profissão e, como tal, é formalizado, constituindo redações específicas, diretorias e editorias. Com o tempo, "o jornalismo vai deixando de ser um instrumento dos políticos para ser uma força política autônoma. (...) Nessa época, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política" (MARCONDES FILHO, 2009, p. 246).

A partir de meados do século XIX, como resultado da revolução industrial e da crescente urbanização das cidades, as empresas jornalísticas começam a se constituir como grande empresa capitalista e se transformam em máquinas de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas. Passam a se constituir em verdadeiro monopólio do grande capital. É o período do chamado segundo jornalismo, no qual o peso da inovação tecnológica é sentido na área financeira, quando são necessários pagamentos robustos de amortização das dívidas do maquinário. É quando se concretiza a transformação de "uma atividade praticamente livre de pensar e de fazer política em uma operação que precisará vender muito para se financiar. A fase romântica em que o valor pedagógico era financiado pela falência do jornal cede o passo à imprensa moderna e sintonizada com as exigências do capital". (MARCONDES FILHO, 2009, p. 270)

Nesta mesma obra, o autor cita a evolução para um terceiro e quarto jornalismo, que se referem, respectivamente, ao monopólio dos grandes conglomerados de empresas jornalísticas e às mudanças trazidas pelos avanços tecnológicos. O crescimento da indústria publicitária e de relações públicas interfere de forma fundamental na atividade jornalística, especialmente no fim do século XX. A partir daí, a evolução das redes tecnológicas, das assessorias de imprensa, das novas formas de produzir notícia altera radicalmente o papel do jornalista,

não só como contador de histórias (repórter), mas também como um explicador do mundo (analista/comentarista). Essas funções, hoje em dia prejudicadas com o desencanto e a crise dos metarrelatos, puseram em descrédito todos aqueles que outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, a chave dos acontecimentos. (MARCONDES FILHO, 2009, p. 271)

O jornalista passa, então, a ocupar a função de um empregado da grande indústria, um assalariado em busca de materiais que vão compor o jornal em acordo com a linha editorial das grandes organizações.

Entre esses quatro momentos da história, importa-nos, primordialmente, os efeitos que a passagem do primeiro para o segundo jornalismo tem sobre o público, o conteúdo e o discurso do principal produto jornalístico: a notícia.

A notícia foi profundamente afetada pela transição do caráter pedagógico do primeiro jornalismo para a postura comercial do segundo jornalismo. Na visão de Correia (1998, p. 91), neste segundo período a imprensa

assumia o seu carácter suprapartidário e supraclassista, que coloca a ênfase na notícia e no acontecimento em detrimento do editorial. Simultaneamente, propaga-se uma imprensa que traz para o centro do interesse o noticiário de sensação. Apesar do acesso crescente das massas a esta imprensa, não se pode dizer que se trate de um aprofundamento da esfera pública, mas sim uma transformação estrutural das suas condições de funcionamento (...). O estilo jornalístico conhece transformações no sentido de prender o leitor. Os jornais deixam de ser o mero suporte de grandes cruzadas político ideológicas para incluírem secções destinadas ao entretenimento. Os jornalistas começam a discutir as questões relacionadas com a objetividade e a imparcialidade tendo em vista a necessidade de alcançar públicos mais vastos independentemente da diversidade de credos e proveniências sociais.

O trabalho de Jürgen Habermas (2003) sobre as questões que envolvem a esfera pública é a base teórica para as afirmações feitas por Correia. O filósofo alemão explica que a transformação no conceito de notícia dentro do jornalismo se deu da seguinte maneira: as notícias consideradas de retorno imediato – entretenimento, esportes, acidentes, eventos sociais, corrupção, entre outros – passam a ser privilegiadas em relação às notícias classificadas como de retorno mediato – assuntos econômicos, problemas sociais, negócios públicos, educação e saúde, por exemplo. Para Habermas (2003, p. 200):

essa esfera pública ampliada perde o seu carácter político à medida que os meios para a acessibilidade psicológica poderiam tornar-se uma finalidade em si mesma de uma posição consumista comercialmente fixada. (...) Pode-se observar como ela [a imprensa] paga a maximização de sua venda com a despolitização de seu conteúdo.

3.2 A DESPOLITIZAÇÃO DO CONTEÚDO JORNALÍSTICO

Sobre tal despolitização, Correia (2011) reflete sobre o paradoxo de que, apesar tornar-se cada vez mais relevante para a vida pública, a imprensa sujeita-se cada vez mais às exigências e vontades do corpo empresarial e político da sociedade, distanciando-se do seu

público primordial – e isso é um fato percebido no que Edward Ross (2008) chama de "supressão das notícias importantes".

Cada vez mais o dono de um grande jornal é um homem de negócios que não entendeu porque deveria gerenciar o seu negócio de um modo diferente de como o fazem o dono de um hotel, o empresário de espetáculos ou o proprietário de um parque de diversões. Os diretores são pessoas contratadas e não podem publicar no jornal nada mais do que a parte de sua consciência e seus ideais que seja compatível com melhores resultados econômicos e com o investimento. Naturalmente, o diretor de antigamente, que era dono do jornal, queria ganhar dinheiro – não há pecado nisso! –, mas tentava, concretamente, do mesmo modo que o autor de hoje, o conferencista ou o acadêmico tratam de ganhar a vida, dentro das limitações impostas por seus princípios e padrões profissionais. Mas, nesse momento em que quem garante capital para o jornal contrata o diretor, ao invés de ser o diretor quem contrata o capital do jornal, é mais provável que o jornal seja dirigido como um puro e simples meio de ganhar dinheiro: uma fábrica na qual a tinta e as mentes são aplicadas sobre um papel em branco para conseguir um produto o mais vendável possível. Não se quer dizer que o proprietário do capital provoque estrago, mas ele não se preocupa com os padrões que estorvam o diretor proprietário. Aquele segue umas poucas máximas singelas, que funcionam bem para vender sapatos, cigarros ou partituras musicais. "Dar à gente o que a gente quer, não o que você quer". "Não apoie nada que possa ser impopular". "Ganhe tudo o que puder com o negócio". (ROSS, 2008, p. 89)

Essa decadência do jornalismo foi dita de outra maneira pelo jornalista americano James Fallows (1995 apud MESQUITA, 2003, p. 24).

Quando os cidadãos comuns dispõem da ocasião de colocar perguntas aos líderes políticos, raramente os interrogam sobre o jogo político. Querem saber de que modo serão afetados pela realidade da política, através dos impostos, dos programas, do financiamento de bolsas escolares ou das guerras. Os jornalistas justificam a sua intromissão e seus excessos alegando que são representantes do público, colocando as perguntas que os seus concidadãos colocariam se tivessem ocasião de se encontrarem com os presidentes e os senadores. Mas de fato fazem perguntas que só interessam aos políticos profissionais (...).

Desta forma, distanciando-se do seu público original e dos interesses destes, a atividade jornalística não poderia conseguir outro resultado que não o total desinteresse para consigo, a ausência de credibilidade e o *status* de entretenimento em detrimento da informação.

3.3 A PASSIVIDADE DA MASSA COMO EFEITO DO DISTANCIAMENTO

A partir do momento em que a notícia jornalística passa a ser algo distante do público, que não faz parte da vida cotidiana das pessoas, o efeito não poderia ser outro senão o desinteresse das pessoas para com a vida pública. Se o público é apenas o consumidor da notícia e não pode, de fato, tomar parte na construção e utilização do noticiário jornalístico na

vida pública, não há motivos para que ele seja um público civicamente ativo e engajado. Esta distância das pessoas comuns em relação aos modos de produção é abordada pelo filósofo francês Pierre Bourdieu (2003, p. 164):

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidade de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (...) A concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto, tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação ativa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural.

A imprensa tem participação decisiva e inquestionável na distribuição do capital cultural para o público. Para Carey (1987), por exemplo, "na medida em que o jornalismo está enraizado, está enraizado no público. Na medida em que o jornalismo tem um cliente, o cliente é o público" (apud COLEMAN, 2003, p. 66).

O público foi também o principal ponto do embate travado, na década de 1920, pelos norte-americanos Walter Lippmann e John Dewey. Ambos identificaram o problema da passividade do público no regime democrático, mas propuseram diferentes soluções. Em *Public Opinion*, publicado em 1922, Lippmann defendia que o público não era capaz de estar sempre informado com suficiência tal para deliberar sobre questões coletivas. Para ele, as decisões deveriam ser delegadas aos especialistas (*insiders*) em cada tema e ao público (*outsiders*) caberia intervir apenas em última instância. A imprensa seria responsável por simplificar as questões de tal forma que o público comum pudesse compreendê-las e deliberar sobre elas caso fosse necessário.

John Dewey rebateu tais argumentos em *The Public and Its Problems*, publicado em 1927. O filósofo acreditava que o público era perfeitamente capaz de entender e deliberar sobre as questões do cotidiano coletivo e a imprensa seria uma ferramenta que daria voz à deliberação desse público em tais questões. Para Dewey (2004), os males da democracia só podem ser superados com mais democracia e não com alternativas autoritárias e elitistas. No entanto, na medida em que a ótica de Lipmann (2008) sobressaiu, gerou-se o efeito que Gramsci (1974) chamou de "passividade da massa". Nas palavras do autor, trata-se da

esterilização de toda a atividade individual, (...) a certeza estúpida de que, de qualquer modo, havia alguém que pensava em tudo e que provia a tudo. As massas,

inquietas com esta sua condição de inferioridade absoluta, abdicaram completamente de toda a soberania e de todo o poder (apud BORDIEU, 2003, p. 168).

Um efeito empírico da passividade da massa pôde ser observado no índice de abstenção eleitoral nos Estados Unidos na década de 1980, já explicitado anteriormente. Jornalistas americanos, entre eles o pesquisador Jay Rosen e o editor Davis Merritt, identificaram, naquele momento, que o público não estava satisfeito com a cobertura jornalística das eleições presidenciais, que utilizavam o modelo de corrida de cavalos (PATTERSON, 1980), dando destaque para os candidatos e suas posições como se tratasse de um espetáculo esportivo, relegando ao público o papel de mero espectador de um acontecimento no qual não conseguia identificar consequências concretas para sua vida, além do entretenimento.

Ora, um público passivo e insatisfeito não teria o mesmo interesse na leitura dos jornais, mesmo com a predominância das notícias sobre entretenimento. Principalmente com a disposição de outras fontes de "infoentretenimento", o número de leitores dos jornais caiu. Refletindo sobre as possíveis alternativas, Rosen (1999) levantou sugestões de novos objetivos para o jornalismo, como, por exemplo, não apenas preocupar-se em informar um público presumido, que pode ou não surgir; mas aumentar de forma considerável as chances de que tal público de fato surja. "O que é preciso para fazer a democracia funcionar e o que deve ser exigido da imprensa?" (ROSEN, 1999, p. 21, tradução nossa).

4 JORNALISMO CÍVICO: DEFINIÇÕES, CARACTERÍSTICAS E CENTRALIDADES

A década de 1980 foi, então, marcada por essa passividade da massa nos Estados Unidos, que gerou profundos questionamentos acerca do papel do jornalismo. Em seguida, vários projetos de jornalismo cívico surgiram em veículos de mídia de amplitude regional. A inquietação da época foi colocada pelo jornalista americano James Batten (apud ROSEN, 1999, p. 22, tradução nossa) da seguinte maneira: “os dias nos quais nós podíamos fazer jornalismo do jeito que quiséssemos, e apenas dizer às pessoas para ir ao inferno se elas não gostassem dos resultados, acabaram para sempre”.

Então, como é possível fazer um jornalismo que considere a satisfação de seus leitores e consiga manter altos os índices de credibilidade e relevância? Jack Fuller (apud ROSEN, 1999, p. 22, tradução nossa), outro jornalista americano, acredita que “um jornal que satisfaz seus jornalistas e editores, mas não é uma parte fundamental da vida da comunidade, será um fracasso comercial porque já é um fracasso retórico”.

Esse movimento de voltar-se para a comunidade é um dos pilares do jornalismo cívico, cujo surgimento Coleman (2003, p. 60) considera uma “resposta ao nosso desenvolvimento social”. Também chamado de jornalismo público, comunitário ou de proximidade, esse tipo de jornalismo tem como seu principal alicerce a preocupação com a cidadania.

4.1 O SURGIMENTO

O movimento que posteriormente daria origem ao jornalismo cívico surgiu no final da década de 1980, nos Estados Unidos, como uma resposta à cobertura eleitoral da imprensa do tipo “corrida de cavalos”, para utilizar o termo cunhado por Patterson (1980) que faz referência a como as notícias eram construídas: com base nas estratégias de disputa de poder entre partidos políticos e agenda dos candidatos, diametralmente opostas às necessidades mais urgentes dos cidadãos. Esse modelo de cobertura jornalística, que iguala a questão política a um jogo esportivo no qual se observam primordialmente as posições dos atores, induz o público a se posicionar como meros espectadores do jogo político, sem possibilidade de ação, desautorizando o exercício da cidadania por parte dos cidadãos.

Tal estratégia, adotada por um longo período, causava desinteresse no público a respeito da política, características que puderam ser facilmente observadas nos índices de

abstenção eleitoral de 1988. Naquele ano, apenas a metade dos cidadãos aptos a votar de fato saíram de suas casas para registrar o voto, algo que não acontecia desde 1924 (MERRITT, 2009). Em busca de soluções que trouxessem à tona as questões que verdadeiramente preocupavam os cidadãos, no lugar da agenda dos políticos, alguns veículos americanos de mídia desenvolveram ações de aproximação com as comunidades nas quais estavam inseridos. Esses veículos não eram, no entanto, os de alcance nacional, mas aqueles com circulação menor, restritos à algumas regiões, como Charlotte (Carolina do Norte), Wichita (Kansas) e Columbus (Ohio), para citar os pioneiros.

Um dos jornais pioneiros nesse movimento foi o *Wichita Eagle*, dirigido à época pelo jornalista Davis Merritt. Em 1990, o periódico lançou um projeto intitulado *Voter Project*, em parceria com outras empresas jornalísticas locais, utilizando técnicas como pesquisa de opinião e grupos focais para identificar as questões consideradas primordiais para os cidadãos. Em seguida, os veículos envolvidos no projeto orientaram os jornalistas que faziam a cobertura da campanha presidencial para cobrir os assuntos de forma a destacar as questões levantadas pelo público nas pesquisas, minimizando os ataques e contra-ataques dos candidatos. Dois anos depois, o mesmo jornal lançou outra iniciativa cívica em jornalismo, intitulada *People project: solving it ourselves*.

Neste exemplo de jornalismo cívico, tentou-se fazer participar os cidadãos na resolução de problemas. Com a assistência de professores universitários, foram entrevistados 192 residentes. Durante nove semanas, os problemas da comunidade foram discutidos nos diversos órgãos de comunicação social que participavam no projeto. Em relação a cada problema identificado como importante nas entrevistas, houve reportagens onde o objetivo era identificar os valores fundamentais das posições em conflito. Em relação a cada problema, o *Wichita Eagle* publicou uma listagem completa de todas as organizações e instituições envolvidas. As empresas jornalísticas também promoveram a realização de uma série de “intercâmbio de ideias” onde cidadãos interessados podiam estabelecer contatos e conhecer representantes de diversos grupos (TRAQUINA, 2003, p. 11).

O *Columbus Ledger Enquirer*, da companhia *Knight-Ridder* do estado da Geórgia, também desenvolveu ações de jornalismo cívico de forma pioneira. Traquina (2003, p. 10), explica que, em 1988, o *Columbus*

abandonou o seu papel tradicional de observador desligado e assumiu um papel de ativista na tentativa de melhorar a qualidade de vida na comunidade. O jornal encomendou uma sondagem para identificar os problemas que preocupavam a comunidade. Na sequência da sondagem, 85 cidadãos influentes responderam a um inquérito escrito e jornalistas realizaram entrevistas aprofundadas com residentes na comunidade. Com base nos dados recolhidos, o jornal elaborou um relatório intitulado “Columbus para além de 2000”. O relatório foi publicado, por partes, diariamente no jornal. Igualmente, o *Columbus Ledger Enquirer* organizou um *town*

meeting, que durou seis horas e contou com a participação de trezentas pessoas; o jornal também organizou um piquenique com 75 "cidadãos interessados". Na sequência destes esforços, foi constituído um movimento de cidadãos chamado "Unidos para além de 2000". O movimento criou *task forces* para enfrentar algumas problemáticas, tais como cuidado com as crianças, problemas específicos dos adolescentes e o racismo. Nesta fase do projeto, o *Columbus Ledger Enquirer* apoiou o movimento, criando espaços redatoriais que destacavam cartas dos leitores e uma série de artigos sobre problemas regionais.

Com o apoio financeiro de algumas instituições americanas, como o *Pew Research Center*², mais de 200 projetos de jornalismo cívico surgiram nesse período, nos Estados Unidos, sempre com o objetivo de contribuir para aprimorar a participação dos cidadãos na vida pública. No Brasil, um dos exemplos pioneiros desse tipo de jornalismo já podia ser observado nos anos de 1982 e 1983, no jornal *Diário da Manhã*, em Goiás, como relata Novaes (1994, p. 83-84):

Uma das maiores preocupações, entretanto, estava com o fato de que a comunicação fala com a sociedade, mas esta não tem como falar com a comunicação. [...] Essa preocupação levou o jornal a criar um debate permanente nos bairros, que trouxe lições muito úteis. Fazia-se um levantamento prévio dos principais problemas da comunidade e convidavam-se para a discussão autoridades das áreas envolvidas, representantes das chamadas entidades da sociedade civil [...], a universidade, etc. Como os debates eram publicados na íntegra pelo jornal, com frequência deixavam em má situação as autoridades – e estas começaram na hora a dar soluções para a maior parte dos problemas.

Resgatando as ideias de John Dewey (2004) sobre a capacidade do público em relação às questões da democracia deliberativa, os fundadores e defensores deste movimento acreditam que "seria desejável aprofundar as matérias relevantes de modo a focar nelas a atenção da comunidade. Só assim os cidadãos poderiam deliberar com conhecimento de causa sobre as principais questões da vida comunitária" (MESQUITA, 2003, p. 19). Para Correia (2005, p. 138),

o que mobiliza o jornalismo de proximidade é uma tentativa de diversificar fontes e problemáticas, constituindo uma alternativa ao tipo de cobertura jornalística levada a cabo, nomeadamente nas campanhas eleitorais, fortemente centrada nas sedes de campanha. Assim, leva-se a efeito o levantamento de temas através de fóruns, sondagens, painéis e entrevistas a fim de conseguir uma maior proximidade com os cidadãos. Na mesma linha, surge o jornalismo público com a sua pretensão de um vínculo mais forte com os cidadãos. Deste modo, a ideia de uma agenda do cidadão seria quase uma revolução copernicana, implicando uma deslocação do ponto de vista da notícia enquanto produto e enquanto consumível para uma visão centrada no cidadão.

² <http://www.pewresearch.org>

4.2 CONCEITOS, DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Não existe ainda, na literatura, uma definição consensual do que vem a ser o jornalismo cívico. Para Jay Rosen (2003, p. 181), jornalista americano considerado um dos fundadores do *civic journalism*, pesquisador do tema e professor na *New York University*, esse modelo de jornalismo trata de novas rotinas, proximidade com os cidadãos e suas verdadeiras preocupações, "ênfase na discussão séria como atividade básica na política democrática e foco nos cidadãos como atores do drama público em vez de espectadores". Ele afirma que a prática objetiva não apenas informar um público assumido, mas promover a integração entre as pessoas e o jornalismo de forma que sejam aumentadas as chances de que a audiência assumida seja, de fato, a mais próxima possível da real.

Mesquita (2003, p. 19) acredita que "todo jornalismo que contribui para a formação de um espaço público poderia designar-se como tal". Para Davis Merrit (2009), também considerado um dos fundadores do movimento, junto a Rosen, não se trata de fazer pequenas mudanças na prática jornalística do cotidiano, mas sim de assumir uma função que vá além de dar as notícias.

O jornalismo público difere do modelo dominante do jornalismo por se concentrar nos problemas das pessoas comuns, nas suas preferências quanto aos assuntos, e no fornecimento de informação que é de importância prática para aqueles que estão interessados em envolver-se ativamente no processo político. (EKSTEROWICZ; ROBERTS; CLARK, 2003, p. 98).

De acordo com o pensamento de Lattman-Weltman (2007, p. 200), o jornalismo cívico pode ser definido como "o padrão de cobertura jornalística que adota como valor supremo para sua prática a promoção do 'capital social' das comunidades onde circula e de onde retira o corpo principal de sua matéria-prima informativa". O autor enumera quatro características específicas do jornalismo cívico. A primeira delas é denominada "dar voz ao cidadão", no sentido de abrir espaço para suas demandas, ou seja,

permitir ao público uma participação mais direta e de maior peso na formação das pautas jornalísticas, de modo a garantir uma cobertura mais condizente com suas preocupações imediatas e prioridades, além de permitir a manifestação das próprias visões que o público, ou seus membros, possuiriam da realidade social imediata e seus problemas cotidianos mais urgentes (LATTMAN-WELTMAN, 2007, p. 199-200).

A segunda característica diz respeito à articulação dos cidadãos em direção à defesa dos seus interesses.

Não apenas a veiculação dessas matérias deve, de acordo com o modelo, tornar-se prioritária, mas também caberia ao jornal – nas versões mais ‘fortes’ de ‘jornalismo cívico’ – fomentar iniciativas, como reuniões públicas locais, para o debate dessas questões, organizar pesquisas e votações in loco sobre prioridades da comunidade, etc. (LATTMAN-WELTMAN, 2007, p. 200).

A terceira característica do jornalismo cívico, para o autor, é a mediação do debate entre a sociedade e o Estado. Seria tarefa deste modelo de jornalismo a efetivação do "diálogo equilibrado entre os cidadãos comuns [...] e os representantes das principais instituições [...], responsáveis pelo atendimento dos interesses maiores dos primeiros, ou seja, prestadores de serviços públicos ou privados, mandatários e autoridades em geral" (LATTMAN-WELTMAN, 2007, p. 200-201). A quarta característica do jornalismo cívico – a cobrança – aparece como uma possível continuação da mediação. Nas palavras de Lattman-Weltman (2007, p. 201):

Em um desdobramento mais ou menos imediato da mediação produzida pelo veículo, pode se seguir, ou mesmo já se encontrar implícita no primeiro momento, a cobrança das promessas feitas pelo agente ao principal – eventualmente, portanto, através da própria mídia – no cumprimento das demandas do segundo.

4.2.1 O DIREITO DE ESCOLHA POR PARTE DOS CIDADÃOS

Uma das mais fortes premissas do jornalismo cívico, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, está no direito conferido aos cidadãos de escolher a pauta a ser publicada, como explica Marcelo Moreira, ex-chefe de reportagem do RJTV³:

O jornalismo cívico é isso. Primeiro, a comunidade tem o direito de escolher o que ela quer ver no jornal. O problema dela, ela escolhe: ‘eu quero ver uma matéria sobre falta de água’. E você faz a matéria e tenta dar uma resposta para aquela comunidade (Lattman-Weltman, 2007, p. 206).

Essa característica foi a que nos incomodou primeiro para pesquisar este objeto, como explicamos na introdução deste trabalho. A líder comunitária Meire Matias, cuja entrevista em profundidade é parte integrante do *corpus* da presente pesquisa, deixou clara a garantia desse direito na sua fala:

³ A entrevista foi concedida ao autor em 15-10-2004. O RJTV é um dos principais telejornais diários da Rede Globo de Televisão, veiculado no Rio de Janeiro.

Tinha um dia que a Rádio Jornal trazia o jornal e eles diziam: "Meire, qual é a sua prioridade?" E eu respondia: "A praça do lixão. A praça João Felipe Santiago". "Qual a sua prioridade? É um muro de arrimo?" "Qual é a sua prioridade?" Então eles focavam naquilo e batia na tecla. Saía no jornal, numa quinta-feira. Aquilo era muito gratificante. [...] Era a gente da comunidade que escolhia o que a gente tinha prioridade na comunidade.

Essa característica faz com que o jornalismo cívico realize um movimento inverso em relação ao jornalismo tradicional, levando a decisão da pauta da redação para a comunidade.

5 O JORNALISMO CÍVICO DO RÁDIO DO POVO

Para entender as questões que circundam o jornalismo cívico a partir de uma perspectiva analítica, esta pesquisa traz como objeto de estudo o projeto Rádio do Povo – desenvolvido há mais de 20 anos em Pernambuco. Por uma semana, a equipe do projeto se insere em uma determinada comunidade e levanta as principais queixas da população junto aos líderes comunitários e moradores em geral. Essas questões são abordadas nos veículos que compõem o Sistema Jornal do Commercio de Comunicação (SJCC), notadamente na Rádio Jornal, durante a semana seguinte. Os órgãos responsáveis são cobrados e, na maioria das vezes, buscam responder com prazos para solução dos problemas ou oferecem justificativas. O Rádio do Povo também leva às comunidades palestras educativas que abordam variados temas e também prestação de serviços, como acesso à confecção de documentos, entre outros.

O projeto teve início em 1994 e, ao longo desse período, já passou por mais de 150 comunidades pernambucanas. O radialista e idealizador do projeto, Ednaldo Santos, lista três principais características para justificar a longevidade do Rádio do Povo: “nós abrimos um espaço para debater os problemas dos bairros [...], valorizamos as lideranças comunitárias e criamos um vínculo muito forte com as comunidades” (JC ONLINE, 2015).

Torres (2009, p. 93), através de uma análise de conteúdo, concluiu que “o trabalho desenvolvido pelo Rádio do Povo se insere, em um contexto amplo, no conceito de jornalismo cívico, que une comunicação e democracia em prol da cidadania”. É notável a longevidade do projeto, iniciado em 1994. Em um levantamento sobre os principais projetos brasileiros que mais se aproximam das características do jornalismo cívico, Fernandes (2008) lista como o mais longo um projeto do jornal O Povo, da cidade de Fortaleza no Estado do Ceará, iniciado na primeira década do século XXI e já descontinuado. O Rádio do Povo, mesmo em meio às dificuldades e ajustes, funciona, portanto, já há 25 anos.

5.1 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Antes de versarmos sobre as metodologias de análise, consideramos prudente refletir, mesmo que de forma breve, sobre as concepções de Lawrence Kohlberg (1981), acerca da Ética do Discurso, a fim de nos subsidiar para a posterior discussão sobre a relação entre os paradigmas científicos na perspectiva tradicional e construtivista.

Kohlberg (1981) toma emprestados da filosofia três concepções para discutir sobre a moral. São elas: cognitivismo, universalismo e formalismo. O cognitivismo versa sobre a formação do juízo moral e, neste trabalho, é a concepção que nos interessa primordialmente, por seu diálogo com a responsabilidade do cidadão no nível pós-convencional. O universalismo discute a abrangência da validade de tais juízos e o formalismo, a normatividade de tais juízos.

Na concepção do autor, a formação do juízo moral, da noção entre certo e errado, se dá em três níveis, a saber: pré-convencional; convencional e pós-convencional. No primeiro, a pessoa apenas segue o que está estabelecido como certo para não sofrer punições. Não há preocupação com a consciência, apenas o medo das sanções estabelecidas. No segundo nível, o convencional, já existe uma expectativa de mutualidade, a partir do momento em que se entende que o que afeta o outro também me afeta de alguma maneira. O foco, no entanto, ainda é no eu e se evidencia a concepção naturalizada da realidade social como a vontade de Deus, o resultado de leis cósmicas e o resultado da ação de heróis extraordinários, ou seja, alguma coisa diferente da ação racional e responsável humana. Não se vislumbra qualquer capacidade e, conseqüentemente, responsabilidade do cidadão sobre a definição da realidade social. O terceiro nível, o pós-convencional, é o nível em que a realidade social já é concebida como resultado da ação coletiva dos cidadãos, através do consenso estabelecido na comunidade de comunicação, na qual a validação intersubjetiva sempre construída e reconstruída discursivamente define o juízo moral e a noção de certo e errado baseado no que é melhor para o grupo e a comunidade. É quando entra em cena a noção de contrato social e a responsabilidade das pessoas através da consciência da ética pós-convencional sobre os acertos e erros existentes na realidade social.

Kohlberg (1981) entende a passagem de um nível para o outro como um processo de aprendizado. "A Ética do Discurso vem ao encontro dessa concepção construtivista da aprendizagem na medida em que compreende a formação discursiva da vontade como uma forma de reflexão do agir comunicativo" (HABERMAS, 1989, p. 156)

Essa concepção construtivista nos é fundamental para que possamos estabelecer uma breve diferenciação entre dois paradigmas científicos considerados: o paradigma positivista da ciência tradicional e o paradigma construtivista, este último, alicerce do nosso trabalho.

A perspectiva positivista tradicional vai equacionar a teoria da verdade como sendo a representação espelhada da realidade. Para ela, é possível falar em objetividade jornalística e notícias imparciais, isentas de qualquer ideologia ou subjetividade de quem as escreve – assim como seria possível também falar em conhecimento científico completamente isento de

subjetividade. Esta metodologia científica "disseminou a ideia de que a subjetividade humana e tudo que lhe dissesse respeito estariam condenados a ser considerados irracionais ou negativos" (ROCHA, 2007, p. 171).

Baseadas na crença de uma inconfundível fronteira entre a opinião e a notícia, foram desenvolvidas, a partir de então, técnicas prescrevendo um estilo redacional impessoal, caracterizado pela ausência de qualificativos e pela ocultação do jornalista através da atribuição da informação às fontes e da crença de que a apresentação das partes ou dos dois lados da moeda e o uso das aspas assegurariam a imparcialidade jornalística. (ROCHA, 2007, p. 171).

Já a perspectiva do paradigma construtivista, surgido a partir da guinada pragmática e linguística, entende que a ciência é linguagem e, como tal, aceita a teoria consensual da verdade. Não há representação efetiva da realidade, mas sim a realidade construída socialmente e, de tal forma, o conhecimento científico construído e aceito pela comunidade de comunicação. Como explica Kuhn (2007, p. 260), "o conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo, precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e o utilizam".

No período da década de 1960, a busca por um novo paradigma científico deu origem a uma nova perspectiva epistemológica que ficou conhecida por uns como construtivismo e, por outros, como construcionismo. A origem se deu no acirrado debate levantado pela teoria crítica da Escola de Frankfurt contra a pressuposição positivista da ciência social tradicional. Não há uma definição única do que seria o construtivismo ou construcionismo, mas identificam-se algumas características-chave compartilhadas: a) crítica ao conhecimento revelado e aceito sem discussão e postura cética no que diz respeito à ideia de que a observação do mundo revela sua natureza autêntica (verdade como espelho da realidade); b) entendimento de que a compreensão do mundo envolve a dimensão sócio-temporal específica; c) certeza da construção social do conhecimento, ou seja, de que a compreensão do mundo não advém da observação da natureza em si, mas das relações dos processos sociais; d) pacto de abordar as maneiras como o conhecimento socialmente construído está ligado a ações e práticas (GILL, 2002).

Esta mudança de paradigma científico, conhecida como "Guinada Linguística", representou a substituição da consciência pela linguagem, como critério de racionalidade por excelência. A razão, restrita ao âmbito da subjetividade individual pela filosofia da consciência, passa a poder ser concebida em um espaço que extrapola os limites do indivíduo isolado e que se convencionou chamar de intersubjetividade, onde se tornou um produto humano coletivo

destranscendentalizado, ou seja, não mais resultado da ação de um sujeito transcendental. (ROCHA, 2007, p. 173-174)

Considerando a adoção do paradigma construtivista, que valoriza a construção social da realidade, optamos por realizar a análise de conteúdo clássica **no(?)**, conforme proposta por Bauer e Gaskell (2002, p. 192-193):

Os procedimentos da AC reconstroem representações em duas dimensões principais: a sintática e a semântica. [...] A sintaxe descreve os meios de expressão e influência – como algo é dito ou escrito. [...] Os procedimentos semânticos dirigem seu foco para a relação entre os sinais e seu sentido normal – sentidos denotativos e conotativos em um texto. A semântica tem a ver com ‘o que é dito em um texto?’, os temas e avaliações.

Para servir-nos de complemento e facilitador, utilizamos o método proposto por Van Dijk (1990), que divide a estrutura do texto em dois níveis. São eles: macroestruturas, correspondentes à dimensão semântica do texto, ou seja, seu tema principal, o significado em seu nível mais global, o contexto; e microestruturas, que correspondem ao aspecto sintático do texto, ou seja, seu nível mais restrito. Na análise do *corpus*, selecionamos como microestruturas não apenas frases isoladas, mas parágrafos inteiros e, algumas vezes, até mais de um parágrafo, de forma a contextualizar e englobar o pensamento central do entrevistado, fundamental para o entendimento da análise em uma perspectiva construtivista.

5.2 ANÁLISE DO *CORPUS*

Partimos, então, para a análise do *corpus*. Foram entrevistados sete líderes comunitários de comunidades localizadas na Região Metropolitana do Recife que já participaram do projeto Rádio do Povo. A equipe de produção da Rádio Jornal nos passou uma lista com 20 nomes de líderes e suas respectivas comunidades. Destes, cinco números de telefone não funcionavam, o que reduzia nosso grupo para 15 nomes. Ao final, conseguimos contato e oportunidade de entrevistar sete pessoas.

É importante situar, ainda, o lugar de fala dos entrevistados. Os dois primeiros foram Zacarias Andrade e Jacilene Souza. Ambos já foram líderes formais das suas respectivas comunidades, presidindo as associações de moradores – época na qual participaram, pessoalmente, do projeto Rádio do Povo. Atualmente, Zacarias Andrade ocupa o cargo de primeiro suplente na Câmara de Vereadores do município de Abreu e Lima, localizado na Região Metropolitana do Recife (RMR). A entrevistada Jacilene Souza é esposa de um

vereador local e exerce uma liderança informal, sem cargo estabelecido, na comunidade de Tiúma, em São Lourenço da Mata, também na RMR.

A trajetória de liderança comunitária de Zacarias Andrade, 52 anos, começou ainda na juventude, na época escolar, quando exerceu a função de líder estudantil. Desde então, já se destacava por buscar a resolução de problemas que atingiam a comunidade escolar como um todo – como pode ser observado na íntegra da entrevista, disponível nos anexos deste trabalho. Ao concluir os estudos, foi incentivado a candidatar-se ao cargo de líder comunitário na associação de moradores do bairro de Caetés 1. Foi eleito e, desde então, nunca deixou a função, mesmo que de forma não-oficial. Após cumprir alguns mandatos na associação, afastou-se para candidatar-se ao cargo de vereador e foi eleito para a função de primeiro suplente, que exerce atualmente. Também é cadastrado como orientador social no programa Criança Feliz, do Governo Federal. Durante visita à comunidade, pudemos constatar que Zacarias é constantemente procurado para auxiliar na resolução das mais diversas questões trazidas pelos moradores da comunidade.

A dona de casa Jacilene Souza cresceu em Carpina, na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco. Chegou à comunidade de Tiúma depois do casamento e ali construiu a família, com dois filhos. No início, ela exercia a função de dona de casa e o marido trabalhava como mecânico de automóveis, no Recife. Ele foi o primeiro a ingressar na liderança comunitária, por incentivo de amigos locais. Candidatou-se e foi eleito ao cargo de líder comunitário na associação de moradores do bairro. Jacilene conta que ajudava informalmente o marido, visto que, em uma comunidade pequena, o líder é muito procurado em sua casa pelos demais moradores. Assim, quando ele resolveu afastar-se da função para candidatar-se ao cargo político de vereador, foi um movimento natural a candidatura dela para a associação de moradores. Eleita, exerceu a função por dois mandatos.

O terceiro entrevistado foi Geraldo Melo, 57 anos, líder da comunidade de Jardim Maranguape, em Paulista, há mais de 20 anos. A quarta entrevistada foi Meire Matias, 60 anos, presidente da Associação de Moradores da UR-2 desde 2004. Moradora da comunidade há 53 anos, viveu quase a vida inteira no local, onde foi merendeira e hoje é aposentada. Sempre foi engajada com a comunidade. Começou pelo Clube de Mães Rosa Magalhães, onde trabalhava com mulheres intermediando cursos profissionalizantes. Depois, foi vice-presidente da associação e, em seguida, presidente – função que ocupa atualmente.

O quinto entrevistado foi José Moura, 57 anos, autônomo, do Alto Santa Isabel, em Casa Amarela. Ele foi presidente da associação de moradores da comunidade entre os anos de

1987 e 1992 e, atualmente, preside um dos grupos culturais mais atuantes da localidade, o Grupo Cultural Deixa Falar.

A sexta comunidade visitada foi Caetés Velho, em Abreu e Lima, com uma realidade econômica diferente das demais. A comunidade não possui associação ou conselho de moradores e a entidade mais representativa é a Associação Beneficente Betânia, uma organização que começou prestando serviços funerários privados e hoje oferece outros serviços aos seus associados, mediante o pagamento de mensalidade. Como é a única associação da comunidade, também participa de alguns projetos governamentais, atuando junto à comunidade de uma forma geral. Neste local, foram entrevistados João Santana, 62 anos, vice-presidente, e Juliete Alves, 29 anos, assistente administrativo na associação.

A última comunidade a ser visitada foi Vale das Pedreiras, em Camaragibe. No local, visitamos o vice-presidente da Associação de Moradores do Vale das Pedreiras, Walderir Gomes, 42 anos.

Como é possível perceber nas íntegras das entrevistas, disponibilizadas nos anexos destes trabalhos, os discursos dos líderes comunitários são amplamente carregados de questões políticas locais na maioria dos casos. Ainda assim, conseguimos identificar três categorias correspondentes às macroestruturas conforme proposto por Van Dijk (1990), relacionadas com as dimensões semânticas do texto, que dialogam com o nosso problema de pesquisa e hipótese previamente estabelecida. São elas: A) a importância do jornalismo para a comunidade; B) a importância das ações sociais para a comunidade; C) os efeitos apreendidos pelo líder comunitário com o projeto.

Abordaremos, em primeiro lugar e na tabela abaixo, as microestruturas correspondentes à primeira dimensão semântica, relacionada à importância que os líderes comunitários conferem ao jornalismo praticado pelo projeto Rádio do Povo.

Tabela 1 – Análise da macroestrutura A

Nome	Microestrutura	Macroestrutura
Zacarias Andrade	M1: A resolução dos problemas ficou difícil. Porque quando você apresenta no jornal, estampa em uma página de jornal, quase todas as autoridades leem. E quando eles não têm [a notícia] pra ler, eles não vão resolver. A gente vai falar aqui, eu e tu, mas se Pernambuco não ver, vai ficar no anonimato. Mais um problema que vai ficar ali escondido e	(A) A importância do jornalismo para a comunidade

	não vai ser resolvido. E tem problema que só se resolve com rádio, televisão e jornal.	
Zacarias Andrade	M2: Aí vem o programa Rádio do Povo nas comunidades e não traz o jornal. Não traz a matéria na televisão. Eu não sei nem porque não traz, porque televisão até eu, como cidadão comum, que eu não sou do Sistema, eu posso ligar e vir uma reportagem. Entendesse? Jornal é a mesma coisa. Eu posso ligar. Um dia desses eu liguei para um número aqui do Jornal do Commercio que eu peguei e falei até com uma menina simpática, que é repórter, e ela botou uma matéria minha. Não precisou nem ela vir aqui, por telefone mesmo ela ficou me perguntando, que era um esgoto estourado na rua tal, fazia muito tempo que eu tinha reclamado à Compesa, ela perguntou o nome. E saiu no jornal. Entendesse? É importante demais o jornal, o rádio, a televisão. É muito importante.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Zacarias Andrade	M3: A parte do jornalismo influenciou porque muita gente na comunidade, que não escutava a Rádio Jornal, começou a escutar. E eu comecei a ser mais visto. Porque o Jornal do Commercio fazia comigo em torno de umas dez matérias, o rádio. O jornal estampado, o pessoal da comunidade comprava no domingo para ver a matéria que eu fiz no meio da semana. Então, isso aí influenciou muito para eu ficar uma pessoa mais bem vista, uma pessoa mais conhecida também. Porque imagina um bairro que tem 26 mil habitantes e eu ser conhecido por todo mundo? Quem leva a gente pra ser conhecido é a imprensa. É o rádio, televisão e jornal. Quando não tem a televisão, tem o jornal. E aí você começa a ser conhecido. Pra mim ajudou muito nessa parte aí. Influenciou muito a comunidade a vir mais a mim.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Zacarias Andrade	M4: Eu ganhei um certificado do pessoal do CPRH, que aqui tem a reserva ecológica, não sei se tu já <i>ouvisse</i> falar. Juntou um grupo de escoteiros, Prefeitura de Paulista e a presidente da reserva ecológica. E eles me chamaram lá pra uma	(A) A importância do jornalismo para a

	<p>confraternização e me deram um certificado de diploma de bons serviços prestados à comunidade. Foi o primeiro reconhecimento meu, que eu peguei, que eu fiquei abestalhado. Pensei, rapaz, eu nunca peguei num diploma desse, olha praí. O pessoal dizendo que eu estava sendo visto e eu nem sabia. Mas por causa disso aqui (aponta para o jornal), eles lá viram o jornal, as matérias: "poxa, esse Zacarias é parada mesmo, olha aí, o cara tá no Jornal do Commercio, o cara falou ontem na Rádio Jornal, olha aí que coisa bonita". Entendesse? Então eu fui reconhecido. E isso é muito bom. E, como eu estou lhe dizendo, fui reconhecido também nas urnas. Porque ter uma votação de primeiro suplente sem gastar um real, graças a Deus. Se eu fosse hoje vereador da cidade de Abreu e Lima, eu estaria conversando com você aqui com mais projetos que eu já teria implantado dentro da cidade. Porque eu gosto de fazer. É de mim mesmo, eu gosto de ajudar.</p>	comunidade
Jacilene Souza	<p>M5: Na minha época tinha um número de moradores que aparecia nesse dia. Marcava o dia da denúncia e a hora e aí vinha a Rádio Jornal e a gente fazia os apelos, as reclamações, e eles ficavam passando isso a semana toda na Rádio Jornal e muita coisa a gente conseguia, porque chegava até a autoridade que poderia resolver. E vinha e resolvia.</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Jacilene Souza	<p>M6: Pergunta: Dessa parte de colocar na rádio e no jornal as denúncias, o pessoal participava?</p> <p>Resposta: Participava, todo mundo participava e fazia suas denúncias. Com nome, endereço e tudo certinho. E, graças a Deus, muita coisa a gente conseguia.</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Jacilene Souza	<p>M7: Pergunta: A senhora disse que quando denunciava no microfone da Rádio Jornal muita coisa era resolvida. Como é que a senhora vê isso?</p> <p>Resposta: Sim, por exemplo. Estava faltando energia. Aí a gente estava com a Rádio Jornal aqui, a gente fazia a denúncia</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade

	de que estava tendo assaltos, de que a rua estava escura. Aí o pessoal lá na Rádio Jornal ficava sempre aquela semana toda batendo naquela tecla, denunciando, até que eles vinham e faziam.	
Geraldo Melo	M8: Através da rádio, a gente conseguiu pavimentar uma rua, porque a emissora foi em busca da secretaria. Então pressionou a secretaria e foi calçada uma rua através desse projeto.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Geraldo Melo	M9: Pergunta: Então, quando a gente fala de direitos, o senhor faz isso: ou através de ofício ou por meio dos grandes projetos? Resposta: Ou a gente aciona a imprensa.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Geraldo Melo	M10: Pergunta: Quando é que o senhor recorre à imprensa? O que é que faz o senhor dizer "ah, agora eu vou ligar para a rádio"? Resposta: Quando a gente acha muita dificuldade de eles darem um atendimento. Quando a gente manda ofício e eles não dão resposta, aí a gente aciona o jornal. Sempre sai uma matéria na parte de Urbana, do Jornal do Commercio também. Pergunta: E resolve? Resposta: Resolve. Resolve porque hoje a terceira força, o terceiro poder é a imprensa. Tem o poder judiciário, o legislativo e a imprensa. A gente acionou a Rede Globo também quando estava com muita falta de água aqui. De seis horas da manhã a reportagem veio. Resolveu. A Compesa disse que ia construir um poço para abastecer aqui e até hoje acabou a falta de água. Todo dia tem água.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Geraldo Melo	M11: Saiu no jornal. Até o policiamento também. A gente visitou alguns mercados aqui, os que eram mais assaltados. Fotografaram e as pessoas falaram dos assaltos. Aí o batalhão mandou policiamento. Pelo menos durante uns dois meses a	(A) A importância do jornalismo para a

	gente via os soldados passando por aí. Por causa da força do jornal e cobrança também, que eles entravam em contato com o batalhão.	comunidade
Geraldo Melo	M12: Então, você vê, o rádio tem essa força de levar as reivindicações e trazer respostas.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Geraldo Melo	M13: Pergunta: E terminou também conectando vocês de alguma forma, não é? As duas instituições [conselho de moradores e batalhão de polícia]. Resposta: Exato. Porque lá eles ficaram com nosso contato, quando eles querem alguma coisa eles ligam para a gente para saber.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Meire Matias	M14: E o que eu mais gostava, o que eu mais me sentia bem, apesar de todos os programas que eles traziam serem bons, era que Adilson vinha um dia, ficava um dia dentro da comunidade, tipo uma quarta-feira, e a gente ficava falando ao vivo. A gente tinha aquele programa ao vivo que dizia as prioridades da comunidade. Aqui já teve coisa na comunidade que foi feita por causa da Rádio Jornal. A praça João Felipe Santiago foi revitalizada através da Rádio Jornal, o muro de arrimo, os ônibus que eram de má qualidade. Quando a Rádio Jornal estava aqui, a gente batia na tecla dos ônibus [no microfone da emissora], da parada e assentos para idosos, da má qualidade dos ônibus, e quando a Rádio Jornal estava aqui a gente batia em cima. E por isso que eu estou sentindo falta da Rádio Jornal. Eu estou sentindo falta, eu acho que toda a comunidade está se queixando, porque a gente tinha uma voz que falava por nós, que brigava por nós. Porque todo dia Ednaldo estava ali na rádio dizendo: "olha, o posto de saúde! A falta de médico! A falta de remédio para idoso!" E tudo isso eu estou sentindo falta da Rádio Jornal, Rádio do Povo.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade

	<p>Pergunta: E como a senhora tenta resolver esses problemas agora sem a rádio?</p> <p>Resposta: Está difícil. Não está fácil não.</p>	
Meire Matias	<p>M15: A gente com a Rádio do Povo, a Rádio Jornal, não tinha medo de nada, falava ao vivo. "Olha, Meire tá falando ao vivo na Rádio Jornal sobre a falta de ônibus, sobre a poda!" – então eu me sentia muito segura. Eu acho que eu me sentia outra mulher com a Rádio Jornal, Rádio do Povo.</p>	<p>(A)</p> <p>A importância do jornalismo para a comunidade</p>
Meire Matias	<p>M16: Então eu gostaria que a Rádio Jornal, Rádio do Povo, voltasse para a gente ter essa força, essa voz forte, brigando e pedindo. Tinha um dia que a Rádio Jornal trazia o jornal e eles diziam: "Meire, qual é a sua prioridade?" E eu respondia: "A praça do lixão. A praça João Felipe Santiago". "Qual a sua prioridade? É um muro de arrimo?" "Qual é a sua prioridade?" Então eles focavam naquilo e batia na tecla. Saía no jornal, numa quinta-feira. Aquilo era muito gratificante.</p>	<p>(A)</p> <p>A importância do jornalismo para a comunidade</p>
Meire Matias	<p>M17: Pergunta: A senhora estava dizendo que eles passavam a semana toda com o microfone da rádio aqui na comunidade.</p> <p>Resposta: Todinha. Todo dia à tarde, de segunda a sexta, saíam as queixas. Um exemplo: eu chamava cinco pessoas e perguntava "você quer reclamar de quê?" Então, eles diziam do que queriam reclamar: "eu vou reclamar do ônibus", "vou reclamar do posto de saúde", então todos eles tinham uma queixa. E falavam no microfone.</p> <p>Pergunta: E resolvia?</p> <p>Resposta: Resolvia. Sempre foi resolvido. "Meire, eu vi você falando na Rádio Jornal". "Olha, fulano, eu vi você falando na Rádio Jornal". Então, todo mundo dizia que ouvia a gente com Ednaldo Santos. Era muito gratificante.</p>	<p>(A)</p> <p>A importância do jornalismo para a comunidade</p>
Meire Matias	<p>M18: Pergunta: Então era a senhora que dizia qual era a que seria publicada?</p> <p>Resposta: Eu que dizia. Eu me juntava com as pessoas e perguntava o que era que estava mais prioritário para dentro</p>	<p>(A)</p> <p>A importância do jornalismo para a</p>

	<p>do UR-2. A gente tinha uma descida horrível, eles fizeram um muro de arrimo, colocaram corrimão.</p> <p>Pergunta: Não era o jornalista que escolhia?</p> <p>Resposta: Não. Era a gente da comunidade que escolhia o que a gente tinha prioridade na comunidade.</p> <p>Pergunta: E aí geralmente resolvia?</p> <p>Resposta: Resolvia.</p> <p>Pergunta: Por que a senhora acha que resolve quando vai para a imprensa e não resolve quando a senhora manda ofício?</p> <p>Resposta: Não sei. Porque eles têm medo da imprensa. Não sei porque os governantes têm muito medo da imprensa. Porque quando é uma imprensa reconhecida, que bate na tecla, que luta por nós, é resolvido.</p>	comunidade
José Moura	<p>M19: Eu acho que hoje a gente tem um canal fundamental, um canal que é a imprensa. Eu acho que a imprensa hoje tem um papel fundamental. O poder público se acostumou a só responder as coisas quando a gente procura a imprensa.</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
José Moura	<p>M20: Em dezembro fomos na Compesa, todos os moradores, começou a chegar água, eles começaram a mandar caminhões pipas. Mas porque a imprensa também está cobrando. Nós fomos na Compesa e tivemos a cobertura da imprensa.</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
José Moura	<p>M21: Pergunta: Resolveu?</p> <p>Resposta: Não. Resolveu enquanto estávamos lá. Durante uns oito dias chegou água, mas hoje em dia tem ruas, tem quarteirões que faz dois meses que não chega um pingão d'água</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
José Moura	<p>M22: A imprensa hoje é um dos canais. Eu sou defensor da imprensa livre, porque eu quero a imprensa errando, mas não quero a imprensa com ataduras nela. A imprensa também tem sua pauta. Quando o problema é mais sério a imprensa dá</p>	(A) A importância do jornalismo para a

	cobertura, quando o problema é menor a gente não tem muita facilidade, mas sempre a gente tem, principalmente no rádio. O rádio tem uma força, principalmente nesses problemas menores. Porque a gente liga, o locutor atende, a gente pede, usamos muito o rádio.	comunidade
José Moura	M23: Pergunta: E a parte de jornalismo? Resposta: Veio. Levantou os problemas que a comunidade tinha. Foi muito bom, porque que o criador, Ednaldo Santos, deu várias respostas. Apesar que os órgãos não resolveram os problemas que eu já falei para você.	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
José Moura	M24: Pergunta: E resolvia quando saia no jornal impresso? Resposta: Eu acho que sim. Porque eu me lembro que nós recortávamos as matérias, fazíamos o ofício e a anexávamos, para dizer aos órgãos que aquilo tinha saído no jornal. E todos que estavam no poder tinham mais medo, pois nem sempre escutam o rádio	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Juliete Alves e João Santana	M25: Pergunta: E a parte de jornalismo, o pessoal veio? De rádio e de jornal? Resposta: Veio. Fizeram entrevista com o pessoal sobre os problemas da comunidade. Teve muitas pessoas da redondeza que vieram também. Pergunta: Resolveu alguma coisa? Resposta: Uma das situações apresentadas foi o lixo, que na época estava bastante precária a situação. Muitos entulhos, bueiros abertos. Teve alguns problemas que foram [resolvidos].	(A) A importância do jornalismo para a comunidade
Walderir Gomes	M26: A própria rádio vir para a gente fazer as denúncias que queríamos fazer ao vivo aqui, que é outra questão um pouco complicada para a gente conseguir que venha até o bairro. Pergunta: A imprensa? Resposta: A imprensa veio, tanto a rádio, quanto a TV. Na época quem fez as filmagens foi eu e Marco Zela, justamente por conta da Compesa, da falta d'água, da caixa d'água, uma	(A) A importância do jornalismo para a comunidade

	infinidade de situações.	
Walderir Gomes	<p>M27: Pergunta: Mas vocês costumam procurar a imprensa em geral para denunciar as coisas que não conseguem resolver nos órgãos?</p> <p>Resposta: Normalmente sim. Eu particularmente tenho uma rádio que funciona em FM aqui em Camaragibe, que é a Camará FM, com um repórter chamado Repórter Cidadão, Jonas Silva, e eu já fiz várias denúncias ao vivo com ele. Essa é a segunda que eu faço para a Rádio Jornal. A TV Jornal teve em uma vez na situação, teve outra na mesma situação.</p> <p>Pergunta: E resolve?</p> <p>Resposta: Sendo bem franco, eu acredito que a imprensa, infelizmente, não só a TV Jornal ou a Rádio Jornal, mas qualquer outra emissora, não resolve por conta da própria lei que não ajuda. É feito o trabalho da polícia, ela divulga. A imprensa é muito boa, ela divulga, ela vai divulgar, vai criar a bola de neve, ela vai aumentar e dar proporção ao problema e talvez fazer ele ser enxergado de uma maneira mais séria. Mas ela não resolve. Ela ajuda, mas não resolve. Porque quem deveria resolver são os órgãos competentes.</p>	(A) A importância do jornalismo para a comunidade

Torna-se claro, ao analisar os depoimentos, que os cidadãos percebem e identificam, na prática, o efeito do agendamento da mídia e a força que a imprensa tem no estabelecimento de assuntos que serão pauta de discussões e resoluções de problemas. Na microestrutura M5, por exemplo, a líder comunitária Jacilene Souza relata: "e eles ficavam passando isso a semana toda na Rádio Jornal e muita coisa a gente conseguia, porque chegava até a autoridade que poderia resolver". Na M8, o líder Geraldo Melo aponta: "através da rádio, a gente conseguiu pavimentar uma rua, porque a emissora foi em busca da secretaria. Então pressionou a secretaria e foi calçada uma rua através desse projeto".

O depoimento do líder Zacarias Andrade deixa claro, ainda, a importância da imprensa não só para a percepção, por parte das autoridades, dos problemas da comunidade, mas também para a própria visibilidade dentro da comunidade, que amplia o poder de participação social de um líder. Na microestrutura M3, ele relata: "quem leva a gente pra ser conhecido é a imprensa. É o rádio, televisão e jornal. [...] Pra mim ajudou muito nessa parte aí. Influenciou

muito a comunidade a vir mais a mim". Consideramos que, além da visibilidade midiática, a visibilidade pessoal é outro efeito alcançado, como observa Mesquita (2014, p. 45):

Há ainda a expectativa de atores sociais (movimentos sindicais, por exemplo) que desejam não apenas a veiculação de seus discursos (ações e pontos-de-vista), como também, principalmente, sua legitimação por meio de sua incorporação aos propósitos jornalísticos. Essas situações, para Ruellan (2006), não colocam jornalistas e fontes em campos opostos, e, sim, numa convergência de interesses. Os primeiros necessitam da informação, oficial e oficiosa, que os outros têm a ambição de ver veiculada por meio de um discurso externo.

Antes de partirmos para a análise das microestruturas que dialogam com a macroestrutura B), pontuamos a reflexão de Martino (2013, p. 208) sobre os efeitos observados a partir da ótica da macroestrutura A:

os temas da mídia, presentes na agenda de temas de grande parte do público, adquirem uma visibilidade social que nenhum tema da agenda particular deve ter. Afinal, é esperado que poucas pessoas estejam interessadas em pautar nossa vida particular, enquanto temas da mídia são amplamente conhecidos e comentados.

Tabela 2 – Análise da macroestrutura B

Nome	Microestrutura	Macroestrutura
Zacarias Andrade	M28: Aí foi quando esse projeto chegou na comunidade e eu comecei a entrar nas áreas mais críticas de favela, que aqui tem muita, e não puxei pessoas que estudam aqui ou ali, eu puxei os viciados. Esses caras que fumam maconha e ficam ali na esquina.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Zacarias Andrade	M29: Então eu chamei esse pessoal, os viciados, eles vinham até drogados para o curso. Adilson dizia: "poxa, Zacarias". Vítor, da Iquine, reclamava e eu dizia "deixe que eu vou assistir a aula". Aí eu ia para a aula, conversava com eles e tudo, e hoje tem deles que trabalham, que saíram do vício e toda vez que passam por mim eles me agradecem. Então, pra mim, isso foi gratificante demais. A gente tirou muita gente daqui do mal-estar, do vício.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Zacarias Andrade	M30: E esse projeto é isso, esse projeto ajuda as comunidades. Eu estava aqui numa associação em que eu não tinha quase nada para oferecer ao povo. Porque eu não tinha vínculo	(B) A importância das ações sociais

	político dentro da associação. Então, é difícil você manter uma associação onde o povo não quer acreditar. Porque quando o povo quer acreditar, o pessoal paga, né? É sócio. Eu não tinha sócio nenhum. Então a luz foi, abaixo de Deus, o Sistema Jornal do Commercio, que trouxe aqueles três cursos e eu comecei a conhecer pessoas e a me unir com as pessoas.	para a comunidade
Zacarias Andrade	M31: Como é que eu ia trazer um curso de cozinha, culinária, pra formar em torno de quase 100 mulheres, se eu não tinha o conhecimento para trazer? E essas mulheres que foram formadas, que me agradeceram, que até hoje agradecem? Isso foi como? Foi com o Sistema Jornal do Commercio, foi com o projeto. Aquela palestra que vem do combate ao incêndio. Eu estava um dia dormindo, quando eu não conhecia o combate ao incêndio dos bombeiros, e o bужão lá de casa a torneira começou a vazar. Eu saí de casa correndo, liguei para o bombeiro e o bombeiro 3h da madrugada entrou lá na minha rua, foi na minha casa e só fez mesmo desligar a torneira e tirar o bужão para o lado de fora. Então, depois que o Sistema trouxe o bombeiro pra mim que deu aquele [curso de] combate ao incêndio, eu hoje em dia faço isso tranquilo. E ensino aos meus vizinhos.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Jacilene Souza	M32: A Rádio Jornal a gente escuta e vê que ela tem o programa que leva para as comunidades benefícios como carteira de identidade. Muita gente não tem como tirar uma segunda, terceira ou quarta via e precisa. E aí sai gratuitamente através da Rádio Jornal. Tem um número, a gente chegou a tirar 100 carteiras de identidade. Trazia orientação com o bombeiro. E foi dessa forma que a gente beneficiou as pessoas através da Rádio Jornal.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Jacilene Souza	M33: A Iquine passava a semana todinha dando aula a esses meninos que terminam o segundo grau e não tem o que fazer, né? Aí faz o curso e já é alguma coisa. Muita gente se beneficiou e trabalha hoje em dia, tem o curso da Iquine,	(B) A importância das ações sociais para a

	através da Rádio Jornal na associação. E olhe que foi um trabalho muito bem feito, porque tinha hora de começar o curso todos os dias e hora de terminar. E quando terminava o curso a associação ficava linda, porque tudo que eles aprendiam ali na teoria ia para a prática.	comunidade
Jacilene Souza	M34: Porque esses cursos que eles tinham na mão, eles faziam o desenvolvimento muito bem. Eles passavam com muito amor para as pessoas e muita gente se beneficiava, de uma forma muito bem passada mesmo.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Jacilene Souza	M35: O Rádio do Povo sempre vinha, uma vez no ano. Eles tinham ali uma organização com vários cursos e também com atendimento jurídico, identidade, essas coisas todas. Eles davam conta de tudo direitinho, a comunidade participava, gostava muito.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Geraldo Melo	<p>M36: Pergunta: E qual a importância dessas ações para a comunidade? O senhor, que é líder e conhece todo mundo, como vê a importância das ações sociais, de antes e de agora, para as pessoas?</p> <p>Resposta: Eu acho que marca muito. É tanto que, você vê, o pessoal pergunta muito quando é que vai ter de novo. [...] Essa ação mesmo que teve com os médicos do Oswaldo Cruz, eles fizeram uma triagem com as pessoas participantes e umas quatro pessoas foram encaminhadas para o Oswaldo Cruz. Então, isso é uma referência. Para a gente, que é da liderança, marca muito. [...] E o pessoal do Tavares Buril que dá um suporte, foram emitidos 150 documentos, tá entendendo?</p> <p>Pergunta: E os cursos profissionalizantes? Formaram muitas pessoas?</p> <p>Resposta: Formou. Tem gente hoje, graças a Deus, em empresa, que precisava do certificado. Já pintava e tal, mas precisava do certificado, porque a empresa lá solicitava. Então, você vê, de 25 a gente teve, por exemplo, seis pessoas que hoje</p>	(B) A importância das ações sociais para a comunidade

	estão em empresas, construtoras, no setor de pintura, que passaram por esse curso da Iquine.	
Geraldo Melo	M37: São tantos benefícios que o projeto traz. O projeto trouxe a lei da cidadania, esclarecimentos com as escolas. A gente trouxe a criançada, foram mais de 70 alunos aqui, depois posso passar para você algumas fotos. A [equipe da] lei seca também teve aqui, teve até um cadeirante fazendo a palestra. Então, você vê, essa criançada ouvindo tudo aquilo, além de ver os slides, ver o depoimento do cidadão que está cadeirante, então isso aí serviu muito de lição para essa criançada que vai dizer em casa, tá entendendo? E replicar essa palestra em casa, o que escutou aqui. Isso aí foi muito bom.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Meire Matias	M38: A Rádio Jornal, a Rádio do Povo, com Ednaldo Santos. Ednaldo sempre foi parceiro da Associação de Moradores da UR-2. Trazíamos identidade para tirar, Ednaldo traz cozinhas, traz a Iquine. No momento eu estou até precisando da Iquine para pintar, porque eu só pinto essa associação quando a Rádio Jornal estava aqui e trazia a Iquine pra mim.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Meire Matias	M39: E traziam os projetos sociais, por uma semana dentro da associação. É muito bom, muito gratificante. Oculista, muito gratificante, eu me sentia muito gratificante (sic) com os projetos que a Rádio Jornal, Rádio do Povo, trazia aqui para a comunidade.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
Meire Matias	M40: Era muito bom o Painel de Barro, a SDS com a identidade. Trazia também o corte de cabelo, oculista. Então, era uma semana de festa dentro da UR-2 quando a Rádio Jornal estava aqui.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade
José Moura	M41: Dessa última vez, no ano passado, veio mais com palestras. Que também foi interessante, mas nos outros anos vinham com projetos de tirar RG, documentações. Esse ano foi bom para as escolas, porque teve aulas de primeiros socorros, aulas de educação no trânsito. Mas o	(B) A importância das ações sociais para a comunidade

	<p>básico. Agora eu acho um programa de fundamental importância para as comunidades, principalmente para as comunidades mais pobres. Porque, veja bem, tinha coisas que eu não sabia. Tipo como salvar uma pessoa que sofre um AVC sem ser médico, sem ser enfermeira. Então, infelizmente a população vai mais quando é serviço. Mas acho que o que eles fazem, o que eles defendem, eu acho que deveria ser um trabalho do Estado, e não só da rádio, como ensinar a prevenção de como salvar pessoas, principalmente para crianças.</p>	
<p>Juliete Alves e João Santana</p>	<p>M42: Pergunta: E como vocês conheceram o projeto Rádio do Povo?</p> <p>Resposta: Acho que em 2010. Já vieram umas três ou quatro vezes para cá.</p> <p>Pergunta: E como foi que veio a primeira vez?</p> <p>Resposta: Acho que a primeira vez foi a melhor (risos).</p> <p>Pergunta: Porque foi a melhor?</p> <p>Resposta: Porque teve a Iquine, teve o Altino Ventura. Foi uma semana realmente bem agitada.</p>	<p>(B)</p> <p>A importância das ações sociais para a comunidade</p>
<p>Juliete Alves e João Santana</p>	<p>M43: Muita gente participou. Teve gente que aprendeu, teve gente que já saiu para trabalhar. Todos aproveitaram o aprendizado. Pintaram o salão daqui todinho. Teve o curso também da cozinha, o Panela de Barro.</p>	<p>(B)</p> <p>A importância das ações sociais para a comunidade</p>
<p>Juliete Alves e João Santana</p>	<p>M44: Teve também a ASA⁴, que veio e até hoje a gente tá recolhendo o óleo. As pessoas da comunidade deixam aqui, a gente recolhe e o pessoal da ASA passa aqui e leva para o destino certo. Essa ação foi legal porque, realmente, até hoje o pessoal ainda traz e a gente recolhe e eles vêm buscar. Foi um projeto que ficou mesmo depois do Rádio do Povo.</p>	<p>(B)</p> <p>A importância das ações sociais para a comunidade</p>
<p>Juliete Alves</p>	<p>M45: Pergunta: Como vocês veem a influência do Rádio do Povo na comunidade?</p>	<p>(B)</p> <p>A importância</p>

⁴ Indústria de produtos de higiene.

e João Santana	Resposta: Beneficia. O pessoal procura mais cursos e atendimento médico. E também a questão da carteira de identidade: quando veio, foi ótimo, muita gente participou. Quando fazem só palestras, as pessoas não participam tanto.	das ações sociais para a comunidade
Walderir Gomes	M46: Da última vez foi muito importante para a comunidade, pelo que eles trazem. Eles conseguem inserir na comunidade coisas que não chegam tão facilmente, como a emissão de documentos por exemplo, que é algo “burocrático” – costume usar esse termo). Você tem que chegar no rapidinho, em qualquer posto desses pra tirar uma documentação, e tem que marcar uma ficha por telefone ou por internet. Às vezes você não consegue e é um agendamento pra 30 ou 40 dias. E você às vezes nem consegue. Quando chega isso na sua porta é muito satisfatório. Teve um programa também que veio no conjunto com Altino Ventura. Essa questão também foi importante.	(B) A importância das ações sociais para a comunidade

As ações sociais são uma parte importante e que ocupa um grande espaço dentro do projeto Rádio do Povo. Elas podem, e são, percebidas de, pelo menos, duas formas: a comunidade as vê como de extrema importância; o Sistema Jornal do Commercio as utiliza para caracterizar o projeto como de assistência social e não de jornalismo.

Tais ações, de fato, não são verificadas no modelo de jornalismo cívico desenvolvido nos Estados Unidos, por exemplo, exemplificados em tópicos anteriores desta pesquisa. No entanto, é preciso considerar a realidade econômica e social, não só do Brasil, mas da Região Metropolitana do Recife. Realidade essa que nos fez ouvir de um entrevistado que a empresa estatal responsável pelo saneamento é um "câncer" com o qual aquela comunidade convive há cerca de 30 anos, conforme relatado na íntegra da entrevista 07, disponível no anexo B deste trabalho.

O Rádio do Povo chega a comunidades carentes de serviços básicos e, mais do que uma voz de apoio à reivindicação, faz o papel de Estado muitas vezes, oferecendo serviços de saúde e educação, entre outros, como observado nas microestruturas destacadas a seguir:

- **M29:** hoje tem deles que trabalham, que saíram do vício e toda vez que passam por mim eles me agradecem.

- **M32:** Muita gente não tem como tirar uma segunda, terceira ou quarta via e precisa. E aí sai gratuitamente através da Rádio Jornal.
- **M37:** A [equipe da] lei seca também teve aqui, teve até um cadeirante fazendo a palestra. Então, você vê, essa criançada ouvindo tudo aquilo, além de ver os slides, ver o depoimento do cidadão que está cadeirante, então isso aí serviu muito de lição para essa criançada que vai dizer em casa, tá entendendo? E replicar essa palestra em casa, o que escutou aqui. Isso aí foi muito bom.
- **M44:** Teve também a ASA, que veio e até hoje a gente tá recolhendo o óleo. As pessoas da comunidade deixam aqui, a gente recolhe e o pessoal da ASA passa aqui e leva para o destino certo. Essa ação foi legal porque, realmente, até hoje o pessoal ainda traz e a gente recolhe e eles vêm buscar. Foi um projeto que ficou mesmo depois do Rádio do Povo.

Sobre as ações, ideias e iniciativas que perduraram após a passagem do projeto pela comunidade, assim como o projeto da ASA mencionado na M44, passamos à análise da macroestrutura C).

Tabela 3 – Análise da macroestrutura C

Nome	Microestrutura	Macroestrutura
Zacarias Andrade	M47: Eu aprendi com o projeto que a gente tem que se unir pra construir alguma coisa. E a união é você indo buscar pessoas que entendem mais do que você, pra trazer coisas que beneficiem pessoas que você quer ajudar.	(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo
Zacarias Andrade	M48: Eu conheci Santana e fiquei colega dele. Conheci Vítor, que era o professor da Iquine, e fiquei colega. E conheci mais a dificuldade da minha comunidade. Porque quando tu traz o benefício para a minha comunidade e eu vou lá atrás, nas áreas de risco, tirar aqueles jovens das drogas, é porque tem alguma coisa para oferecer a ele. E daí eu fiquei tão abismado com o que eu tenho dentro desse bairro que eu me uni com pessoas que pudessem dar, vamos supor: tu trouxesse o curso da Iquine, eu trouxe 26 viciados, drogados. O que foi que eu fiz? Antes do curso da Iquine começar, uma colega minha palestrante dava	(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo

	<p>uma palestra com data show sobre o combate às drogas. Sobre o mal que a droga faz na vida da gente, na família da gente e na família dos vizinhos da gente. Porque um drogado não se prejudica só, ele prejudica toda uma rua. Então eu trouxe esse pessoal pra dar uma palestra, eu assisti à palestra e terminei me tornando um palestrante. Em todo canto que eu estou que eu posso falar, eu falo. Dou uma palestrazinha e às vezes tiro pessoas do crime e das drogas. Pra mim isso é bom. E isso tudo através de quê? Através de uma rádio que tem um programa social que vai ao povo, independente de onde o povo esteja – ainda tem isso. Porque ir em Boa Viagem é muito fácil. Ruim é sair de lá e vir pra cá, pra zona de risco.</p>	
Zacarias Andrade	<p>M49: Influenciou porque eu tive um empurrão.</p>	<p>(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>
Jacilene Souza	<p>M50: A gente aprendeu a trabalhar pelo próximo. A gente aprendeu também com a Rádio Jornal que nós somos capazes de fazer alguma coisa.</p>	<p>(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>
Jacilene Souza	<p>M51: E a Rádio Jornal ensinou a gente como fazer muita coisa pelo próximo. Não é preciso ter muito, é preciso ter um bom coração para abraçar aqueles que são menos favorecidos.</p> <p>Pergunta: É muito interessante quando a senhora diz que a Rádio Jornal ensinou vocês como fazer coisas pelo próximo. O que foi exatamente que vocês aprenderam, com o projeto, sobre como ajudar outras pessoas?</p> <p>Resposta: É porque, veja só: a Rádio Jornal não tem nada a ver com a situação da minha vizinha que não pode tirar uma identidade. Mas a Rádio Jornal se ofereceu para vir aqui e ajudá-la a conseguir essa identidade, entendeu? E aí a gente pensa: "poxa, se eles nem conhecem a minha vizinha que está precisando dessa identidade, eu que estou aqui do lado eu posso</p>	<p>(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>

	<p>fazer não só por ela que está precisando de uma identidade, mas para outras pessoas também que estão precisando de mais alguma coisa", entendeu? E aí a gente foi vendo que a gente poderia ajudar outras pessoas com outras coisas que a gente poderia fazer. A gente teve muitos cursos na associação. Lá do outro lado da rua tem uma senhora que sabe fazer bolos de confeitaria, aniversário, casamento e tudo mais. A gente já foi buscar ela, conversar com ela para ela vir para dentro da associação.</p>	
Jacilene Souza	<p>M52: É, a Rádio Jornal veio para cá fazer cursos. Veio para cá oferecer cursos, "olhe, você pode fazer isso? Podemos". Então, depois a gente começa a pensar, né? A gente pode fazer também outra coisa sem precisar deles. A Rádio Jornal vem aqui uma vez no ano. A gente está aqui todos os dias do ano. A gente sabe o que a comunidade pode oferecer também. Então vamos conversar com aquela pessoa, pra ver se ela pode, com uma quantia que a gente pode oferecer a ela, dar um curso para outras pessoas. E assim a gente foi buscando pessoas da comunidade que sabiam fazer alguma coisa para ensinar dentro da associação, entendeu?</p>	<p>(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>
Geraldo Melo	<p>M53: Nós aprendemos a importância da parceria. Foi muito importante. A gente aprendeu que tem que abrir a porta, comunidade e entidades de um modo geral. E também tem a questão, gratificante, de as pessoas procurarem mais a entidade, o centro comunitário. Porque respalda, tá entendendo? O projeto termina dando força para a gente. Porque, você vê, na época de emissão de documentos aqui, vem gente de Maranguape 2, vem gente de Olinda, de Jardim Atlântico, porque escutou na rádio. Porque o projeto não visa só a comunidade. A rádio divulgou e vêm pessoas de outros lugares.</p>	<p>(C) Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>
Meire Matias	<p>M54: Pergunta: O que a senhora aprendeu com o projeto Rádio do Povo? Resposta: Muitas coisas. Aprendi a ser mais humana do que eu</p>	<p>(C) Efeitos apreendidos com</p>

	<p>era. Aprendi a saber pedir. Porque a Rádio Jornal ensinava a gente a saber pedir, saber cobrar e não ter medo.</p> <p>Pergunta: Aprender a pedir que a senhora diz é a cobrar, reivindicar?</p> <p>Resposta: A cobrar. A cobrar dos governadores, a cobrar do prefeito do Recife, a cobrar dos órgãos governamentais que deixam a desejar. Você sabe que deixam a desejar. Hoje não estão nem valorizando muito a associação</p>	o Rádio do Povo
Meire Matias	<p>M55: Pergunta: A senhora estava me dizendo que aprendeu a brigar mais por seus direitos. Depois que o projeto veio, mudou alguma coisa na forma como a senhora busca os direitos das pessoas? Antes e depois do projeto? O que mudou?</p> <p>Resposta: Mudou. Antes eu era meio... assim, brigava pelo projeto da comunidade. Mas depois que eu vi a Rádio Jornal, eu criei mais força. Quando a Rádio Jornal começou a vim visitar, ela vinha de ano em ano, todo ano já tinha aquela data. Aí eu comecei a criar mais força. Pensei: "se a Rádio Jornal está do meu lado, eu posso falar o que eu quero". E Adilson deixava a gente bem à vontade: "fale tudo o que você quer, não tenha medo". Então era ao contrário, a Compesa tinha medo da gente. A empresa [de ônibus] Vera Cruz tinha medo. "Meire agora está mais esperta, está falando mais, brigando mais, metendo mais o pau". Eu não estou machucando, mas estou aprendendo a reivindicar. Eu aprendi a reivindicar melhor depois que a Rádio Jornal começou a fazer essa parceria comigo.</p> <p>Pergunta: Entendi. E a senhora reivindicava mesmo quando eles não estavam? Porque eles só passavam uma semana aqui.</p> <p>Resposta: Aí eu comecei a reivindicar. Comecei a pedir, aprendi a pedir, comecei a cobrar dizendo aos órgãos que eles têm obrigação. Que as coisas mudaram, que tem que ser diferente. Adilson dizia: "Meire, nunca tenha medo. Se você estiver certa, vá fundo, brigue pelos seus direitos, brigue pelo</p>	<p>(C)</p> <p>Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>

	<p>direito da comunidade, brigue mesmo". Aí eu aprendi a brigar. Era uma briga construtiva.</p> <p>Pergunta: Entendi. Então quando a senhora ligava já não aceitava mais qualquer resposta.</p> <p>Resposta: Eu dizia "não, eu não quero um não, quero uma resposta". Então as coisas mudaram muito e mudaram para melhor. Quando a gente chegava no Governo do Estado, nas empresas e chamava para uma reunião na comunidade, era outra coisa.</p> <p>Pergunta: E as outras pessoas da comunidade passaram a lhe ver de outra forma?</p> <p>Resposta: De outra forma. Passaram a vim falar comigo, a me respeitar melhor, a trazer mais coisas. "Vamos levar para Meire porque Meire é danada, ela resolve mesmo. Ela vai brigar por nós lá na Emlurb, na Codecir, nos ônibus", eles diziam. Esses ônibus, só Jesus na causa. E eu brigava mesmo, eu dizia "eu quero, eu quero e eu quero, não aceito propina". Eu quero o bem para a comunidade, o bom para a comunidade, se a comunidade estiver satisfeita eu também estou.</p>	
José Moura	<p>M56: Pergunta: O que você acha que vocês daqui da comunidade aprenderam com o projeto?</p> <p>Resposta: Primeiro lugar é ver que existe uma emissora, ainda, com um projeto que se preocupa discutir os problemas dos mais pobres. Isso é fundamental. Em segundo lugar, dar vez a quem não pode falar. Em terceiro lugar, o compromisso da rádio em buscar condições para os problemas das comunidades, esse povo que sofre tanto.</p>	<p>(C)</p> <p>Efeitos apreendidos com o Rádio do Povo</p>

Na macroestrutura C), agrupamos as microestruturas que refletem os efeitos deixados pelo projeto Rádio do Povo nas comunidades. Observamos que, apesar de diversas, as falas direcionam para um mesmo espectro, que é o aprendizado sobre a atuação na vida em comunidade. Na maioria dos casos, os líderes relatam que, com o apoio das ações sociais e de jornalismo do Rádio do Povo, eles se tornaram pessoas mais ativas dentro daquele núcleo. Dos sete entrevistados, apenas dois não relataram efeitos concretos para além dos já listados

nas macroestruturas A e B. Os demais afirmaram que passaram a reivindicar mais e melhor, junto aos órgãos competentes, os direitos que lhes deveriam ser garantidos e tomaram iniciativas de ações que poderiam beneficiar a comunidade na qual estão inseridos. As microestruturas destacadas a seguir ilustram essa conclusão:

- **M47:** Eu aprendi com o projeto que a gente tem que se unir pra construir alguma coisa. E a união é você indo buscar pessoas que entendem mais do que você, pra trazer coisas que beneficiem pessoas que você quer ajudar.
- **M52:** É, a Rádio Jornal veio para cá fazer cursos. Veio para cá oferecer cursos, "olhe, você pode fazer isso? Podemos". Então, depois a gente começa a pensar, né? A gente pode fazer também outra coisa sem precisar deles. A Rádio Jornal vem aqui uma vez no ano. A gente está aqui todos os dias do ano. A gente sabe o que a comunidade pode oferecer também.
- **M53:** E também tem a questão, gratificante, de as pessoas procurarem mais a entidade, o centro comunitário. Porque respalda, tá entendendo? O projeto termina dando força para a gente.
- **M55:** Eu aprendi a reivindicar melhor depois que a Rádio Jornal começou a fazer essa parceria comigo.

Relacionamos o que foi observado na análise da macroestrutura C) com a reflexão de Kohlberg (1981) sobre o nível pós-convencional do cognitivismo, ou seja, da formação do juízo moral, como detalhado no início deste quinto capítulo. Para o autor, a chegada a esse nível é possível apenas por meio de um processo de aprendizado, como o relatado pelos líderes comunitários. É nesse nível pós-convencional que os cidadãos entendem a realidade social como resultado da ação coletiva e assimilam a importância da responsabilidade de cada um e de todos na formação do contrato social.

Após a análise detalhada das três macroestruturas, em separado, passemos, então, às considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as entrevistas em profundidade realizadas com líderes comunitários que participaram do projeto Rádio do Povo, observamos três macroestruturas de sentido comuns a elas: A) a importância do jornalismo para a comunidade; B) a importância das ações sociais para a comunidade; e C) os efeitos apreendidos pelo líder comunitário. Identificamos as microestruturas de sentido, ilustradas pelas próprias falas dos líderes, que se relacionam a cada uma destas macroestruturas.

Fizemos este esforço com o objetivo de encontrar respostas para o nosso problema de pesquisa inicial: quais os efeitos gerados pelo projeto Rádio do Povo nas comunidades atendidas? Percebemos, com esta análise, que as macroestruturas se relacionam com as categorias de jornalismo cívico propostas por Lattman-Weltman (2007) e lançam luz sobre novas possíveis categorias deste modo de fazer jornalismo, ainda não listadas na escassa literatura disponível sobre o tema.

Lattman-Weltman (2007) cita a visibilidade conferida pela mídia aos problemas dos cidadãos como uma das características do jornalismo cívico. Nos nossos achados de pesquisa, concluímos que, na realidade local analisada, além de conferir visibilidade às questões, o projeto confere também visibilidade à pessoa do líder comunitário e, por vezes, à instituição da associação de moradores. Propomos, então, que a característica da visibilidade, identificada pelo autor, seja composta por dois pontos: visibilidade midiática e pessoal.

Outra característica do jornalismo cívico, destacada por Lattman-Weltman (2007), é a articulação em defesa dos interesses dos cidadãos. Encontramos essa referência na análise das macroestruturas B e C – nas quais encontramos, também, outras formas de articulação. Entendemos que os cidadãos, como efeito gerado pelo Rádio do Povo, passam a se articular de forma autônoma, para além do projeto, o que os insere em um nível de cognitivismo pós-convencional (KOHLEBERG, 1981), no qual a realidade social é concebida como resultado da ação coletiva dos cidadãos. Desta maneira, a Rádio do Povo proporciona um processo de conscientização em que as comunidades e suas lideranças superam a condição naturalizada e passiva dos níveis pré-convencional e convencional de desenvolvimento da consciência moral, atingindo a consciência pós-convencional de assumir responsabilidade ética diante de uma realidade socialmente construída.

Observamos, ainda, que o projeto realiza a articulação das pessoas com os prestadores de serviços públicos sociais, diretamente. Assim, propomos que a característica de articulação em defesa dos interesses, seja ampliada para abranger também a articulação em prol de

benefícios conquistados com ações sociais e a articulação autônoma dos cidadãos para além das ações do projeto.

As duas últimas categorias, listadas por Lattman-Weltman (2007), são a mediação e a cobrança, cujas referências podem ser encontradas nas análises das macroestruturas A e B.

É notável a importância do projeto Rádio do Povo para a efetivação da cidadania dessas pessoas. E, ainda assim, ao longo do tempo o projeto não ganhou, mas perdeu espaço dentro de um dos sistemas de comunicação mais relevantes do Estado de Pernambuco. O motivo alegado é econômico, tanto por parte do sistema quanto por parte das empresas privadas que apoiavam o projeto.

O tema, no entanto, carece urgentemente de estudos mais aprofundados, de forma a entender melhor o papel das ações sociais dentro deste modelo e propor alternativas para uma participação mais produtiva da imprensa, que gere resultados mais em acordo com a ampliação do engajamento das pessoas na vida pública. Entendemos que, nesse contexto, a atuação do jornalismo poderia ser ampliada de forma a expandir, como consequência de tais ações, o conhecimento das pessoas acerca dos temas da vida política. "O problema do conhecimento não é apenas um tópico obscuro, destinado aos filósofos. Ele é de absoluta importância prática para a participação democrática" (DAHLGREN, 2018, p.1, tradução nossa).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 322 p. Tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal).

COLEMAN, Renita. Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 59-73.

CORREIA, João Carlos. **Jornalismo e espaço público**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 1998. 187 p. (Estudos em Comunicação). Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110826-correia_jornalismo_espacopublico.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

_____. O Admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos. 2011. ed. Covilhã: Livros Labcom, 2011. 241 p. (Estudos em Comunicação). Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20110524-correia_manual_noticial.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Morata, 2004.

EKSTEROWICZ, Anthony J.; ROBERTS, Robert; CLARK, Adrian. Jornalismo público e conhecimento público. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 85-106.

FERNANDES, Márcio. **Civic journalism**: haverá um modelo brasileiro?. Guarapuava : UNICENTRO, 2008.

FERREIRA, Gil B. **Novos media e vida cívica**: Estudos sobre Deliberação, Internet e Jornalismo. Covilhã/Portugal: Livros LabCom, Universidade da Beira Interior, 2012.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989

_____. **A inclusão do outro**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

JC ONLINE (Recife). Conheça Ednaldo Santos, o polivalente da Rádio Jornal. 2015. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/imagem-e-som/noticia/2015/03/22/conheca-ednaldo-santos-o-polivalente-da-radio-jornal-173171.php>>. Acesso em: 22 mar. 2015.

KOHLBERG, Lawrence. *The meaning and measurement of moral development*. Worcester, Mass. (EUA): Clark University Press, 1981.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Cidadania e audiência no telejornalismo comunitário da Rede Globo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Direitos e cidadania**: justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Cap. 6. p. 193- 213.

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/ebooks/6456>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro (Org.). **Dicionário da comunicação**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2009. 496 p.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 4. ed. revista e atualizada. Petrópolis, RJ : Vozes, 2013. p. 23-24.

MERRIT, Davis. *Public journalism and public life: why telling the news is not enough*. 2nd. ed. Routledge: New York, 2009. Livro digital.

MESQUITA, Giovana Borges. **Intervenho, logo existo**: a audiência potente e as novas relações no jornalismo. Tese de doutorado. Recife: O Autor, 2014.

MESQUITA, Mário. As tendências comunitaristas no jornalismo cívico. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 19-27.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7. ed. São Paulo : Contexto, 2007. (Coleção Comunicação).

NOVAES, Washington. Informação e Cidadania. In: CAVALCANTI FILHO, José Paulo (org.) **Informação e Poder**. Rio de Janeiro: Record; Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

PATTERSON, Thomas E. *The Mass Media Election: How Americans Choose Their President*. New York: Praeger. 1980.

PAULINO, Roseli Aparecida Fígaro. **Estudos de recepção para a crítica da comunicação**. Comun. Educ., [s.l.], n. 17, p.37-42, 30 abr. 2000. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/iss>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36895>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

Peter Dahlgren (2018): *Media, Knowledge and Trust: The Deepening Epistemic Crisis of Democracy*, Javnost - The Public, DOI: 10.1080/13183222.2018.1418819. Acesso em 11/01/2019.

ROCHA, Heitor Costa Lima da; CORREIA, João Carlos Ferreira; TELLERÍA, Ana Serrana. Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. **Revista Eptic**, Sergipe, v. 19, n. 1, p.153-169, jan. 2017.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. Verdade e rigor no jornalismo. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 2, p.171-184, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ec.ubi.pt/ec/02/pdf/EC02.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

ROSEN, Jay. Para além da objetividade. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. P. 75-84.

_____. *What Are Journalist For?*. Yale University, 1999.

ROSS, Edward Alsworth. A supressão das notícias importantes. In: BERGER, Christa; MAROCCO, BEATRIZ (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

RUELLAN, D. “Corte e Costura do Jornalismo”. **Líbero**, v. 9, n. 18, p. 31-40, 2006.

SCHUDSON, M. *Why Democracies Need and Unlovable Press*. Malden: Polity Press, 2008.

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo público: o social como valor-notícia.. In: FRANÇA, Vera et al (Org.). **Livro do XI COMPÓS - Estudos de Comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2003. p. 385-410. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1200.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

TORRES, Sheyla de Lima. **Comunicação e democracia: o projeto Rádio do Povo, da Rádio Jornal**. 2009. 98 f. TCC (Graduação) - Curso de Comunicação Social Com Habilitação em Jornalismo, Faculdade Maurício de Nassau, Recife, 2009.

TRAQUINA, Nelson. Jornalismo cívico: reforma ou revolução?. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. P. 9-18.

VAN DIJK, Teun A. *La noticia como discurso: comprension, estructura y producción de la información*. Barcelona: Paidós, 1990.

APÊNDICE A

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Nome:

Idade:

Comunidade:

Função na comunidade:

Há quanto tempo?

1. Como líder comunitário, como você busca garantir os direitos, seus e das demais pessoas da comunidade por você representadas?

Exemplo:

[Relação com o projeto Rádio do Povo]

2. Como conheceu o projeto?

3. Como foi a visita do projeto à comunidade?

4. O que aprendeu com o projeto?

5. Como busca os direitos, seus e das demais pessoas da comunidade por ele representadas?

[Repetir a pergunta após falar sobre o projeto, a fim de entender o que pode ter sido acrescentado com a vivência].

6. Se participou antes, o que acha da diminuição do espaço? Seria interessante voltar a ser como antes? Por quê?

7. Se não participou do projeto antes, como acha que seria se fosse com o espaço de antes?

APÊNDICE B

ÍTEGRA DA ENTREVISTA 01

Zacarias Andrade de Araújo, 52 anos, líder na comunidade Caetés 1, em Abreu e Lima.

Pergunta: O senhor é líder daqui há quanto tempo?

Resposta: Rapaz, faz mais de 25 anos. Porque eu era líder estudantil. Saí da escola e fui ser líder comunitário. Até hoje, eu sou o mais votado nas eleições comunitárias daqui. Já não sou mais da associação, já saí. Hoje eu sou um líder político, eu sou o primeiro suplente na cidade. Só com esse trabalho, junto com a Rádio Jornal, junto com algumas entidades que me ajudaram. Eu fui com trabalho para a política, não fui com boca de urna, não fui com dinheiro para comprar ninguém. E cheguei à primeira suplência, pela misericórdia de Deus. Para envergonhar os inimigos. Porque aqui é assim: para ganhar uma eleição de vereador, você tem que ter dinheiro, sabe?

Pergunta: Então hoje o senhor é primeiro suplente de vereador?

Resposta: É. Mas eu trabalho com o social aqui. Eu consegui pra cá, desde 2008, trazer o grupo de advogados e hoje a gente paga o seguro das casas aqui. Cada casa tem direito a uma indenização, de R\$ 80 mil, R\$ 60 mil, R\$ 117 mil.

Pergunta: O senhor diz que trabalha com o social. Quando eu cheguei, eu vi uma senhora dizendo que ia falar com o senhor e vejo que as pessoas lhe procuram muito. Como é que o senhor faz para buscar os direitos dessas pessoas?

Resposta: Vê só, Sheyla. Quando é um idoso que tá com problema, problema de cadeira de roda que ele não tem; ou um remédio controlado que ele toma e que a farmácia do Estado ou do município não tem, o que é que eu faço? Eu aciono o Conselho do Idoso da prefeitura. Se não resolve, eu aciono direto o Ministério Público. Aí o MP se encarrega de resolver e resolve. Então meu elo com a população é mais ou menos assim. Hoje eu tenho acesso a alguns departamentos da prefeitura. Tem o CRAS que lida com o Bolsa Família. Às vezes você é uma pessoa que tem um trabalho, teu marido trabalha e tu não recebe o Bolsa Família. Mas teu marido desempregou e tu tá desempregada, e agora? E tu não sabe como dar entrada. Então eu levo a pessoa no CRAs, ou eu mostro onde é, a pessoa vai lá, se cadastra e em pouco tempo recebe o Bolsa Família.

Pergunta: Então o senhor vai diretamente nas instituições?

Resposta: Eu vou nas instituições. Eu tenho uma rede. A nível de: eu tenho um morador que está com medo de denunciar um casal que cria 5, 6 filhos, como se bota cachorro na rua, solto. A mãe sai pra tomar cachaça, o pai sai pra fumar maconha e eles têm medo. Então eles me procuram anonimamente, eu procuro anonimamente o Conselho Tutelar e faço a denúncia. O Conselho Tutelar vai lá e começa a fazer a devida ocorrência. E através daí, às vezes o Conselho Tutelar precisa da rede agora. Por exemplo: a criança está doente e precisando de um pediatra, mas está difícil marcar. Então aí eu já vou até a Secretaria de Saúde. Ou então: eita, Zacarias, mas eu estou precisando de um psicólogo. Então eu já vou à Secretaria de Ação Social, que lá tem o psicólogo. Aí a gente já marca. E através daí a gente vai desenrolando. Eu sou praticamente um orientador social. Eu sou inscrito em Brasília como orientador social, com matrícula, com tudo. Então, é uma coisa que dá trabalho, mas é gratificante porque você não tem nem 3, 4 salários. Pra ser orientador social dentro de Abreu e Lima eu recebo um salário mínimo.

Pergunta: O senhor tem outro trabalho?

Resposta: Não, eu recebo um salário mínimo. Aí tenho contrato em outro município porque eu tenho um carro e levo pessoas daqui que trabalham lá. Então, para a pessoa não pagar a passagem, o prefeito fez um acordo comigo de me pagar um valor para eu levar e trazer. Isso duas vezes por semana, nas terças e quintas à tarde. Eu vou, levo, trago e pronto. E quando eu estou fora desse bico, que não é carteira assinada, aí eu sou orientador social. Eu vou pra rua, eu trabalho. Aí tem ofício que eu mando para a Secretaria de Obras. Porque tem gente aqui que é vizinho de vereador mas não procura o vereador. Então, a rua tá com o poste apagado: eu pego a numeração na lateral do poste, levo para a Secretaria de Obras, o carro vem e ajeita a luz. Tem um buraco ali que está causando transtorno para o morador. Eu faço um ofício, tiro foto e mando para a Secretaria de Obras. Demora, mas eu faço e mando o ofício e fico cobrando até resolver.

Pergunta: Eu não sabia que existia essa função de orientador social.

Resposta: Esse orientador social é mais para atingir a área da criança e da juventude. O projeto hoje do Governo Federal para os municípios é o projeto Criança Feliz. Eu tenho que abranger a criança, mas eu faço tudo porque quando eu era líder estudantil, na minha juventude, eu já fazia tudo dentro da escola. Quando eu saí da escola, disseram: "Zacarias, tu era bom de vir para a associação". Aí eu vim para a associação e, na cédula, eu perdi por um voto. Fiquei revoltado e não quis mais ser candidato. Então, quando eu conheci algumas pessoas do jurídico da cidade, eles me disseram que colocariam urna eletrônica para fazer a eleição aqui no bairro. Aí quando eles colocaram a urna eletrônica eu fui, por duas vezes, o

líder comunitário mais votado da história das eleições aqui dentro desse bairro. Até hoje, ninguém chegou à quantidade de votos que eu tive. Aí foi quando eu saí da associação e fui entrar para a política.

Pergunta: E existe a associação até hoje?

Resposta: Existe e existe um líder da associação. Ele não trabalhou com o Sistema Jornal do Commercio porque eu saí na frente. Eu estou com a Rádio Jornal desde 2008, então eu sempre tenho um espaço para ficar. Aí quando Edilson liga pra mim, eu digo que estou em um espaço bom, que tem cozinha, tem banheiro, tem cadeira, tem mesa, aí ele me atende. Houve um mal estar um dia desses aí com ele, com o presidente, mas Edilson disse que vai para onde é chamado – seja a igreja católica, evangélica, salão de macumba. Se você não chamou e está chamando só de boca, então eu fui para Zacarias e vou. Eu queria ir pra ele, mas só que quando ele ganhou em 2016, ele também ganhou junto com um vereador. Então ele centralizou esse vereador para atender dentro da associação. Então, eu digo: eu vou botar um projeto social desse para atender lá dentro, vai acrescentar e vai envolver a política no meio. Então eu não aconselhei botar e não boto. Fica aqui. [Nota: ele nos atendeu e à comunidade em uma escola municipal.]

Pergunta: Como o senhor conheceu o projeto Rádio do Povo?

Resposta: Foi assim: eu estava assistindo na TV Jornal o programa de Graça Araújo e o projeto tinha umas propagandas que diziam "na comunidade tal, tal dia, vai passar o programa que leva identidade, atendimento jurídico, curso da Iquine, panela de barro"; aí eu fiquei curioso, peguei o telefone e liguei. Aí falei direto com Edilson Santana, ele perguntou como fazia pra vir até aqui, eu dei o endereço e ele veio. Ele veio, olhou, viu o espaço pequeno e disse que ia fazer aqui. Ele perguntou: "mas será que dá?". E eu falei: "se eu chamar, o povo vem". Aí ele foi e mandou fazer a inscrição de curso de pintor imobiliário, curso de panela de barro que é o de cozinha de restaurante e um curso de primeiros socorros do bombeiro, além de umas palestras com o pessoal da Lei Seca. Aí eu disse "tudo bem, vamos". Aí a associação lotou. Aí Edilson disse: "eu não posso mais sair daqui não, eu vou ficar aqui" (risos). Aí quando foi para fazer a matéria no jornal, foi quando você veio.

Pergunta: Foi. Eles me passavam uma lista de todos os problemas que levantavam com vocês durante a semana e eu vinha para fazer uma matéria de um desses problemas.

Resposta: Isso. Aí foi quando veio também Adilson Oliveira para fazer a reportagem no rádio. Aí foi quando esse projeto chegou na comunidade e eu comecei a entrar nas áreas mais críticas de favela, que aqui tem muita, e não puxei pessoas que estudam aqui ou ali, eu puxei os viciados. Esses caras que fumam maconha e ficam ali na esquina.

Pergunta: E nessa época o senhor era presidente da associação de moradores?

Resposta: Era. Então eu chamei esse pessoal, os viciados, eles vinham até drogados para o curso. Adilson dizia: "poxa, Zacarias". Vítor, da Iquine, reclamava e eu dizia "deixe que eu vou assistir a aula". Aí eu ia para a aula, conversava com eles e tudo, e hoje tem deles que trabalham, que saíram do vício e toda vez que passam por mim eles me agradecem. Então, pra mim, isso foi gratificante demais. A gente tirou muita gente daqui do mal estar, do vício. Então, é um trabalho que eu gosto de fazer independente do dinheiro. Você vê: eu entrei para ser candidato a vereador porque eu vejo muita coisa que eu quero ajudar e eu não posso. E penso: "mas lá dentro da Câmara tem tanto dinheiro". Porque eu já vi, eu ajudei um vereador por três mandatos. E eu dizia: "é tanto dinheiro, minha gente, por que esses caras quando entram vão comprar carro novo? Vai comprar casa em praia? Por que não compra aqui, não ajuda aqui, pelo social?". Aí eu saí candidato e fui para as ruas dizendo isso que eu estou lhe dizendo. Aí diziam que tinha que ter santinho e que o partido dava, mas o partido não me deu. Aí eu fui e pedi aos comerciantes folha de papel ofício, fiz o meu santinho em casa, cortei e fui para a rua entregar ao povo. Aí, quando foi no domingo, eu não botei ninguém para boca de urna porque eu sou contra a compra de voto. E o resultado foi que eu cheguei à primeira suplência. Quando eu cheguei à primeira suplência, eu agradei a Deus e foi como se eu tivesse ganhado a eleição.

Pergunta: Qual o partido?

Resposta: O PRB. Muita gente mangava de mim, dos partidos, porque dizia: "ele pensa que o voto de vereador é o mesmo da associação, esse está atolado". E esse que dizia isso comigo gastou R\$ 200 mil e não chegou nem perto de mim, teve só 600 votos. Aí pra mim foi gratificante. E hoje eu estou aqui conversando com você, mas eu estou gratificado com o que eu faço. E se der vontade, em 2020, de eu sair candidato, eu saio. Se não der, também, não saio. E o meu trabalho e o meu caráter vai ser esse aqui, independente da política.

Pergunta: Retornando ao projeto Rádio do Povo, de 2008 para cá, vocês vem fazendo todo ano?

Resposta: Todo ano. No ano passado a gente não fez porque ele pulou, foi atender outra comunidade.

Pergunta: Foi. É porque agora é quinzenal, antes era semanal, então dava para atender mais comunidades durante o ano.

Resposta: Isso. Aí ele pula as comunidades e pulou a minha. Mas nós entramos em contato e ele vem em dezembro desse ano.

Pergunta: E o que foi que o senhor aprendeu com o projeto? De 2008 pra cá são dez anos. O senhor era líder da associação, já saiu, já fez muita coisa. O que foi que o senhor aprendeu com o projeto?

Resposta: Eu aprendi com o projeto que a gente tem que se unir pra construir alguma coisa. E a união é você indo buscar pessoas que entendem mais do que você, pra trazer coisas que beneficiem pessoas que você quer ajudar. E esse projeto é isso, esse projeto ajuda as comunidades. Eu estava aqui numa associação em que eu não tinha quase nada para oferecer ao povo. Porque eu não tinha vínculo político dentro da associação. Então, é difícil você manter uma associação onde o povo não quer acreditar. Porque quando o povo quer acreditar, o pessoal paga, né? É sócio. Eu não tinha sócio nenhum. Então a luz foi, abaixo de Deus, o Sistema Jornal do Commercio, que trouxe aqueles três cursos e eu comecei a conhecer pessoas e a me unir com as pessoas. Eu conheci Santana e fiquei colega dele. Conheci Vítor, que era o professor da Iquine, e fiquei colega. E conheci mais a dificuldade da minha comunidade. Porque quando tu traz o benefício para a minha comunidade e eu vou lá atrás, nas áreas de risco, tirar aqueles jovens das drogas, é porque tem alguma coisa para oferecer a ele. E daí eu fiquei tão abismado com o que eu tenho dentro desse bairro que eu me uni com pessoas que pudessem dar, vamos supor: tu trouxesse o curso da Iquine, eu trouxe 26 viciados, drogados. O que foi que eu fiz? Antes do curso da Iquine começar, uma colega minha palestrante dava uma palestra com data show sobre o combate às drogas. Sobre o mal que a droga faz na vida da gente, na família da gente e na família dos vizinhos da gente. Porque um drogado não se prejudica só, ele prejudica toda uma rua. Então eu trouxe esse pessoal pra dar uma palestra, eu assisti à palestra e terminei me tornando um palestrante. Em todo canto que eu estou que eu posso falar, eu falo. Dou uma palestrazinha e às vezes tiro pessoas do crime e das drogas. Pra mim isso é bom. E isso tudo através de quê? Através de uma rádio que tem um programa social que vai ao povo, independente de onde o povo esteja – ainda tem isso. Porque ir em Boa Viagem é muito fácil. Ruim é sair de lá e vir pra cá, pra zona de risco. "Ah, eu vou para Abreu e Lima. Aonde? Caetés. Menino, Caetés, tu é doido, é?". Porque aqui antigamente o crime reinava, matavam gente todo dia e toda hora. E só jovens. Aí eu me sinto gratificante. Quando eu saí da associação, que eu não podia mais concorrer porque eu vinha vereador, né? Eu vim dentro da casa do povo, fazendo reunião de noite, eu fiz reunião dentro da casa do povo. E eu dizia às famílias que o meu sonho era ganhar e pegar o meu salário, que é o meu sagrado do meu trabalho, e dividir. Pegar os recursos que chamam de verba social, que é aquele auxílio paletó, auxílio gasolina, auxílio para reunião extraordinária – pegar isso tudinho e separar e dizer "isso aqui vai para uma casa

de recuperação de drogados que eu vou fazer em Abreu e Lima". Já tem o terreno certo para eu comprar. E já tem, que eu ainda penso, comprar, fazer um galpão, fazer uns quartos e botar uns psicólogos, botar um assistente social, enfermeira, que é gente que já me ajuda, pra poder fazer lá a casa de recuperação. E um dia eu vou fazer. Eu tenho certeza.

Pergunta: O senhor participou do projeto desde o começo. O projeto tem 30 anos e há 10 o senhor está com ele. Então, o senhor viu essa fase da gente conseguindo vir com fotógrafo e repórter, Adilson com as entrevistas no rádio. E hoje tem um espaço bem menor.

Resposta: Hoje está menor. Hoje diminuiu o RG, parece que de 100 foi pra 50. Hoje não tem aquele curso do Painel de Barro. Hoje não tem Iguine. Hoje diminuiu muito. Mas, é aquela coisa: diminuiu, mas não traz alguma coisa? Então, veja, se você não traz tudo, mas traz um grãozinho e aquele grãozinho vai resolver, pra mim é uma grande coisa. Porque a gente tem rádio aí milionárias dentro do Estado de Pernambuco que não faz 1/3 do social que o Sistema Jornal do Commercio faz.

Pergunta: Agora em relação aos problemas. Eu entendo que você colocar no jornal um problema é mais fácil de esse problema ser resolvido, né? E aí hoje em dia não tem mais. Como é que o senhor vê essa dificuldade, de que hoje não sai mais no jornal? Em relação à resolução dos problemas.

Resposta: A resolução dos problemas ficou dificultoso. Porque quando você apresenta no jornal, estampa em uma página de jornal, quase todas as autoridades leem. E quando eles não têm pra ler, eles não vão resolver. A gente vai falar aqui, eu e tu, mas se Pernambuco não ver, vai ficar no anonimato. Mais um problema que vai ficar ali escondido e não vai ser resolvido. E tem problema que só se resolve com rádio, televisão e jornal. Eu entrava muito em Edvaldo Moraes de manhã. Quando ele faleceu eu fiquei chorando como se fosse um familiar meu. Porque já era uma família minha, porque eu me acordava às 5h da manhã e ligava pra Edvaldo. Metia o pau em prefeitura, Celpe, Compesa, Governo do Estado, Grande Recife e saía. E hoje a gente não tem mais como fazer isso. Aí vem o programa Rádio do Povo nas comunidades e não traz o jornal. Não traz a matéria na televisão. Eu não sei nem porque não traz, porque televisão até eu, como cidadão comum, que eu não sou do Sistema, eu posso ligar e vim uma reportagem. Entendesse? Jornal é a mesma coisa. Eu posso ligar. Um dia desses eu liguei para um número aqui do Jornal do Commercio que eu peguei e falei até com uma menina simpática, que é repórter, e ela botou uma matéria minha. Não precisou nem ela vir aqui, por telefone mesmo ela ficou me perguntando, que era um esgoto estourado na rua tal, fazia muito tempo que eu tinha reclamado à Compesa, ela perguntou o nome. E saiu no jornal.

Foi esse ano, faz uns quatro meses. Entendesse? É importante demais o jornal, o rádio, a televisão. É muito importante.

Pergunta: E aí como é que faz pra resolver esses problemas? Tipo Compesa, Celpe, etc – problemas de rua, que não são de uma pessoa específica?

Resposta: Por exemplo: está faltando água na tua rua. Aí eu, pra ser uma pessoa documentada, faço um ofício ao diretor regional da Compesa e pego quatro pessoas da rua, que é o que cabe no meu carro, e vou para a Compesa. Se a Compesa regional aqui não resolveu, eu dei um tempo e faço outro ofício, agora para o diretor presidente da Compesa, na Av. Cruz Cabugá. Então eu vou para a Cabugá. Se lá não resolveu, aí eu já aciono o Ministério Público de Abreu e Lima. Com esses ofícios que eu fiz por onde, procurei, e eles não me atenderam. Então, eles vão atender agora o Ministério Público. Porque aí a promotora vai mandar um ofício intimando o diretor presidente e ele vai ter que vir.

Pergunta: E o senhor tem conseguido resolver as coisas assim?

Resposta: Eu tenho conseguido resolver algumas coisas assim.

Pergunta: Precisa chegar ao Ministério Público?

Resposta: Às vezes precisa chegar ao Ministério Público sim. Porque, às vezes, tem muitos diretores de órgãos públicos que tratam a liderança comunitária como se fosse um ninguém, não é nada. Esse ofício aí, bota pra lá. Às vezes nem entrega a eles, porque eles dizem "isso é ofício de quê? É reclamação. Então deixa pra lá, regional resolve". Então aí você fica um pouco com raiva e diz assim "então, desse jeito eu vou correr pra cá", e aí corre para o Ministério Público de Abreu e Lima. Tenho tentado resolver e tenho resolvido algumas coisas. Não tudo, mas um pedacinho a gente resolve.

Pergunta: E sempre foi assim? Como foi que o senhor aprendeu esse processo de ir direto nas instituições, fazer ofício, estar sempre documentado? Como o senhor aprendeu esse caminho?

Resposta: Eu aprendi assim: quando eu era líder estudantil, a gente pedia à diretora. A diretora às vezes era um pouco mal educada e não resolvia. Eu não era estudado, que eu nunca gostei de estudar, eu gostava de reivindicar. Então, eu ia e perguntava a um professor que é despeitado com a diretora, que sempre tem, "quem é mais do que a diretora aqui?". "Aqui não tem não, mas tem o DELE Norte. Tu vai lá na Secretaria de Educação". Aí pronto. Aí muitas vezes eu reunia quatro ou cinco alunos do grêmio, pegava o ônibus aqui e ia embora lá para o DELE Norte. Quando chegava lá eu falava com a secretária, a secretária botava para outra secretária, a outra dizia "fica aí esperando" e no final do dia o secretário de Educação me atendia. Na outra semana, a diretora era chamada. No outro dia ela estava com a cara rindo pra mim e dizendo "não, porque isso vai ser assim", a nível de professor que estava

faltando, merenda que estava faltando, a limpeza do sanitário das meninas que estava precária e diziam que o Estado não tinha como mandar o material de limpeza. Então, a nível disso aí, eu fui aprendendo. Quando eu saí de lá da escola, aí eu fui concorrer à associação. E quando chegaram as urnas eletrônicas, que instalou, que disseram "Zacarias vai ser candidato", então eu me sentia o homem que ia resolver tudo no bairro. E quando eu tive 896 votos nas urnas, então foi uma festa de noite aqui que a comunidade parou. E eu queria honrar isso aí. Eu achava bonito. Não bonito por ser presidente nem nada. Eu achava bonito a gente chegar nos cantos e dizer: "eu sou o presidente da associação do bairro tal". E o cara dizer: "poxa, é presidente do bairro". Então eu achava bonito isso. Aí eu fui em frente e o primeiro projeto maior meu foi tu estar na tua casa, passar um carro de som avisando a tu que tu tem direito a um dinheiro que tu acha que não tem direito. Então, o primeiro foi esse. Eu procurei a federação, a FemoCohab. Hoje eu sou diretor, porque eu fui convidado. Eles me olharam de longe e me chamaram. E a FemoCohab disse: "Zacarias, tem dinheiro pra receber ali, visse?". Eu disse: "Tem mesmo?". Ele disse: "Tem". E eu fui tão besta que eu não visei dinheiro pra mim, eu visei pra comunidade. E teve outros líderes comunitários, de outras comunidades, que visou pra ele, fez um contrato com o advogado pra ganhar tanto de honorário, e hoje eles estão praticamente ricos. Porque tu imagina: R\$ 2 milhões pra essa comunidade aqui e 10% pra mim? E eu não fiz isso. Os advogados estão milionários. E eu continuo o mesmo Zacarias. Aí às vezes a gente paga aqui a 30 moradores cheques de R\$ 11mil, cheque de R\$ 90 mil. E eu vejo as lágrimas caindo, aquele povo. Eu fico tão gratificante com aquilo. E pra mim é tudo. Eu não recebi o meu ainda. Mas eu fico alegre quando tu recebe, o vizinho, e tal. Entendesse? Agora isso que eu estou dizendo a você, isso é gratificante mas tem muitas coisas que ficam no meio disso aí, viu? Porque tu sabe: uma árvore quando ela é frutífera, é muitas pedras jogadas, né? Então existe calúnia, existe fofoca, existem vários tipos de coisa na comunidade e que você tem que ter Deus na frente pra você sair driblando. Porque se tu andar com a verdade, tu não teme a mentira, a fofoca. Aí, Graças a Deus, por aí vai indo. Eu cheguei ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, e eu falei com a ministra e os ministros como eu estou aqui falando com você. Pedi permissão a eles, disse a eles quem eu era e eles me escutaram que foi uma beleza. Depois teve uma ministra até que me abraçou e disse: "eu senti tanta energia no senhor". Isabel Gallotti o nome dela. Às vezes eu vejo ela no Jornal Nacional e penso: "poxa, essa mulher deu um abraço em mim". É bom, é muito gratificante trabalhar com o social.

Pergunta: Como foi que o projeto Rádio do Povo influenciou no seu trabalho?

Resposta: Influenciou porque eu tive um empurrão. Como é que eu ia trazer um curso de cozinha, culinária, pra formar em torno de quase 100 mulheres, se eu não tinha o conhecimento para trazer? E essas mulheres que foram formadas, que me agradeceram, que até hoje agradecem? Isso foi como? Foi com o Sistema Jornal do Commercio, foi com o projeto. Aquela palestra que vem do combate ao incêndio. Eu tava um dia dormindo, quando eu não conhecia o combate ao incêndio dos bombeiros, e o bujão lá de casa a torneira começou a vazar. Eu saí de casa correndo, liguei para o bombeiro e o bombeiro 3h da madrugada entrou lá na minha rua, foi na minha casa e só fez mesmo desligar a torneira e tirar o bujão para o lado de fora. Então, depois que o Sistema trouxe o bombeiro pra mim que deu aquele combate ao incêndio, eu hoje em dia faço isso tranquilo. E ensino aos meus vizinhos. Porque hoje eu não moro mais em Caetés, eu moro em Abreu e Lima. Porque minha casa na beira da barreira caiu. E eu fui indenizado a um apartamento do Minha Casa, Minha Vida. Aí eu passo metade do dia lá e metade do dia cá. Mais cá do que lá, porque aqui é minha vida, 36 anos aqui, estudando, líder comunitário, tudo aqui. E lá eu já estou entrando com esse projeto do processo do seguro Cohab. E vou levar Edilson pra lá também, com as poucas coisas que ele trouxe, vou levar ele pra lá. É outra comunidade carente. Se tu vê, dá pena. O que tem de criança entrando para o tráfico, é de você ter pena. Tem uma mãe lá que ela sai, ela deixa quatro: de 16, 17, 14, eu acho que o menor tem 12. Todo mundo já tá no tráfico. Eu já chamei ela, conversei com ela, expliquei, ela é ex-presidiária. Perguntei se era aquilo que ela queria para a vida dela, amanhã chegar em casa e não encontrar, encontrar estirado no meio da rua. Porque é isso aí que tem. E ela chorou, tudinho, mas ela disse: "Zacarias, como é que eu vou fazer?". E realmente, como é que ela vai fazer? Ela tem que trabalhar. Entendesse? É numa missão dessa que você tem que ser uma pessoa que tem alguma condição. E dizer: "eu tenho um espaço ali que eu vou levar os teus quatro jovens pra lá. Eles vão aprender um curso profissionalizante, vão almoçar e de tarde vão pra escola, ou de noite". Livrei, não livrei? E governante não faz por quê? Porque não quer. Entendesse? É melhor ter o voto desse povo analfabeto do que educar ele. Então é a meta de gente é essa aí na vida. Cada um nasce com um projeto, com um objetivo, eu creio.

Pergunta: Em relação ao projeto o senhor me fala que os cursos ajudaram muito. E a parte de jornalismo, que é essa parte da rádio e do jornal? Em que isso influencia?

Resposta: A parte do jornalismo influenciou porque muita gente na comunidade, que não escutava a Rádio Jornal, começou a escutar. E eu comecei a ser mais visto. Porque o Jornal do Commercio fazia comigo em torno de umas dez matérias, o rádio. O jornal estampado, o pessoal da comunidade comprava no domingo para ver a matéria que eu fiz no meio da

semana. Então isso aí influenciou muito para eu ficar uma pessoa mais bem vista, uma pessoa mais conhecida também. Porque imagina um bairro que tem 26 mil habitantes e eu ser conhecido por todo mundo? Quem leva a gente pra ser conhecido é a imprensa. É o rádio, televisão e jornal. Quando não tem a televisão, tem o jornal. E aí você começa a ser conhecido. Pra mim ajudou muito nessa parte aí. Influenciou muito a comunidade a vir mais a mim. "Meu filho fez um curso ali de pintor imobiliário, só tu vendo, final do ano ele pegou um apartamento para pintar, ganhou tanto" (Nota: falando como se algum morador tivesse dizendo isso a ele). E aí vai indo. Nunca você que tem uma profissão, que é jovem, por mais vício que apareça pra você, você tendo como ganhar dinheiro naquela profissão, você não goste. O que está faltando no Brasil é oportunidade para os jovens. Se tiver oportunidade, eu garanto a tu que metade da violência se acaba.

Pergunta: Então, o senhor tem mais alguma coisa para dizer que eu não perguntei e o senhor quer falar?

Resposta: Então, só tu vendo as coisas aqui na comunidade. Vê, tem isso aqui, isso aqui foi uma erosão (mostra um jornal antigo, em anexo). É porque eu estou sem tempo agora, porque se não eu ia levar você lá. Se tu ver essa barreira que foi feita, tu não acredita que isso aqui era assim. A coisa mais linda do mundo que tá lá. O pessoal botou planta nela e tudo. Então é coisa que você fica gratificante demais. Eu ganhei um certificado do pessoal do CPRH, que aqui tem a reserva ecológica, não sei se tu já ouvisse falar. Juntou um grupo de escoteiros, Prefeitura de Paulista e a presidente da reserva ecológica. E eles me chamaram lá pra uma confraternização e me deram um certificado de diploma de bons serviços prestados à comunidade. Foi o primeiro reconhecimento meu, que eu peguei, que eu fiquei abestalhado. Pensei, rapaz, eu nunca peguei num diploma desse, olha praí. O pessoal dizendo que eu estava sendo visto e eu nem sabia. Mas por causa disso aqui (aponta para o jornal). Eles lá viram o jornal, as matérias, "poxa, esse Zacarias é parada mesmo, olha aí, o cara tá no Jornal do Commercio, o cara falou ontem na Rádio Jornal, olha aí que coisa bonita". Entendesse? Então eu fui reconhecido. E isso é muito bom. E, como eu estou lhe dizendo, fui reconhecido também nas urnas. Porque ter uma votação de primeiro suplente sem gastar um real, graças a Deus. Se eu fosse hoje vereador da cidade de Abreu e Lima, eu estaria conversando com você aqui com mais projetos que eu já teria implantado dentro da cidade. Porque eu gosto de fazer. É de mim mesmo, eu gosto de ajudar.

Jacilene da Silva Souza, 50 anos. Comunidade de Tiúma, São Lourenço da Mata.

Pergunta: Quando foi que a senhora entrou para a associação de moradores?

Resposta: Foi há mais ou menos oito anos. A gente vai vendo que uma associação de moradores na comunidade ajuda muito a comunidade. Porque tem a Celpe, que eles precisam de declaração de um morador que pede uma rede, para instalar na sua casa. E aí eles querem saber se aquela pessoa mora mesmo ali e há quanto tempo mora ali. E a associação sempre é procurada para fazer uma declaração, um comprovante de residência, entendeu? Tudo a associação é procurada, para muitas coisas dentro de uma comunidade.

Pergunta: E a senhora ficou na associação como presidente por quanto tempo, mais ou menos?

Resposta: Eu acho que eu fiquei quatro anos. Depois de quatro anos, a gente botou outra pessoa.

Pergunta: Nesses quatro anos em que a senhora estava lá na associação, como é que a senhora fazia para ajudar essas pessoas a buscar os direitos delas?

Resposta: Veja só, as coisas sempre aparecem, né? Vem sempre alguém dizendo "olhe, vamos fazer projeto, porque através de projeto a gente vai conseguir". Assim, começando pela Celpe. A Celpe apareceu dizendo que se a associação se inscrevesse e estivesse com a documentação registrada legalmente, toda organizada, a gente poderia fazer uma inscrição e beneficiar os moradores dessa comunidade através de geladeira. Uma geladeira dentro de casa é muito importante para uma dona de casa, né?! Aí precisava ter uma velhinha para trocar por uma nova. Aí a gente conseguiu, vamos supor, caminhões de geladeira. Porque todo mundo fez sua inscrição, a geladeira precisava fazer a troca, a gente levou a geladeira e a dona da geladeira lá na Celpe. Eles pegaram a nova e deixaram a velha lá. Isso aí foi um projeto que beneficiou, muita gente ficou feliz, muitas donas de casa ficaram felizes. Aí tem outro: a Conab, para alimentos. Aí a gente conseguiu alimento tipo caprino. Teve uma época que, em um projeto para beneficiar essas famílias, a gente conseguiu 1.800kg ou foi 2.800kg de carne. A gente só se responsabilizou pelo transporte, que tinha que vir um carro refrigerado. Então a gente beneficiou muita gente na comunidade, muitas famílias mesmo. Quando Miguel Arraes e Eduardo Campos existiam, eles tinham muitos projetos para beneficiar as entidades e a gente sempre aparecia com a documentação em dia, e a gente conseguia beneficiar. Como alimentos, que eles enviavam sacas de arroz, feijão, farinha. E aí a gente sabia mais ou menos quantos quilos a gente poderia distribuir para cada família e aí a gente fazia essa distribuição. Também a Rádio Jornal nos ajudou muito.

Pergunta: Como foi que a senhora conheceu a Rádio Jornal e o projeto Rádio do Povo?

Resposta: A Rádio Jornal a gente escuta e vê que ela tem o programa que leva para as comunidades benefícios como carteira de identidade. Muita gente não tem como tirar uma segunda, terceira ou quarta via e precisa. E aí sai gratuitamente através da Rádio Jornal. Tem um número, a gente chegou a tirar 100 carteiras de identidade. Trazia orientação com o bombeiro. E foi dessa forma que a gente beneficiou as pessoas através da Rádio Jornal.

Pergunta: E a senhora conheceu escutando a Rádio Jornal e aí ligou para lá?

Resposta: Escutando a Rádio Jornal, aí eles dizem onde tá, em cada comunidade. E a gente vai, liga e pergunta como é que a gente pode trazer também para a nossa comunidade. E aí eles falam como a gente pode e a gente abre as portas e recebe a Rádio Jornal.

Pergunta: A senhora lembra da primeira vez que eles vieram, nesses quatro anos em que a senhora foi líder?

Resposta: Eles vem eu acho que é uma vez no ano.

Pergunta: E já vinham na época em que o seu marido era líder?

Resposta: Já. Faz muito tempo que eles vêm fazer esse trabalho e é um trabalho que eles fazem com muito amor.

Pergunta: E nesse tempo em que a senhora foi líder, como era o trabalho da Rádio Jornal aqui? Além do benefício da carteira de identidade, tinham cursos na época?

Resposta: Bem lembrado. Tinha o curso Panela Cheia, o curso da Iquine. A Iquine passava a semana todinha dando aula a esses meninos que terminam o segundo grau e não tem o que fazer, né? Aí faz o curso e já é alguma coisa. Muita gente se beneficiou e trabalha hoje em dia, tem o curso da Iquine, através da Rádio Jornal na associação. E olhe que foi um trabalho muito bem feito, porque tinha hora de começar o curso todos os dias e hora de terminar. E quando terminava o curso a associação ficava linda, porque tudo que eles aprendiam ali na teoria ia para a prática.

Pergunta: Outra parte do projeto é a parte das denúncias. De você poder denunciar os problemas. Como é que era na sua época?

Resposta: Na minha época tinha um número de moradores que aparecia nesse dia. Marcava o dia da denúncia e a hora e aí vinha a Rádio Jornal e a gente fazia os apelos, as reclamações, e eles ficavam passando isso a semana toda na Rádio Jornal e muita coisa a gente conseguia, porque chegava até a autoridade que poderia resolver. E vinha e resolvia.

Pergunta: Não sei se na sua época pegou isso, mas vinha o Jornal do Commercio com fotógrafo e repórter.

Resposta: Não estou bem lembrada, mas parece que sim. Ah, saía a foto e os comentários? Pronto.

Pergunta: Hoje em dia já não é mais assim. Hoje é só a rádio.

Resposta: Não, hoje é só a rádio. Como tudo muda, né? Também mudou. Eu acredito que eles também perderam alguns benefícios que tinham dentro do projeto.

Pergunta: Não tem mais os cursos.

Resposta: Isso aí ficou muito difícil pra eles continuarem. Porque esses cursos que eles tinham na mão, eles faziam o desenvolvimento muito bem. Eles passavam com muito amor para as pessoas e muita gente se beneficiava, de uma forma muito bem passada mesmo.

Pergunta: A senhora disse que juntava uma quantidade de pessoas para fazer as denúncias. E passava na rádio e muitas coisas eram resolvidas. Além de denunciar na rádio, de que outra forma a senhora buscava resolver esses problemas? Sem ser os grandes projetos, que a senhora já explicou, como o do leite e dos alimentos. Mas, por exemplo, um buraco na rua, um poste queimado, como é que a senhora fazia para resolver isso?

Resposta: Aí essas coisas chegavam até a associação, e chega até hoje, e a gente faz apelo ao vereador da comunidade. Ele vai lá, faz aquela parte de documento, faz requerimento, e aprova na Câmara de Vereadores e encaminha para a prefeitura executar.

Pergunta: Então é sempre por meio do vereador?

Resposta: Os problemas da comunidade a gente procura por meio dos vereadores. Eu nunca deixei de estar presente na associação. A associação é do outro lado da minha rua e, como foi uma coisa que o meu marido fundou, eu sempre tive um olhar para conservar. A gente sempre procura colocar pessoas de responsabilidade para não fechar as portas totalmente, porque é um órgão que a pessoa que está lá é sempre voluntária, não recebe nada, não tem nenhum benefício também a não ser a compreensão da comunidade. E sempre ser uma pessoa de responsabilidade e, graças a Deus, até hoje ela está funcionando com os documentos todos ok.

Pergunta: Então para resolver os problemas vocês buscam o vereador?

Resposta: Os problemas da comunidade a gente busca o vereador. Através de requerimento ele busca ajuda da prefeitura. Porque, como eu pensava no início que o vereador poderia resolver, mas é o prefeito que resolve. O vereador só fiscaliza, a associação também fiscaliza e passa para o vereador que não tem tempo de estar ali direto, porque ele tem que estar na Câmara também com outras coisas. Então a comunidade leva ao conhecimento da associação, a associação leva ao conhecimento do vereador, o vereador faz o requerimento e aí é para tudo, no geral. Fiscalização sobre tudo é por conta do vereador. Principalmente buraco de rua, atendimento no posto médico, segurança, escola se está funcionando corretamente ou se tem

problema de merenda. Graças a Deus a gente mora do lado da escola e ele faz um trabalho de fiscalização que ele busca as melhorias e hoje a gente está bem satisfeito com a coordenação, as mães não têm muito do que reclamar.

Pergunta: Sobre o Rádio do Povo, nos quatro anos em que a senhora foi líder eles vinham uma vez por ano e ajudavam a resolver os problemas? Ou não ajudava muito e era mais a questão dos cursos? Como era?

Resposta: O Rádio do Povo sempre vinha, uma vez no ano. Eles tinham ali uma organização com vários cursos e também com atendimento jurídico, identidade, essas coisa todas. Eles davam conta de tudo direitinho, a comunidade participava, gostava muito.

Pergunta: Dessa parte de colocar na rádio e no jornal as denúncias, o pessoal participava?

Resposta: Participava, todo mundo participava e fazia suas denúncias. Com nome, endereço e tudo certinho. E, graças a Deus, muita coisa a gente conseguia. Hoje, para a vista de antes quando não tinha uma associação na comunidade, a gente vê que as pessoas têm aonde recorrer. Porque se você vem morar aqui e você precisa colocar a energia no seu nome, a Celpe manda procurar a associação. Muitas coisas, quando você chega de fora daqui, o pessoal manda procurar a associação.

Pergunta: O que foi que vocês, a senhora e vocês enquanto comunidade, aprenderam com o projeto Rádio do Povo nesses anos todos?

Resposta: A gente aprendeu a trabalhar pelo próximo. A gente aprendeu também com a Rádio Jornal que nós somos capazes de fazer alguma coisa. Entendeu? Porque se a gente não procurasse a Rádio Jornal, com certeza a Rádio Jornal ia ver que existia uma comunidade que também precisava de alguma coisa e eles iam procurar. Porque, pelo que eu conheço do trabalho da Rádio Jornal, eles poderiam ter vindo até a gente e oferecido o trabalho deles, né? Mas a gente tinha que estar de braços abertos para receber eles. E aí fazer a propaganda da Rádio Jornal, que estava chegando e que estava trazendo os benefícios para a comunidade, para a comunidade comparecer e se beneficiar. E a Rádio Jornal ensinou a gente como fazer muita coisa pelo próximo. Não é preciso ter muito, é preciso ter um bom coração para abraçar aqueles que são menos favorecidos.

Pergunta: É muito interessante quando a senhora diz que a Rádio Jornal ensinou vocês como fazer coisas pelo próximo. O que foi exatamente que vocês aprenderam, com o projeto, sobre como ajudar outras pessoas?

Resposta: É porque, veja só: a Rádio Jornal não tem nada a ver com a situação da minha vizinha que não pode tirar uma identidade. Mas a Rádio Jornal se ofereceu para vir aqui e ajudá-la a conseguir essa identidade, entendeu? E aí a gente pensa: "poxa, se eles nem

conhecem a minha vizinha que está precisando dessa identidade, eu que estou aqui do lado eu posso fazer não só por ela que está precisando de uma identidade, mas para outras pessoas também que estão precisando de mais alguma coisa", entendeu? E aí a gente foi vendo que a gente poderia ajudar outras pessoas com outras coisas que a gente poderia fazer. A gente teve muitos cursos na associação. Lá do outro lado da rua tem uma senhora que sabe fazer bolos de confeitaria, aniversário, casamento e tudo mais. A gente já foi buscar ela, conversar com ela para ela vir para dentro da associação.

Pergunta: Isso vocês mesmo, sem ser com o apoio da rádio?

Resposta: Sem ser com a rádio.

Pergunta: Mas isso foi depois da Rádio Jornal?

Resposta: E durante a Rádio Jornal.

Pergunta: Eu digo depois da ideia da rádio jornal de fazer cursos?

Resposta: É, a Rádio Jornal veio para cá fazer cursos. Veio para cá oferecer cursos, "olhe, você pode fazer isso? Podemos". Então, depois a gente começa a pensar, né? A gente pode fazer também outra coisa sem precisar deles. A Rádio Jornal vem aqui uma vez no ano. A gente está aqui todos os dias do ano. A gente sabe o que a comunidade pode oferecer também. Então vamos conversar com aquela pessoa, pra ver se ela pode, com uma quantia que a gente pode oferecer a ela, dar um curso para outras pessoas. E assim a gente foi buscando pessoas da comunidade que sabiam fazer alguma coisa para ensinar dentro da associação, entendeu? Aí vem aquele projeto de Educação Para Jovens e Adultos. Aí botamos professoras dentro da associação para ensinar a essas pessoas. Aí teve curso de costura, curso de bordados, curso de comida, todos que bateram na nossa porta, que era para melhoria da comunidade através da associação, com o espaço que a gente tem na associação, a gente fez isso. E até hoje. De um tempo desse pra cá, a política mudou muito. As pessoas que tinham acesso a ajudar a gente, a gente não tem mais, por algum motivo na vida. Então a gente continua aqui para atender todos e a associação continua ali em pé.

Pergunta: Em relação à resolução dos problemas, como os problemas pequenos que eram denunciados no microfone da Rádio Jornal e no jornal e eram resolvidos. Como é que vocês seguiram depois, sem a Rádio Jornal? Vocês continuaram fazendo o mesmo caminho do vereador que vocês já faziam antes ou mudou alguma coisa?

Resposta: Através do vereador. Tudo através do vereador.

Pergunta: Vocês não têm muito essa dinâmica de ligar direto na Compesa ou ir direto na Celpe?

Resposta: Não porque a Compesa a gente liga, a Compesa diz que é a prefeitura. A gente vai na prefeitura e a prefeitura diz que é a Compesa. E assim é a Celpe e tudo mais, né? Aí a gente procura falar com o vereador, para fazer audiência pública. Aí quando a gente não consegue resolver os problemas através de uma simples ligação, a gente vai atrás do vereador Antônio Manga, que ele tem um trabalho maravilhoso dentro da cidade, e ele consegue fazer audiência pública.

Pergunta: Mas antes de procurar o vereador, por exemplo, se tem um buraco na rua. Aí a pessoa vem e diz: "dona Jacilene, olhe, esse buraco está complicado". Qual a primeira coisa que vocês fazem? É direto o vereador ou primeiro procura a Compesa ou a Emlurb?

Resposta: Não adianta a gente procurar a prefeitura porque, quando a gente vai para a prefeitura, que a gente poderia ir diretamente para a secretaria de obras, só que não tem um atendimento para qualquer pessoa, diretamente como um vereador. Entendeu? Aí a gente vai, eles atendem, mas não resolvem.

Pergunta: Nenhuma instituição é assim? Por exemplo, a Celpe, vocês também não ligam, vão direto no vereador?

Resposta: Não, a gente liga. A gente liga para a Celpe, que o poste está sem energia e a rua está no escuro. Aí a Celpe diz que a gente procure a prefeitura porque isso aí é um trabalho da prefeitura. Aí a gente vai na prefeitura e também escuta outras coisas. Aí o que é que a gente faz? A gente vai atrás do vereador. Então o vereador é cobrado dia e noite.

Perguntas: A senhora disse que quando denunciava no microfone da Rádio Jornal muita coisa era resolvida. Como é que a senhora vê isso?

Resposta: Sim, por exemplo. Estava faltando energia. Aí a gente estava com a Rádio Jornal aqui, a gente fazia a denúncia de que estava tendo assaltos, de que a rua estava escura. Aí o pessoal lá na Rádio Jornal ficava sempre aquela semana toda batendo naquela tecla, denunciando, até que eles vinham e faziam. A gente busca o atendimento direto no órgão, a gente busca através de ligação, mas a gente também consegue mais fácil através do vereador. Porque o vereador faz o requerimento e cobra pessoalmente, até que resolve. Às vezes demora, às vezes é rápido. Mas um dia a gente consegue.

ÍNTEGRA DA ENTREVISTA 03

Geraldo Melo, 57 anos, líder da comunidade Jardim Maranguape, em Paulista.

Pergunta: Há quanto tempo o senhor está à frente da comunidade?

Resposta: Há mais de 20 anos.

Pergunta: Como líder dessa comunidade, como o senhor busca garantir os direitos dessas pessoas?

Resposta: Procurando os órgãos oficiais. Fazendo parceria com as entidades, os órgãos oficiais e as entidades privadas, como a Celpe. A gente faz um brilhante serviço aqui com a Celpe que é a troca de geladeira. Tem também o projeto Vale Luz. Nós temos projetos também com a própria Compesa, que traz pra cá cursos e mini cursos. Outro órgão governamental que a gente tem parceria é o ITB, antes mesmo do projeto da rádio. Temos uma escolinha de futebol e, para as crianças a partir de 12 anos participarem dos campeonatos, é preciso ter a identidade. Então nós temos uma parceira com o Instituto Tavares Buril e uma vez por mês eles mandam uma equipe para cá, para emitir 50 identidades para jovens e adolescentes. Fazemos também parceria com a prefeitura, com os CRAS da área. A gente traz as coordenadoras dos CRAS, o secretário de políticas sociais, de ação social, pra fazer palestras na comunidade.

Pergunta: Isso vocês já faziam antes do projeto?

Resposta: Isso. O projeto em si veio reforçar e muito, porque aí, através da rádio, a gente conseguiu pavimentar uma rua, porque a emissora foi em busca da secretaria. Então pressionou a secretaria e foi calçada uma rua através desse projeto. Era uma rua do colégio, era muita lama.

Pergunta: Há quanto tempo o projeto está aqui na comunidade?

Resposta: O projeto Rádio do Povo já veio quatro vezes aqui. Então está aqui há oito anos.

Pergunta: Independente do Rádio do Povo e para além dos grandes projetos com parceiros, como o de troca de geladeira, como é que o senhor faz com os problemas pequenos? Por exemplo, se chega alguém e diz: "ah, seu Geraldo, tem um buraco na minha rua" ou "ah, seu Geraldo, tá faltando água, não chega a conta". Esses problemas menores.

Resposta: Os problemas menores a gente faz um ofício e vai diretamente na Compesa, na diretoria da Compesa, que antes era lá em Arthur Lundgren e agora essa área aqui tá pertencendo ao Bairro Novo. Aí é cobrança mesmo, a gente vai lá e briga com o gerente.

Pergunta: Então tudo tem que fazer ofício?

Resposta: É através de ofício.

Pergunta: Chegam muitos moradores aqui para fazer esse tipo de reclamação?

Resposta: Sim, muitos.

Pergunta: E aí eles já tentaram resolver antes, sozinhos? Ou não?

Resposta: Tentam resolver, mas às vezes lá na própria Compesa, ou na Celpe, eles dizem para procurar a liderança do bairro, na comunidade. Porque às vezes, (quando alguém procura) individualmente, eles não dão a devida atenção, como deveriam dar. Mas quando a gente faz um ofício em nome da comunidade... por exemplo, tem lá a comunidade da 112, que é uma comunidade muito carente, eles são aproximadamente umas 11 mil famílias, e não é abastecida pelo sistema de água da Compesa. São ramificações daqui, puxa a mangueira para ali e tal... então, já levamos ao conhecimento da direção da Compesa, já cheguei a falar até com o próprio presidente, Roberto Tavares. Ele foi muito atencioso e disse que é um problema macro, que vai ver agora nessa expansão de água que começou em Olinda, e ele vai também tentar solucionar o problema dessa comunidade. É uma comunidade abastecida de uma forma, vou mostrar para você. Eles acham um cano, cavam e vai às vezes até 300m de mangueira, aí cada um pega um pouco. É um problema muito sério, em outra oportunidade a gente pode fazer uma visita lá.

Pergunta: Então, quando a gente fala de direitos, o senhor faz isso: ou através de ofício ou por meio dos grandes projetos?

Resposta: Ou a gente aciona a imprensa.

Pergunta: Como é que o senhor aciona a imprensa?

Resposta: Comecei através do telefone da Rádio Jornal, com Graça Araújo. Eu ligava pra ela, ligava para Ednaldo para tratar a questão do policiamento também. A gente vai também ao batalhão da polícia e eles pedem para a gente mapear áreas mais críticas, entende?

Pergunta: Quando é que o senhor recorre à imprensa? O que é que faz o senhor dizer "ah, agora eu vou ligar para a rádio"?

Resposta: Quando a gente acha muita dificuldade de eles darem um atendimento. Quando a gente manda ofício e eles não dão resposta, aí a gente aciona o jornal. Sempre sai uma matéria na parte de Urbana, do Jornal do Commercio também.

Pergunta: E resolve?

Resposta: Resolve. Resolve porque hoje a terceira força, o terceiro poder é a imprensa. Tem o poder judiciário, o legislativo e a imprensa. A gente acionou a Rede Globo também quando estava com muita falta de água aqui. De seis horas da manhã a reportagem veio. Resolveu. A Compesa disse que ia construir um poço para abastecer aqui e até hoje acabou a falta de água. Todo dia tem água.

Pergunta: E vocês já tinham ido na Compesa levar ofício sobre esse mesmo problema?

Resposta: Já. Já tínhamos ido com esse mesmo problema. A comunidade reclamava, vinha aqui, a gente mandava ofício e nada. Aí foi quando a gente acionou e a Globo veio aqui umas quatro vezes.

Pergunta: E sobre o projeto Rádio do Povo, como o senhor conheceu?

Resposta: Eu conheci quando ele veio para a comunidade de Maranguape I. Aí eu fui para lá e solicitei também. Aí mandamos nosso ofício e fomos selecionados também.

Pergunta: E como é que tem sido as visitas do projeto aqui na comunidade? O senhor falou que eles já vieram oito vezes, certo?

Resposta: Não, quatro vezes, em oito anos. Porque pula um ano. O projeto quando vinha trazia a Iquine, o curso de gastronomia Panela de Barro, era excelente, caiu muito. Vinha com a Brilux, teve sorteio de máquina de lavar roupa, balaio da Ondunorte e veio também a Iquine, que fez uma visita técnica com o pessoal que participou do curso de pintura, para conhecer a fábrica da Iquine. Veio também o frango Nato, que fez um mini curso, de um dia, onde aprenderam várias coisas. Isso era antes. Agora veio mais cidadania. Veio Bombeiro, os médicos do Oswaldo Cruz, uma nutricionista. Tem até uma matéria mais recente que você pode acessar.

Pergunta: E qual a importância dessas ações para a comunidade? O senhor, que é líder e conhece todo mundo, como vê a importância das ações sociais, de antes e de agora, para as pessoas?

Resposta: Eu acho que marca muito. É tanto que, você vê, o pessoal pergunta muito quando é que vai ter de novo. Acha que passa três ou quatro meses, mas não sabe a estrutura que é montada, não tem noção. "Sr. Geraldo, vai ter de novo?". Essa ação mesmo que teve com os médicos do Oswaldo Cruz, eles fizeram uma triagem com as pessoas participantes e umas quatro pessoas foram encaminhadas para o Oswaldo Cruz. Então, isso é uma referência. Para a gente, que é da liderança, marca muito. O pessoal fica cobrando, pergunta se esse ano vai ter, tá entendendo? E eu não digo que não vai ter, eu digo que estamos aguardando um comunicado, que é pra levar o ano todinho só dizendo isso. Porque a gente fica atrelado e só dizendo que tem que aguardar. E o pessoal do Tavares Buril que dá um suporte, foram emitidos 150 documentos, tá entendendo?

Pergunta: E os cursos profissionalizantes? Formaram muitas pessoas?

Resposta: Formou. Tem gente hoje, graças a Deus, em empresa, que precisava do certificado. Já pintava e tal mas precisava do certificado, porque a empresa lá solicitava. Então, você vê, de 25 a gente teve, por exemplo, seis pessoas que hoje estão em empresas, construtoras, no setor de pintura, que passaram por esse curso da Iquine.

Pergunta: O que o senhor aprendeu com o projeto? O senhor e a comunidade como um todo. O que o senhor pode dizer que vocês aprenderam com essas quatro visitas do projeto Rádio do Povo, até aqui?

Resposta: Nós aprendemos a importância da parceria. Foi muito importante. A gente aprendeu que tem que abrir a porta, comunidade e entidades de um modo geral. E também tem a questão, gratificante, de as pessoas procurarem mais a entidade, o centro comunitário. Porque respalda, tá entendendo? O projeto termina dando força para a gente. Porque, você vê, na época de emissão de documentos aqui, vem gente de Maranguape 2, vem gente de Olinda, de Jardim Atlântico, porque escutou na rádio. Porque o projeto não visa só a comunidade. A rádio divulgou e vêm pessoas de outros lugares.

Pergunta: Assim como o senhor foi em Maranguape 1 para conhecer o projeto.

Resposta: Exato. E aí tem o intercâmbio entre as comunidades.

Pergunta: Nas primeiras visitas, o Jornal do Commercio impresso ainda vinha e agora não vem mais, não é? Só vem a Rádio Jornal. Como o senhor percebe essa diferença?

Resposta: Muita. Vou lhe dizer. Primeiro, veja bem: o jornal, depois que não veio, a gente fica aqui [faz um gesto de "lavar as mãos", no sentido de "ficamos abandonados"]. Como eu estou querendo procurar ali para mostrar para você, as reportagens que fotografaram, lá in loco. Além de fotografar, filmaram também. Entrevista as pessoas lá na comunidade, onde está sentindo o problema. Quer dizer, então é fundamental a reportagem impressa também.

Pergunta: E o rádio consegue fazer isso agora? Também vem um repórter ainda, não é?

Resposta: O repórter veio.

Pergunta: E ele entrevistou algumas pessoas na comunidade?

Resposta: Não. Dessa vez agora não. Ele não veio.

Pergunta: Certo. E aí o senhor acha então que a mudança de não vir mais o jornal pesa por isso? Quando vocês conseguiram calçar a rua, foi na época do jornal impresso?

Resposta: Foi. Saiu no jornal. Até o policiamento também. A gente visitou alguns mercados aqui, os que eram mais assaltados. Fotografaram e as pessoas falaram dos assaltos. Aí o batalhão mandou policiamento. Pelo menos durante uns dois meses a gente via os soldados passando por aí. Por causa da força do jornal e cobrança também, que eles entravam em contato com o batalhão. Na época era até a major Conceição e ela entrou na rádio. Ednaldo entrou em contato com o batalhão e eles disseram, ao vivo, que fazia o policiamento aqui. E na hora, ao vivo, eu disse que não faziam. Aí tive até um atrito com a major Conceição porque disse que não existia. Aí ela disse que ia mandar a viatura comparecer aqui e depois

veio. Aí eu disse que não tinha, mostrei a ela a situação e terminou até gerando uma amizade. Então, você vê, o rádio tem essa força de levar as reivindicações e trazer respostas.

Pergunta: E terminou também conectando vocês de alguma forma, não é? As duas instituições [conselho de moradores e batalhão de polícia].

Resposta: Exato. Porque lá eles ficaram com nosso contato, quando eles querem alguma coisa eles ligam para a gente para saber.

Pergunta: Acho que é isso. Tem alguma coisa que eu não perguntei e o senhor gostaria de falar?

Resposta: Acho que é isso. São tantos benefícios que o projeto traz. O projeto trouxe a lei da cidadania, esclarecimentos com as escolas. A gente trouxe a criançada, foram mais de 70 alunos aqui, depois posso passar para você algumas fotos. A lei seca também teve aqui, teve até um cadeirante fazendo a palestra. Então, você vê, essa criançada ouvindo tudo aquilo, além de ver os slides, ver o depoimento do cidadão que está cadeirante, então isso aí serviu muito de lição para essa criançada que vai dizer em casa, tá entendendo? E replicar essa palestra em casa, o que escutou aqui. Isso aí foi muito bom.

ÍNTEGRA DA ENTREVISTA 04

Meire Matias Barbosa, 60 anos, presidente da Associação de Moradores da UR-2, no Ibura, desde 2004.

Pergunta: Como líder, como a senhora busca resolver os problemas dessa comunidade? Eu imagino que sejam muitos.

Resposta: Sim, são muitos. A gente tem a Prefeitura Municipal do Recife, tem o Governo do Estado, que a gente vai e leva ofício. Também a Compesa, Emlurb, tapa buraco. A gente tem um trabalho muito bom dentro da comunidade do Ibura de tapa buraco e poda, em parceria com os líderes comunitários. Aqui tem alguns líderes comunitários: Carlos Rodolfo e Édio Roberto de Miranda, por exemplo.

Pergunta: Mas eles são líderes informais?

Resposta: São líderes formais. Assim como eu, são líderes comunitários.

Pergunta: Mas de outras comunidades?

Resposta: Não, só daqui da comunidade do Ibura.

Pergunta: Então tem mais de uma associação?

Resposta: Não. Tem o clube de mães. No Ibura não tem só associação de moradores. Tem o grupo dos idosos, que é um grupo. Tem o grupo de mães, que é o que Carlos Rodolfo preside. Carlos Rodolfo trabalha na Emlurb e ele tem me ajudado muito no tapa buraco, nas podas. Agora está fazendo um trabalho desentupindo as canaletas, que estão todas entupidas. A gente faz um bom trabalho aqui. A gente já teve aqui o ProJovem, já tive o Primeiro Emprego aqui na associação, já tive muitas coisas boas. E hoje eu sinto falta da Rádio Jornal, porque é muito parceira. A Rádio Jornal, a Rádio do Povo, com Ednaldo Santos. Ednaldo sempre foi parceiro da Associação de Moradores da UR-2. Trazíamos identidade para tirar, Ednaldo traz cozinhas, traz a Iquine. No momento eu estou até precisando da Iquine para pintar, porque eu só pinto essa associação quando a Rádio Jornal estava aqui e trazia a Iquine pra mim.

Pergunta: Como foi que a senhora conheceu o projeto Rádio do Povo?

Resposta: Através de Carlos Rodolfo, porque eles já vinham antes. Com outros presidentes eles já vinham, entendeu?

Pergunta: E a senhora sabe como foi que o projeto chegou na comunidade pela primeira vez? Ou não é da sua época?

Resposta: Não é da minha época. Já vinha com Carlos Rodolfo, o outro presidente. Já acontecia. Aí quando eu entrei aqui, eu fiz amizade com Ednaldo, com Adilson Oliveira, e era todo ano. Todo ano tinha uma data, assim, lá para o mês de maio. Eles vinham para cá e traziam aquela programação. E traziam os projetos sociais, por uma semana dentro da associação. É muito bom, muito gratificante. Oculista, muito gratificante, eu me sentia muito gratificante (sic) com os projetos que a Rádio Jornal, Rádio do Povo, trazia aqui para a comunidade.

Pergunta: E quando foi que mudou de todo ano para ser a cada dois anos?

Resposta: É, mudou, já faz bem uns três anos que é a cada dois anos. Já vai fazer quase quatro anos, eu acho, que eu não tenho a Rádio Jornal aqui dentro. E estou sentindo falta.

Pergunta: A senhora sabe que o espaço diminuiu, não é? Alguns parceiros saíram também.

Resposta: É, diminuiu. Não sei porque diminuiu. Era muito bom o Painel de Barro, a SDS com a identidade. Trazia também o corte de cabelo, oculista. Então, era uma semana de festa dentro da UR-2 quando a Rádio Jornal estava aqui. E o que eu mais gostava, o que eu mais me sentia bem, apesar de todos os programas que eles traziam serem bons, era que Adilson vinha um dia, ficava um dia dentro da comunidade, tipo uma quarta-feira, e a gente ficava falando ao vivo. A gente tinha aquele programa ao vivo que dizia as prioridades da comunidade. Aqui já teve coisa na comunidade que foi feita por causa da Rádio Jornal. A praça João Felipe Santiago foi revitalizada através da Rádio Jornal, o muro de arrimo, os

ônibus que eram de má qualidade. Quando a Rádio Jornal estava aqui, a gente batia na tecla dos ônibus [no microfone da emissora], da parada e assentos para idosos, da má qualidade dos ônibus, e quando a Rádio Jornal estava aqui a gente batia em cima. E por isso que eu estou sentindo falta da Rádio Jornal. Eu estou sentindo falta, eu acho que toda a comunidade está se queixando, porque a gente tinha uma voz que falava por nós, que brigava por nós. Porque todo dia Ednaldo estava ali na rádio dizendo: "olha, o posto de saúde! A falta de médico! A falta de remédio para idoso!". E tudo isso eu estou sentindo falta da Rádio Jornal, Rádio do Povo.

Pergunta: E como a senhora tenta resolver esses problemas agora sem a rádio?

Resposta: Está difícil. Não está fácil não.

Pergunta: A senhora estava me dizendo, no começo, que manda ofício.

Resposta: É, a gente manda ofício para a Emlurb, para a poda, para uma capinação, para varrer. Manda ofício para a Compesa. Mas não está como a gente estava com a Rádio Jornal. A Rádio Jornal era uma parceira muito boa, eu gostaria que eles voltassem para abranger a comunidade.

Pergunta: E vocês procuram outros veículos de imprensa?

Resposta: Não, eu não procuro não. Às vezes eu falava em Edvaldo Moraes, mas ele faleceu.

Pergunta: O que a senhora aprendeu com o projeto Rádio do Povo?

Resposta: Muitas coisas. Aprendi a ser mais humana do que eu era. Aprendi a saber pedir. Porque a Rádio Jornal ensinava a gente a saber pedir, saber cobrar e não ter medo. A gente com a Rádio do Povo, a Rádio Jornal, não tinha medo de nada, falava ao vivo. "Olha, Meire tá falando ao vivo na Rádio Jornal sobre a falta de ônibus, sobre a poda!" – então eu me sentia muito segura. Eu acho que eu me sentia outra mulher com a Rádio Jornal, Rádio do Povo.

Pergunta: Aprender a pedir que a senhora diz é a cobrar, reivindicar?

Resposta: A cobrar. A cobrar dos governadores, a cobrar do prefeito do Recife, a cobrar dos órgãos governamentais que deixam a desejar. Você sabe que deixam a desejar. Hoje não estão nem valorizando muito a associação. Então eu gostaria que a Rádio Jornal, Rádio do Povo, voltasse para a gente ter essa força, essa voz forte, brigando e pedindo. Tinha um dia que a Rádio Jornal trazia o jornal e eles diziam: "Meire, qual é a sua prioridade?". E eu respondia: "A praça do lixão. A praça João Felipe Santiago". "Qual a sua prioridade? É um muro de arrimo?". "Qual é a sua prioridade?". Então eles focavam naquilo e batia na tecla. Saía no jornal, numa quinta-feira. Aquilo era muito gratificante.

Pergunta: A senhora estava dizendo que eles passavam a semana toda com o microfone da rádio aqui na comunidade.

Resposta: Todinha. Todo dia à tarde, de segunda a sexta, saíam as queixas. Um exemplo: eu chamava cinco pessoas e perguntava "você quer reclamar de quê?". Então, eles diziam do que queriam reclamar: "eu vou reclamar do ônibus", "vou reclamar do posto de saúde", então todos eles tinham uma queixa. E falavam no microfone.

Pergunta: E resolvia?

Resposta: Resolvia. Sempre foi resolvido. "Meire, eu vi você falando na Rádio Jornal". "Olha, fulano, eu vi você falando na Rádio Jornal". Então, todo mundo dizia que ouvia a gente com Ednaldo Santos. Era muito gratificante.

Pergunta: E para o Jornal do Commercio, quem era que escolhia qual a denúncia? Porque tinham várias mas só tinha espaço para uma.

Resposta: Só podia uma. A gente escolhia aquela que a gente estava mais necessitado.

Pergunta: Então era a senhora que dizia qual era a que seria publicada?

Resposta: Eu que dizia. Eu me juntava com as pessoas e perguntava o que era que estava mais prioritário para dentro do UR-2. A gente tinha uma descida horrível, eles fizeram um muro de arrimo, colocaram corrimão.

Pergunta: Não era o jornalista que escolhia?

Resposta: Não. Era a gente da comunidade que escolhia o que a gente tinha prioridade na comunidade.

Pergunta: E aí geralmente resolvia?

Resposta: Resolvia.

Pergunta: Por que a senhora acha que resolve quando vai para a imprensa e não resolve quando a senhora manda ofício?

Resposta: Não sei. Porque eles têm medo da imprensa. Não sei porque os governantes têm muito medo da imprensa. Porque quando é uma imprensa reconhecida, que bate na tecla, que luta por nós, é resolvido. Principalmente a Rádio Jornal. Eu sou fã da Rádio Jornal, sou fã de Cardinot, era fã de Graça. Eu gosto mesmo da Rádio Jornal, não é porque você está aqui hoje não.

Pergunta: É, eu nem sou da Rádio Jornal, como disse à senhora. Eu sou da universidade. Mas me diga uma coisa. A senhora disse que muitas coisas a senhora manda ofício. Para a Compesa, para a prefeitura. E uma coisa menor? Como falta de água, por exemplo. Tem que ser um ofício ou só liga no 0800? A senhora mesmo liga ou o próprio morador telefona?

Resposta: A gente liga. Por exemplo, uma coisa fácil que eu acho é quando um poste está apagado. O morador chega aqui e diz que o poste dele está apagado há alguns dias. Eu digo para ele trazer o número do poste, ligo para 156 e, com três dias, eles consertam aquele poste

apagado. Na Compesa tem uma menina chamada Graça, que é a supervisora do elo da gente. Eu digo: "olha, Graça, uma fossa estourou". E ela manda. Demora, mas manda. Demora assim uns cinco dias. Eles dão o prazo de vir fazer no quinto dia útil.

Pergunta: Certo. Então algumas coisas a senhora consegue resolver diretamente? O que a senhora acha que é mais difícil de resolver?

Resposta: Consigo. O que é mais difícil é uma Academia da Cidade. Eu tenho lutado por uma.

Pergunta: Que é uma coisa maior.

Resposta: É, uma coisa maior. Porque aqui dentro da associação, se você vier nas terças e quintas, de 9h às 10h, tem quase 40 mulheres fazendo academia da cidade aqui. Tem os equipamentos todos.

Pergunta: Mas isso é de vocês ou da prefeitura?

Resposta: Da prefeitura, eles que trouxeram.

Pergunta: Entendi. E a senhora tá lutando pelo quê? Pelo espaço da academia?

Resposta: Pelo espaço da Academia da Cidade, dentro da comunidade. Uma academia para o idoso. Que não tem. No UR-1 tem, no UR-3 tem, no UR-5 tem. No UR-2 não tem.

Pergunta: E como a senhora está lutando por essa academia? O que a senhora já fez?

Resposta: Mando ofício. Já mandei ofício para a prefeitura.

Pergunta: E teve retorno?

Resposta: Eles estão dizendo que vão fazer. Eu estou esperando. Geraldo Júlio daqui a pouco entrega o poder e não faz.

Pergunta: E esse tipo de coisa a senhora acha que com a imprensa resolve?

Resposta: Sai muito mais rápido. Se eu tivesse a Rádio Jornal, minha prioridade hoje seria a Academia da Cidade. Eu trazia a Rádio Jornal para vim filmar o povo fazendo aqui, num aperto desse, num calor desse. Mostrava as idosas fazendo assim, por falta de uma academia da cidade.

Pergunta: Entendi. E a senhora acha que resolveria assim?

Resposta: Com certeza. Não tinha nem dúvida.

Pergunta: E além do ofício, a senhora tem alguma outra ferramenta para lutar por esses direitos?

Resposta: Não tenho nenhuma ferramenta, se não for a imprensa. Porque político hoje, você pede e ele esquece. Eles querem amarrar (fala no sentido de troca de "favores", compra de votos).

Pergunta: Tem algum vereador aqui na comunidade?

Resposta: Eu não tenho não. Vereador nenhum. Eles querem amarrar. Vereador só passa aqui de quatro em quatro anos. Para comprar voto, atrás do voto. Eu estou muito magoada com política. Muito triste. A gente pensa que as coisas mudam, mas é de pior a pior. Eu não sei o que a gente vai esperar mais da política.

Pergunta: A senhora estava me dizendo que aprendeu a brigar mais por seus direitos. Depois que o projeto veio, mudou alguma coisa na forma como a senhora busca os direitos das pessoas? Antes e depois do projeto? O que mudou?

Resposta: Mudou. Antes eu era meio... assim, brigava pelo projeto da comunidade. Mas depois que eu vi a Rádio Jornal, eu criei mais força. Quando a Rádio Jornal começou a vim visitar, ela vinha de ano em ano, todo ano já tinha aquela data. Aí eu comecei a criar mais força. Pensei: "se a Rádio Jornal está do meu lado, eu posso falar o que eu quero". E Adilson deixava a gente bem à vontade: "fale tudo o que você quer, não tenha medo". Então era ao contrário, a Compesa tinha medo da gente. A empresa [de ônibus] Vera Cruz tinha medo. "Meire agora está mais esperta, está falando mais, brigando mais, metendo mais o pau". Eu não estou machucando, mas estou aprendendo a reivindicar. Eu aprendi a reivindicar melhor depois que a Rádio Jornal começou a fazer essa parceria comigo.

Pergunta: Entendi. E a senhora reivindicava mesmo quando eles não estavam? Porque eles só passavam uma semana aqui.

Resposta: Aí eu comecei a reivindicar. Comecei a pedir, aprendi a pedir, comecei a cobrar dizendo aos órgãos que eles têm obrigação. Que as coisas mudaram, que tem que ser diferente. Adilson dizia: "Meire, nunca tenha medo. Se você estiver certa, vá fundo, brigue pelos seus direitos, brigue pelo direito da comunidade, brigue mesmo". Aí eu aprendi a brigar. Era uma briga construtiva.

Pergunta: Entendi. Então quando a senhora ligava já não aceitava mais qualquer resposta.

Resposta: Eu dizia "não, eu não quero um não, quero uma resposta". Então as coisas mudaram muito e mudaram para melhor. Quando a gente chegava no Governo do Estado, nas empresas e chamava para uma reunião na comunidade, era outra coisa.

Pergunta: E as outras pessoas da comunidade passaram a lhe ver de outra forma?

Resposta: De outra forma. Passaram a vim falar comigo, a me respeitar melhor, a trazer mais coisas. "Vamos levar para Meire porque Meire é danada, ela resolve mesmo. Ela vai brigar por nós lá na Emlurb, na Codecir, nos ônibus", eles diziam. Esses ônibus, só Jesus na causa. E eu brigava mesmo, eu dizia "eu quero, eu quero e eu quero, não aceito propina". Eu quero o bem para a comunidade, o bom para a comunidade, se a comunidade estiver satisfeita eu também estou.

ÍTEGRA DA ENTREVISTA 05

José Luiz da Silva Moura, 57 anos, autônomo, ex-presidente da Associação de Moradores do Alto Santa Isabel e atual presidente do grupo cultural Deixa Falar, com forte atuação na comunidade.

Pergunta: Quando o projeto Rádio do Povo vem é com o senhor que eles lidam?

Resposta: Geralmente sim, sempre comigo que eles lidam aqui no Alto Santa Isabel.

Pergunta: E há quanto tempo o projeto vem para cá?

Resposta: Há uns quatro anos, o projeto geralmente vinha quase todo ano. Deu uma parada, e esse ano foi que voltou. Em outubro de 2018 foi a última vez.

Pergunta: Quando os problemas chegam para o senhor, o que o senhor faz para tentar ajudar?

Resposta: Eu acho que hoje a gente tem um canal fundamental, um canal que é a imprensa. Eu acho que a imprensa hoje tem um papel fundamental. O poder público se acostumou a só responder as coisas quando a gente procura a imprensa. Então, a primeira coisa que a gente nota hoje é uma grande falta d'água. Em dezembro fomos na Compesa, todos os moradores, começou a chegar água, eles começaram a mandar caminhões pipas. Mas porque a imprensa também está cobrando. Nós fomos na Compesa e tivemos a cobertura da imprensa.

Pergunta: Resolveu?

Resposta: Não. Resolveu enquanto estávamos lá. Durante uns oito dias chegou água, mas hoje em dia tem ruas, tem quarteirões que faz dois meses que não chega um pingão d'água. As pessoas aqui estão comprando caminhões pipa, pra você ver, porque não tem água. Então a gente tem uma falta de água muito grande. No Alto Santa Isabel a gente tem dois problemas seriíssimos: violência, assalto, essas coisas, e falta d'água.

Pergunta: Todo problema que chega, o senhor aciona a imprensa ou tenta resolver?

Resposta: Não, tento resolver de outra forma. A gente encaminha aos órgãos. Por exemplo, você tem que ir à prefeitura, ao Governo do Estado. Dependendo do órgão, encaminha tentando resolver. Eu tenho sempre o caráter de nunca vim curar os problemas da comunidade na política, porque o político só vem aqui para tirar proveito. A gente tenta fazer as coisas mais independente, com a força. Eu sou uma pessoa que tenho 40 anos na vida comunitária. Então, graças a Deus, onde eu chegar as pessoas já me conhecem. Dá uma certa facilidade para resolver esses problemas. Principalmente nesses órgãos mais conhecidos, como Emlurb, Compesa, CTTU, Celpe.

Pergunta: Certo. Então, chega o problema e o senhor tenta resolver. Não conseguiu, chama a imprensa, é isso? Ou depende do problema para chamar a imprensa ?

Resposta: Depende do problema. A imprensa hoje é um dos canais. Eu sou defensor da imprensa livre, porque eu quero a imprensa errando mas não quero a imprensa com ataduras nela. A imprensa também tem sua pauta. Quando o problema é mais sério a imprensa dá cobertura, quando o problema é menor a gente não tem muita facilidade, mas sempre a gente tem, principalmente no rádio. O rádio tem uma força, principalmente nesses problemas menores. Porque a gente liga, o locutor atende, a gente pede, usamos muito o rádio.

Pergunta: Vocês usam muito a Rádio Jornal ou mais alguma outra rádio?

Resposta: Nós usamos muito a Rádio Jornal e a Rádio Folha. Do saudoso e querido Edvaldo Moraes, que todos os dias ligava para mim. Então a rádio tem um caráter de ajudar, de denunciar.

Pergunta: São frequentes essas ligações para rádios?

Resposta: Sim, bem frequente.

Pergunta: E resolve?

Resposta: No mínimo, um desabafo (risos). Porque a solução está longe, eu acho que o movimento comunitário perdeu muita as força, infelizmente. As comunidades perderam muita a força com essa vinculação à política.

Pergunta: E quando aparece um problema, como o senhor disse, menor, que não vai chamar a atenção da imprensa. Por exemplo, um poste apagado, uma conta que não chegou e cortaram a água – como é que vocês fazem?

Resposta: A gente tenta, através de telefone, ligar para os órgãos. Porque um poste apagado pode ser um pequeno problema para mim e para você, que não estamos no escuro, mas para os moradores da rua é um grande problema. E muitas vezes o poder público não tem essa visão. Eles não sabem o que é falta d'água, não sabem o que é violência. Eu costumo dizer que eu resolveria o problema do SUS imediatamente: que os governadores, prefeitos, senadores passassem pelo SUS. O SUS não é tão bom? Acabava o plano de saúde para eles. A questão da violência, tenho a solução: não tenha segurança não, prefeito, deputado – ligue para o 190. Você liga hoje e vai chegar daqui a 24h. Então, minha filha, tudo é uma questão de sociedade. Quem está por cima, está com tudo. Quem está por baixo, como os pobres, só são procurados na época de eleição, para comprar votos, para mentir. uma grande realidade, infelizmente, que eu acredito um dia que isso vai mudar, como dizia Dom Hélder.

Pergunta: Entendi. Então, quando é um problema menor, o senhor liga, tenta resolver com aquele órgão e, caso não consiga, liga para a rádio para desabafar ou depende?

Resposta: Ligo para a rádio para dar conhecimento de que estamos lutando pela comunidade. Apesar de que o Alto Santa Isabel, graças a Deus, é um alto de poucos problemas e muitos problemas. Acho que você conhece a periferia da cidade do Recife. Então, você vê que aqui já é um alto mais estruturado, na questão de casas, de ruas calçadas. Mas temos problemas de falta d'água, temos problemas de violência, como qualquer outro.

Pergunta: Na época de 1987, quando o senhor foi presidente da comunidade, já existia Rádio do Povo?

Resposta: Não.

Pergunta: Lembra a primeira vez que o projeto veio para essa comunidade?

Resposta: Não lembro, não lembro.

Pergunta: Qual a primeira vez que o senhor lembra?

Resposta: A primeira vez que eu lembro foi há uns 10 anos. Veio para o outro lado, do Penedo. Eu lembro que a Rádio do Povo começava com as conquistas sociais e depois tinha um show. Como eu sou muito festeiro, eu me lembro. Uma vez por ano, no Marco Zero. Eu até cobreí esse ano, mas esse ano estão só com palestras e orientações, mas o show não. Acho importante juntar o útil com agradável.

Pergunta: E dessa última vez que veio, como é que foi? No ano passado?

Resposta: Dessa última vez, no ano passado, veio mais com palestras. Que também foi interessante, mas nos outros anos vinham com projetos de tirar RG, documentações. Esse ano foi bom para as escolas, porque teve aulas de primeiro socorros, aulas de educação no trânsito. Mas o básico. Agora eu acho um programa de fundamental importância para as comunidades, principalmente para as comunidades mais pobres. Porque, veja bem, tinha coisas que eu não sabia. Tipo como salvar uma pessoa que sofre um AVC sem ser médico, sem ser enfermeira. Então, infelizmente a população vai mais quando é serviço. Mas acho que o que eles fazem, o que eles defendem, eu acho que deveria ser um trabalho do Estado, e não só da rádio, como ensinar a prevenção de como salvar pessoas, principalmente para crianças.

Pergunta: E a parte de jornalismo?

Resposta: Veio. Levantou os problemas que a comunidade tinha. Foi muito bom, porque que o criador, Ednaldo Santos, deu várias respostas. Apesar que os órgãos não resolveram os problemas que eu já falei para você, como a falta d'água, a creche que não tem aqui, questões seriíssimas.

Pergunta: Como foi, quem veio? Um repórter?

Resposta: Um repórter veio, e passou o dia gravando com várias pessoas, sobre temas diferentes.

Pergunta: E aí ficou passando durante a semana na rádio?

Resposta: Todo dia entraria uma gravação dessas. Aí Ednaldo lia e buscava as respostas.

Pergunta: Algum problema denunciado foi resolvido?

Resposta: Não.

Pergunta: Quais foram os problemas que foram denunciados?

Resposta: Creche, falta d'água, violência, o posto médico. São problemas maiores, ninguém tocou na questão. Foi veiculado mas não foi resolvido.

Pergunta: E antes, como era essa parte de jornalismo?

Resposta: Eu acho que a parte do jornalismo antes era melhor. Porque todo dia ele [o repórter, Adilson Oliveira na época] estava ao vivo me acompanhando. Falávamos com três a quatro pessoas no meio do dia. Acho que era mais ampla, um dia só é pouco.

Pergunta: Vinha também o jornal impresso, com repórter e fotógrafo. O senhor chegou a pegar essa época?

Resposta: Sim, era do meu tempo, já sai em várias matérias do Jornal do Commercio. Foi muito importante também, porque veja bem: a gente fala uma coisa e sai no jornal impresso, que eu peço a Deus que nunca acabe, é um documento.

Pergunta: E resolvia quando saía no jornal impresso?

Resposta: Eu acho que sim. Porque eu me lembro que nós recortávamos as matérias, fazíamos o ofício e a anexávamos, para dizer aos órgãos que aquilo tinha saído no jornal. E todos que estavam no poder tinham mais medo, pois nem sempre escutam o rádio. Gostaria até que voltasse ao que era.

Pergunta: O que você acha que vocês daqui da comunidade aprenderam com o projeto?

Resposta: Primeiro lugar é ver que existe uma emissora, ainda, com um projeto que se preocupa discutir os problemas dos mais pobres. Isso é fundamental. Em segundo lugar, dar vez a quem não pode falar. Em terceiro lugar, o compromisso da rádio em buscar condições para os problemas das comunidades, esse povo que sofre tanto. Estamos numa guerra, principalmente na questão da violência no nosso país, nosso bairro, na Cidade do Recife. Eu vou perguntar a você se você conhece alguma rua que ainda não teve um jovem morto no Recife. Não tem.

Pergunta: E o senhor pessoalmente, o que aprendeu com o projeto ?

Resposta: Aprendi que os pobres têm seu valor. E a rádio, com o projeto Rádio do Povo, consegue que nós, líderes, que muitas vezes pensamos em desistir da caminhada, pensemos que é importante ainda continuar na luta, mesmo com tantos desafios.

ÍTEGRA DA ENTREVISTA 06

Juliete Alves, 29 anos, assistente administrativa na Associação Beneficente Betânia.

João Santana, 62 anos, vice-presidente da Associação.

Caetés Velho, Abreu e Lima.

Pergunta: A comunidade não tem associação dos moradores?

Resposta: Não.

Pergunta: Vocês são a entidade mais forte da comunidade?

Resposta: A mais forte e a mais simples, porque nós trabalhamos com o terceiro setor. Vamos dizer, assim, faz parte do serviço que o município deveria fazer e não faz. Nós atendemos, em média, 200 pessoas por dia, para exames, consultas e outros.

Pergunta: Quais são os serviços que vocês oferecem e como é que a pessoa se torna associado?

Resposta: Eles pagam uma taxa mensal, que dá direito a toda a família.

Pergunta: Quanto é essa taxa?

Resposta: Até o ano passado estava R\$ 150 a inscrição e a mensalidade, R\$70. Isso inclui a família toda: pai, esposo e filhos menores. Agora no começo desse ano [2019], a gente ainda não está associando, estamos vendo como é que vai ficar.

Pergunta: E vocês tem quantos sócios?

Resposta: Uns 3 mil, no máximo, adimplentes. Porque tem muito essa questão da inadimplência.

Pergunta: E tem quantas pessoas na comunidade?

Resposta: Não sei te informar. Nós trabalhamos com outros municípios também, com as comunidades vizinhas como Paulista, Igarassu.

Pergunta: Quais os serviços que vocês oferecem? Quem passa essa taxa mensal tem direito a quê?

Resposta: Consultas médicas, com ginecologistas, psicólogos; dentistas, exames laboratoriais, funerária e a parte social, que são os cursos que nós oferecemos.

Pergunta: As pessoas não pagam nada a mais por isso?

Resposta: Não.

Pergunta: São cursos de qualificação?

Resposta: Quando conseguimos projetos a gente faz cursos de qualificações. Já teve de elétrica, refrigeração. Estamos fazendo ginástica, hidroginástica, aula de dança, pintura, karatê

para as crianças. Esse do karatê é para a comunidade toda.

Pergunta: Esses médicos que trabalham aqui recebem salário?

Resposta: Não, são todos voluntários.

Pergunta: Então esse dinheiro da taxa é só para manter a associação?

Resposta: Sim.

Pergunta: O senhor falou que vocês fazem algumas vezes o que deveria ser trabalho do município, não é?

Resposta: Sim, porque veja bem: se esse povo que a gente atende tem necessidade de tantas consultas, não era o município que faria?

Pergunta: Tem posto de saúde aqui?

Resposta: Tem.

Pergunta: E funciona?

Resposta: Funciona, mas muitos vêm pra cá porque no posto de saúde não conseguiu vaga.

Pergunta: Mas tem médico no posto?

Resposta: Tem, creio que tem.

Pergunta: Mas vocês atendem os problemas das pessoas? Por exemplo: um buraco na rua, poste sem lâmpada, falta d'água em casa – esses problemas que têm que ser resolvidos junto aos órgãos responsáveis.

Resposta: A gente tenta falar com eles, dar diretrizes para eles, direcioná-los para o lugar certo.

Pergunta: Mas vocês mesmo...

Resposta: Na realidade nós temos informações no geral. Todas as informações são dadas a todos que estão aqui no salão. Porque cada diretor daqui participa de um conselho da cidade, justamente para trazer o que está acontecendo de lá para cá. Por exemplo: saúde, conselho do idoso, da assistência social. Sempre que tem alguma coisa eles trazem e aqui falamos para as pessoas que estão aqui pelo salão.

Pergunta: E como vocês conheceram o projeto Rádio do Povo?

Resposta: Acho que em 2010. Já vieram umas três ou quatro vezes para cá.

Pergunta: E como foi que veio a primeira vez ?

Resposta: Acho que a primeira vez foi a melhor (risos).

Pergunta: Porque foi a melhor?

Resposta: Porque teve a Iquine, teve o Altino Ventura. Foi uma semana realmente bem agitada.

Pergunta: Foram vocês que foram atrás?

Resposta: Não, eles que entraram em contato. Eles selecionam e entram em contato.

Pergunta: E como é que foi essa primeira vez que vocês falaram que foi a melhor?

Resposta: Muita gente participou. Teve gente que aprendeu, teve gente que já saiu para trabalhar. Todos aproveitaram o aprendizado. Pintaram o salão daqui todinho. Teve o curso também da cozinha, o Panela de Barro.

Pergunta: E além dos cursos, teve o que mais?

Resposta: Teve palestras, sempre trazem palestras.

Pergunta: E a parte de jornalismo, o pessoal veio? De rádio e de jornal?

Resposta: Veio. Fizeram entrevista com o pessoal sobre os problemas da comunidade. Teve muitas pessoas da redondeza que vieram também.

Pergunta: Resolveu alguma coisa?

Resposta: Uma das situações apresentadas foi o lixo, que na época estava bastante precária a situação. Muitos entulhos, bueiros abertos. Teve alguns problemas que foram [resolvidos]. Até porque tem uma vereadora aqui na rua e ela mobiliza também.

Pergunta: Então ela serve de ponto de auxílio? As pessoas a procuram muito?

Resposta: Sim, ela ajuda.

Pergunta: O jornal veio ou veio só a rádio?

Resposta: Não, só veio a rádio.

Pergunta: Não veio fotógrafo?

Resposta: Não.

Pergunta: Da ultima vez não foi tão bom porque não teve os cursos?

Resposta: Foi semana de palestra.

Pergunta: E o pessoal participou?

Resposta: Participou, mas não foi lotado como das outras vezes. Das outras vezes o pessoal queria mais e não tinha mais vaga. E agora não. Mesmo porque aqui temos o salão sempre lotado, então isso facilita, porque quando as pessoas não vêm, a gente encaixa quem tá por aqui.

Pergunta: E a rádio veio?

Resposta: Veio, teve entrevista com o pessoal sobre os problemas. Teve também a ASA, que veio e até hoje a gente tá recolhendo o óleo. As pessoas da comunidade deixam aqui, a gente recolhe e o pessoal da ASA passa aqui e leva para o destino certo. Essa ação foi legal porque, realmente, até hoje o pessoal ainda traz e a gente recolhe e eles vêm buscar. Foi um projeto que ficou mesmo depois do Rádio do Povo.

Pergunta: Como vocês veem a influência do Rádio do Povo na comunidade?

Resposta: Beneficia. O pessoal procura mais cursos e atendimento médico. E também a questão da carteira de identidade: quando veio, foi ótimo, muita gente participou. Quando fazem só palestras, as pessoas não participam tanto.

Pergunta: E sobre a parte de jornalismo, o microfone da rádio para fazer as denúncias: vocês veem que o pessoal se interessa?

Resposta: Tem a questão da timidez, mas teve gente que se apresentou. Por exemplo, nós temos o programa do leite e da sopa e a gente não tira foto porque as pessoas não querem aparecer, não querem que divulgue. Temos mais de 130 famílias cadastradas nos programas Leite de Todos e Sopa Amiga, que distribuímos para toda a comunidade, não precisa ser sócio.

Pergunta: Vocês acompanham de perto o trabalho dessa vereadora, que é mais procurada pelos moradores para resolver os problemas junto aos órgãos públicos?

Resposta: Sim, ela é a mais procurada e ela tem trabalhado bastante, com certeza. Hoje mesmo ela veio aqui rapidinho, resolvendo os problemas dos entulhos daqui da redondeza.

Pergunta: O que vocês sentem da conversa com as pessoas, sobre a importância dessas denúncias na imprensa? Se ajuda ou não a resolver, se a imprensa só vem aqui quando o Rádio do Povo vem ou se vem também de forma independente.

Resposta: É muito raro a imprensa vim aqui.

Pergunta: Mas vocês chamam?

Resposta: Não. Até porque não chega a esse ponto de ficar aquela calamidade para chamar. Quando tem algum problema a gente vai lá, fala com Carlinha para ver se ela consegue resolver. Nunca chegou a esse ponto de chamar imprensa não.

Pergunta: E quando o Rádio do Povo vem e traz o microfone para divulgar as denúncias, vocês sentem que ajuda em alguma coisa, a resolver?

Resposta: Olhe, na realidade, nós não chegamos a nenhum grau desse de gravidade. Temos o intuito de levar uma coisa para a comunidade sem que fosse direcionar a alguém, atingir alguém. Nós trabalhamos a comunidade na associação, não nas ruas.

Pergunta: Entendo. Mas uma das ações do projeto Rádio do Povo é coletar as denúncias das pessoas: entulho na rua, falta d'água, falta de luz...

Resposta: Sim, isso foi feito bastante e foi resolvido. Parte das denúncias foram resolvidas. Não dá pra dizer que foi tudo resolvido, porque não foi.

Pergunta: Meu objetivo é entender, também, o antes e depois do projeto. Qual o impacto da diminuição do projeto, com menos cursos, sem a matéria de página inteira do jornal impresso.

Resposta: Hoje em dia não se ouve rádio como antes. É muito pouco, por aqui eu não vejo

quase ninguém ouvindo rádio mais. Eu acho que o rádio é muito forte, mas se as pessoas estiverem interessadas. E aqui elas não parecem estar. Também acho que se fosse uma divulgação maior do projeto, com mais antecedência também, atingiria mais pessoas. Mas do jeito que veio no ano passado, foi rápido e ofereceu pouca coisa.

ÍTEGRA DA ENTREVISTA 07

Walderir Gomes, 42 anos, vice-presidente da Associação de Moradores do Vale das Pedreiras, em Camaragibe.

Pergunta: Você é líder comunitário há quanto tempo?

Resposta: Eu já me envolvo aqui com a comunidade há mais ou menos uns 20 anos.

Pergunta: E como vice-presidente você está há quanto tempo?

Resposta: Desde que a gente assumiu mesmo, há três anos e meio, mais ou menos.

Pergunta: Na última eleição, então?

Resposta: Isso. Eu entrei como vice, depois ela [a presidente] se afastou um período e fiquei como interino. A presidente saiu para disputar a eleição para vereador e eu passei provavelmente uns seis meses como presidente interino da associação.

Pergunta: A presidente é vereadora então?

Resposta: É, ela é vereadora. No mesmo período foi quando a Rádio Jornal fez o trabalho com a gente aqui e eu estava à frente da associação.

Pergunta: É a primeira vez que você participa da gestão da associação formalmente?

Resposta: Da associação é.

Pergunta: Essa associação é forte na comunidade?

Resposta: Ela é.

Pergunta: Com forte eu quero dizer representativa.

Resposta: Ela é representativa.

Pergunta: Sempre tem eleição?

Resposta: Tem. As eleições daqui são muito parecidas como as eleições partidárias. Dá votação de até 3 mil votos, mais ou menos. Dependendo do número de chapas, geralmente é assim.

Pergunta: E como é que vocês, aqui na associação, fazem pra garantir os direitos das pessoas e resolver os problemas da comunidade?

Resposta: A forma que nós, que fazemos parte da associação, recorremos é por meio de reivindicação. A presidente tem uma influência muito boa dentro da cidade, sempre envolvida todos esses anos com prefeitura e ministério público. A gente tem tentado correr muito em prol de fazer um trabalho benéfico para a comunidade. Muito embora a gente saiba que com a sistemática que está hoje no nosso país não ajuda a gente a conseguir. Porque as entidades, feito Petrobrás e as outras, que garantiam alguns cursos de uma forma muito boa para esses núcleos, como associações, hoje não tem tanto. Então muita coisa a gente tem conseguido para a comunidade até com recursos próprios mesmo. Hoje a presidente tem se empenhado muito junto com a gente para reformar. Desde que a gente entrou, estamos sempre reformando o prédio. Porque, na gestão passada, a associação foi meio que depredada. Então temos que fazer uma constante reforma: sempre tem algo quebrando, sempre tem que estar limpando. Então, por isso, a gente também teve alguns problemas nessa ordem. Mas, por exemplo, nesse restinho de mandato agora estamos tentando conseguir cursos para aqui.

Pergunta: O espaço é ótimo. Nem toda comunidade tem um espaço como esse.

Resposta: Raramente você vai encontrar isso, em qualquer lugar. Mas, no mais, a gente corre da maneira que o instrumento da lei manda. Temos o estatuto, temos CNPJ, que nos dá direito a várias coisas. Agora existe uma dificuldade por parte da própria comunidade às vezes. Porque associação vem de associados e aqui as pessoas não procuram se associar, infelizmente. Como a gente assumiu esse peso, que é uma associação que não tem fins lucrativos, que no final é só uma forma da gente, como cidadão, tentar melhorar a situação social. Então, depois que você assume, não tem como jogar fora, vai ter honrar os compromissos. E aí a gente vai tentando, na medida do possível, fazer as coisas acontecerem. Mas com uma certa dificuldade.

Pergunta: E vocês tem algum programa fixo aqui, promovido pelo Estado?

Resposta: Não, não. Estavam começando um agora a pouco. Mas, por problemas de ordem política, digamos assim, deu uma certa travada. Porque mudou o secretário, então a gente ficou momentaneamente órfão desse curso.

Pergunta: Que era de que?

Resposta: Era mais uma mediação social para crianças, para conseguir tirar o jovem da ociosidade. Tinham alguns cursos. No momento, no horário da manhã, estava vindo o pessoal da capoeira. Na verdade, quando você tira esse vazio da mente da criança, você tá conseguindo tirar ele da rua. Esse projeto era integrado para famílias que tinham Bolsa Família, se eu não me engano. Não eram feitos aqui os cadastros, eram feitos na secretaria da prefeitura. Mas se instalaram aqui para poder fazer, por causa do espaço, pois é muito cômod.

Só que parou desde do início do mês, mas provavelmente vai voltar. À noite a gente aqui também tem capoeira, alguns professores dão aula aqui de maneira gratuita.

Pergunta: Isso iniciativa de vocês?

Resposta: Nossa. Temos também professor de Zumba e dança solto, também de nossa iniciativa. Estamos iniciando ainda esse mês aulas de artes plásticas, com pontilhismo, com pintura a lápis, pintura a pincel.

Pergunta: Iniciativa de vocês?

Resposta: Iniciativa nossa também.

Pergunta: Todos voluntários esses professores?

Resposta: Esses professores a gente tem conversado para inicialmente ser voluntário e, posteriormente, quando a associação vier a arrecadar, receber. Porque acho que desse maneira vamos conseguir associar pessoas. Quando a gente consegue dar, a gente recebe e esse sócio é simplesmente para manter o que já existe, porque se paga água e luz.

Pergunta: De onde as associações tiram recursos para pagar infraestrutura?

Resposta: Deveria sim ter um projeto governamental, municipal, uma verba mínima. Antigamente a gente sabia que tinha, hoje o que acontece é que a presidente, junto com nós da diretoria, a gente normalmente a gente doa. Até porque temos trabalho à parte e dá para assumir algumas coisas. Também existe, na verdade não é uma cobrança de aluguel, porque a associação teoricamente é do povo, mas quando se tem uma festividade aqui, alguém que queira fazer um aniversário, um casamento, alguma coisa, cobramos uma taxa mínima que fica entre R\$50 e R\$80. Não paga um espaço desse aqui. Em qualquer outro lugar um espaço desse aqui é na faixa de R\$ 500. Como isso é da comunidade, então a gente faz ali simplesmente para se pagar material de limpeza, para se pagar uma conta de energia que chega uns R\$200, uma conta de água que chega até R\$ 100 por mês. Então a gente junta o útil com o agradável. Quando chegam essas festas a gente consegue tirar algum dinheiro para, pelo menos essa parte que é energia e água, poder fazer funcionar. Nós, como somos diretores, somos sócios também. A gente não fica obrigado, porque pelo estatuto diz que teríamos que dar 1% do salário mínimo por associado e, por exemplo, eu esse mês já gastei mais de R\$ 30 comprando material de limpeza. Porque a gente se doa, a gente sabe que tem muita família na comunidade que não tem para onde destinar uma criança, um adolescente, e a gente sabe que o caminho é prostituição ou droga, principalmente nessas áreas periféricas.

Pergunta: Quantos moradores tem aqui? Quantas famílias, em média?

Resposta: Rapaz, essa vila quando foi formada tinha 565 residências. É uma vila, muito embora com esses 30 anos, muitas casas se fizeram no beiral da própria comunidade, muitos primeiros andares. Então hoje a gente acredita que temos umas mil famílias residindo aqui.

Pergunta: E como vocês fazem com os problemas de ordem cotidiana: buraco na rua, faltou água, poste queimado?

Resposta: Para poste queimado temos uma ligação boa com a prefeitura de Camaragibe. A gente tem conseguido por meios de ofícios estar sanando isso mensalmente, muito embora o produto que se vende é de má qualidade. Chega ao ponto de uma lâmpada queimar a cada um ou dois meses. Mas o serviço está sempre sendo refeito.

Pergunta: Vocês ligam para a prefeitura?

Resposta: A gente liga e faz ofícios. Como somos uma entidade também fiscalizadora, uma entidade que tem respaldo para isso, somos documentados, temos esse direito. Então, fazemos direto no ofício, através da entidade, e pedimos essas reposições.

Pergunta: E quando é uma coisa maior? Como a Compesa, por exemplo?

Resposta: Na verdade a Compesa é um câncer que temos no Vale das Pedreiras. É um câncer e vivemos com ele há 30 anos. Infelizmente temos tido problemas sucessivos por conta da falta de atendimento e falta de respeito dessa estatal com a comunidade. Porque água aqui, por exemplo, passa de sete a oito dias para chegar, chegando a ficar até 29 dias sem água. Já fomos ao ministério público, com a presidente, a direção e as próprias pessoas da comunidade. Infelizmente, disponibilizamos um ônibus com 55 lugares e da comunidade só foram seis pessoas. Então isso infelizmente configura, para alguns órgãos competentes, tanto quem gere a Compesa como quem está observando, como a promotoria ou qualquer órgão de defesa do consumidor, que não é uma necessidade. Quando se fala representante do povo, se eu sou representante de alguma coisa, eu tenho que representá-las. Porém quem são essas pessoas a serem representadas, se essas pessoas não aparecem?. Ser representada porque talvez você não tenha a habilidade para propriamente se representar, então a gente escolhe alguém para nos representar, como os próprios políticos. Infelizmente quase nenhum nos representa. Então, essa é a forma, sendo que sem a força do povo fica muito difícil de reivindicar, até de provar. Vou até usar um exemplo: Jesus Cristo quando foi proteger Maria Madalena. Todo mundo condena a mulher e vai lá e pronto, "atira a primeira pedra e quem são teus acusadores?", quando vai olhar não tem mais ninguém. Então, quem são os acusadores da Compesa?.

Pergunta: Isso é uma característica daqui da comunidade, das pessoas não serem tão ativas?

Resposta: Eu acredito que sim, por conta de divergências políticas e ideologias. Porque Camaragibe, por ser uma cidade que já foi distrito de outra cidade, São Lourenço da Mata, e uma cidade muito pequena, no passado eu dizia que era uma cidade politizada. Hoje, infelizmente, costumo dizer que é uma cidade “politiqueira”. Porque as pessoas brigam, deixam de se falar, criam picuinhas por coisas que talvez não sejam tão pequenas, mas coisas que são até irrelevantes. E as pessoas assim tomam partido de A, B e C e terminam não compactuando com a verdadeira necessidade. Ou seja: se eu estou precisando de ajuda, independente de quem seja o líder comunitário, eu tenho que estar lá para apoiar. Porque eu estou apoiando minha comunidade. Aqui se julga mais do que se ajuda. O Vale das Pedreiras é um pouco assim.

Pergunta: Como vocês conheceram o projeto Rádio do Povo?

Resposta: Vou ser bem franco: como estou aqui há quatro anos, eu, particularmente, cheguei a ser só espectador, na época que tinha ainda o trio elétrico que vinha. Eu conheço Edilson, que é o que normalmente vem fazer esse projeto aqui, há mais ou menos quatro anos. Mas a presidente Lindomar já tinha instalado o projeto duas vezes, então essa parte aí eu não saberei responder. Mas, normalmente, a gente sabe que esses projetos chegam nas comunidades meio que de supetão. Ela ou foi procurada ou procurou, acredito que tenha sido dessa maneira.

Pergunta: Quantas visitas do Rádio do Povo você já recebeu?

Resposta: Essa foi a segunda.

Pergunta: O ano passado?

Resposta: Esse ano já veio.

Pergunta: 2017 e 2019.

Resposta: Eu creio que tenha sido isso

Pergunta: Como é que têm sido essas visitas?

Resposta: Da última vez foi muito importante para a comunidade, pelo que eles trazem. Eles conseguem inserir na comunidade coisas que não chegam tão facilmente, como a emissão de documentos por exemplo, que é algo “burocrático” – costumo usar esse termo. Você tem que chegar no rapidinho, em qualquer posto desses pra tirar uma documentação, e tem que marcar uma ficha por telefone ou por internet. Às vezes você não consegue e é um agendamento pra 30 ou 40 dias. E você às vezes nem consegue. Quando chega isso na sua porta é muito satisfatório. Teve um programa também que veio no conjunto com Altino Ventura. Essa questão também foi importante. A própria rádio vir para a gente fazer as denúncias que queríamos fazer ao vivo aqui, que é outra questão um pouco complicada para a gente conseguir que venha até o bairro.

Pergunta: A imprensa?

Resposta: A imprensa veio, tanto a rádio, quanto a TV. Na época quem fez as filmagens foi eu e Marco Zela, justamente por conta da Compesa, da falta d' água, da caixa d'água, uma infinidade de situações. Mas, no geral, pode-se dizer que a Rádio do Povo sempre quando vem é sempre muito positivo.

Pergunta: O pessoal participa dos cursos, das palestras, das denúncias?

Resposta: Participa, participa.

Pergunta: Dessa ultima vez a TV veio também ?

Resposta: A TV veio.

Pergunta: Esse ano?

Resposta: Ainda não, porque o projeto ainda está para vir, vem agora em abril.

Pergunta: Então só veio uma vez, desde que você está aqui?

Resposta: Sim, só uma vez. Mas já veio outras vezes, até com a própria Lindomar. Ela sempre foi líder comunitária da comunidade, até sem o mandato ela era líder comunitária.

Pergunta: E aí o pessoal participa das ações?

Resposta: Participa, é muito saudável para a comunidade.

Pergunta: E essa questão da imprensa que você falou, vocês tem uma certa dificuldade de conseguir que a imprensa venha aqui para ver os problemas?

Resposta: Amiga, veja só: talvez você possa pensar que seria uma coisa de imediatismo, mas não é. É porque às vezes as coisas teriam que ser mais rápidas e amplas do que são. Marcos Zela é um repórter sério, eu não estou aqui para julgar ninguém. Mas cada um gosta do que quer. Em outro momento, veio alguém da TV Jornal e eu particularmente não acho legal, pra o tipo de reportagem e de matéria que a gente pediu. Tem horas que esse lado cômico não funciona muito. Deixa de ser sério. Um exemplo: você vai fazer uma denúncia no ministério público e entra um palhaço. Mas é uma opinião minha.

Pergunta: Mas vocês costumam procurar a imprensa em geral para denunciar as coisas que não conseguem resolver nos órgãos?

Resposta: Normalmente sim. Eu particularmente tenho uma rádio que funciona em FM aqui em Camaragibe, que é a Camará FM, com um repórter chamado Repórter Cidadão, Jonas Silva, e eu já fiz várias denúncias ao vivo com ele. Essa é a segunda que eu faço para a Rádio Jornal. A TV Jornal teve em uma vez na situação, teve outra na mesma situação.

Pergunta: E resolve?

Resposta: Sendo bem franco, eu acredito que a imprensa, infelizmente, não só a TV Jornal ou a Rádio Jornal mas qualquer outra emissora, não resolve por conta da própria lei que não

ajuda. É feito o trabalho da polícia, ela divulga. A imprensa é muito boa, ela divulga, ela vai divulgar, vai criar a bola de neve, ela vai aumentar e dar proporção ao problema e talvez fazer ele ser enxergada de uma maneira mais séria. Mas ela não resolve. Ela ajuda, mas não resolve. Porque quem deveria resolver são os órgãos competentes. Por exemplo, Compesa é uma estatal ela é gerida pelo Estado. Pagamos impostos para obtermos água. Energia nem tanto, que hoje é privado. Mas a água, por exemplo, a gente paga muito imposto e recebemos um produto e serviço de péssima qualidade. Quem tem que resolver é o Estado. O Estado se diz quebrado, o governador com problemas de denúncia e eles dizem que não têm condições de pagar um agente da Compesa para ficar tomando conta do reservatório, fazer a limpeza básica e para ligar e desligar a água nos dias que é para fazer isso. Por a comunidade ser pequena. Ai eu te faço uma pergunta: um agente desse recebe R\$1.200 por mês; temos mil residências pagando, no mínimo, R\$44 de água, quer dizer, R\$ 44 mil mensais; e eles não podem tirar R\$ 1.200 para pagar um agente? Não podem tirar um dinheiro para fazer uma manutenção na caixa d'água que tem as tampas enferrujadas e partidas? Onde, em outra hora, fizeram necessidades fisiológicas dentro da caixa, colocaram animais dentro da caixa, é usada para prostituição e uso de drogas. Então, vou dizer: se você tem R\$ 44 mil, mas você não consegue tirar 5% ou 10% para fazer a manutenção da área que o povo paga para obter aquilo ali, a gente pode esperar mais o quê? Infelizmente, estamos vivendo nas mãos da impunidade, isso no que se diz respeito ao fornecimento de água, energia, porque por mais que seja privatizado ainda é um caos, a gente vê muita coisa errada aí. A saúde também, infelizmente.

Pergunta: Chega muita denúncia aqui das pessoas, pedindo ajuda de vocês pra resolver essas questões?

Resposta: Lógico que chega. Somos abordados aqui 24h por dia, isso por meio de WhatsApp, Facebook, Messenger, na rua. Às vezes chega até a saturar, você tem seus problemas já, e as pessoas por falta de conhecimento dizem coisas como, por exemplo “essa associação não resolve nada da água”. A gente foi lá no ministério público, duas, três vezes. Criou uma audiência pública na câmara dos vereadores. Antes dessa que te falei, que colocamos o ônibus com 55 lugares, só foram seis pessoas. Eu compreendo que as pessoas me enxergam como líder comunitário, show de bola, e que eles têm que vir cobrar, lógico, porque a partir do momento em que você se oferece para ser líder comunitário, você tem que dar satisfação. Agora, no mínimo usar, poderiam a internet para ver o que é o que não é. Infelizmente as pessoas não sabem o que o legislador faz, o que o executivo faz.

Pergunta: O que vocês tem aprendido com o projeto Rádio do Povo ao longos desses anos?

Resposta: Isso abre um campo de incentivo, quando vemos uma entidade como a Rádio Jornal querendo ajudar a população, da maneira dela. Poderia ser melhor? Lógico que poderia ser melhor. Mas qual a obrigação lógica ou moral que a Rádio Jornal tem, como instituição de meio de comunicação? Nenhuma. Mas pelo menos a TV Jornal está tentando fazer a parte dela, no que diz respeito ao social. Até que é uma programação limpa. A gente não vê como na concorrente Rede Globo, que infelizmente procura denegrir mais a imagem da mulher e do homem. Faz com o que os pais achem que os filhos fazem coisas erradas ou partem para outro caminho fora do conceito social, comum e normal, isso é normal na Globo. A Rádio Jornal já trabalha de uma forma diferente e eu acho que toda vez que a Rádio Jornal vem, tanto no Vale das Pedreiras quanto em qualquer outra comunidade, ela consegue abrir um campo de incentivo para que os líderes comunitários e as próprias pessoas comecem a tentar dar um pouco mais de si mesmo. Às vezes temos que seguir as regras e, quando a gente não consegue enxergar esses exemplos, a gente normalmente não abre os olhos.

Pergunta: Já surgiu alguma iniciativa própria de vocês, depois da visita da Rádio?

Resposta: Sempre, sempre.

Pergunta: Porque você me falou de duas iniciativas aqui que são de vocês.

Resposta: Anualmente fazemos um desfile cívico que movimenta mais de mil pessoas daqui da comunidade. Temos agora também um rapaz que trabalha com a cultura, tem boi, tem caboclinho. Ele está sendo inserido em um projeto, não só para fazer esse momento de Carnaval, vamos colocá-lo para fazer o ano todo e ensinar o pessoal a trabalhar com material de artesanato baseado no caboclinho. Temos a questão também do futebol, que é um futebol hoje amador, mas estamos inserindo também a questão do futebol infantil. Conseguimos uma parceria e estamos construindo uma quadra semiprofissional na lateral da associação que vai auxiliar nos trabalhos de montar uma Fanfarra, que é uma cultura musical muito bonita que Pernambuco tem, mais no interior. E nessa quadra vamos tentar ativar o handebol, futebol de salão, vôlei e basquete para justamente conseguir inserir mais pessoas da comunidade dentro desse contexto. Porque o esporte também consegue nos ajudar na interação social, lazer, e até no lado profissional, porque se você não conseguir formar um profissional, você forma pelo menos um cidadão.

Pergunta: E sobre essa questão de buscar os direitos? Porque você falou assim: “A imprensa não resolve porque realmente quem tem que resolver não é a imprensa, mas ela consegue dar uma visibilidade maior”. Vocês podem dizer que aprenderam alguma coisa com o projeto nessa questão de buscar direitos? Eu sei que você falou que já faziam por meio de ofícios, até

com o Ministério Público. Mas o projeto influenciou nisso de alguma forma ou não? Isso já era uma coisa de vocês, mudou alguma coisa?

Resposta: Não, até porque eu não me lembro bem, mas eu acredito muito que nessa ocasião agora, segundo Edilson me falou, provavelmente vai vir alguma coisa ligada a jurídico, advogado, coisas do tipo. Mas em um outro momento não veio. A rádio em si não trouxe nada baseado nessa questão reivindicatória que pudesse nos antenar.

Pergunta: Mas eu me refiro ao repórter com o microfone da rádio para vocês fazerem as denúncias. O pessoal fazia as denúncias?

Resposta: Veja só, na verdade o cidadão comum ele tem muito medo de encarar câmera e microfone por conta das represálias e essa questão toda. O povo ainda tem muito medo. E a gente tenta sempre mostrar que se você brigar contra uma estatal, contra um Governo do Estado, ninguém vai fazer nada com você. Não existe muito o que possa te prejudicar diretamente. Se fosse alguma coisa baseada com briga de vizinho, um exemplo, ter que apontar droga, boca de fumo. Mas infelizmente as pessoas ainda têm muito medo, até porque quem proporciona esse medo? O próprio Estado. Por que o Estado proporciona o medo? Porque hoje, você pode ir numa delegacia, se forem roubados 50 celulares por dia, só 10 pessoas roubadas prestam queixa porque têm até medo de depois ter que encarar o bandido. Porque sabe que ele vai para uma audiência de custódia e, de repente esse cara tem uma família estruturada, e ele vai sair e vai tentar te pegar pra dar o troco. Então, infelizmente, eu, particularmente, não confio no Estado. Infelizmente eu não confio no judiciário, eu não confio na polícia, porque eles fazem o trabalho, a polícia ostensiva militar detém, a investigativa que é a civil prende, e o judiciário vai e solta, aí fica muito complicado isso.

ANEXO A

IMAGEM DE MATÉRIA DO JORNAL DO COMERCIO COM O SELO DO RÁDIO DO POVO

